



Dina Teresa da
Cruz Vigário

VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM O ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS

O CASO DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Relatório de Dissertação de Investigação do
Mestrado em Contabilidade e Finanças

ORIENTADOR

Professora Doutora Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira

CO-ORIENTADOR

Professora Doutora Sandra Cristina Dias Nunes

JÚRI

Presidente: Professor Adjunto Francisco Leote

Vogal Arguente: Professor Adjunto Nuno Teixeira

Orientador: Professora Coordenadora Ana Bela Teixeira

Setúbal, 18 de Dezembro de 2019

Dedicatória

Ao meu filho Martim, a luz da minha vida.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Ana Bela Delicado Teixeira, pela disponibilidade, apoio e partilha de conhecimentos, por me incentivar, e fazer acreditar que este projeto seria possível.

À Professora Doutora Sandra Nunes, pela ajuda, disponibilidade e sugestões, enquanto co-orientadora desta dissertação.

Aos meus Pais (com eterna saudade) por tudo o que me ensinaram, pela educação e valores que me transmitiram, e que fizeram de mim a pessoa que sou hoje. Serão sempre a minha inspiração.

Ao meu marido e filho pelo amor, apoio e compreensão, por estarem sempre no meu lado, por serem a força necessária para chegar ao final.

Ao meu irmão, cunhada e sobrinhos Pedro e Bruno, que desde o início me fizeram acreditar que era possível ir mais além.

A todos os que me ajudaram nesta caminhada, família e amigos.

A todos, o meu obrigada!

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Índice	iv
Índice de tabelas, gráficos e figuras	vi
Lista de abreviaturas	ix
Resumo	x
1.Introdução	1
2.Revisão da literatura	4
2.1.A lei das finanças locais	5
2.2.Os municípios Portugueses	12
2.2.1.Caracterização geral dos municípios portugueses	12
2.2.2 Classificação dos municípios	13
2.2.3 Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses	14
2.2.4 Autarquias locais e normativo contabilístico	16
2.3.Mecanismos de saneamento e recuperação financeira	22
2.4.Revisão de estudos empíricos sobre endividamento e fatores que influenciam o endividamento	24
2.5. Fatores determinantes do endividamento	29
3. Metodologia	30
3.1 Método utilizado	30
3.2. Caracterização da população, variáveis e modelo	31

3.3. Situação Financeira dos Municípios de Setúbal	32
3.3.1 Independência financeira	33
3.3.2 O endividamento	35
3.4. Variável dependente	38
3.5. Outras variáveis	41
3.5.1. Receitas e Despesas	41
3.5.2. Património	58
3.5.3. Ativo Fixo	60
3.5.4. Ativo corrente	62
3.6. Questões	65
4. Modelo	67
5. Análise e discussão dos dados obtidos	68
6. Limitações ao estudo	79
7. Conclusão	80
8. Referências	82

Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras

- Tabelas

Tabela 1 – Os municípios portugueses por dimensão e região NUT II	13
Tabela 2 – Dimensão	31
Tabela 3 – Caracterização dos municípios de Setúbal	32
Tabela 4 – A Independência financeira dos municípios	34
Tabela 5 - A Independência financeira dos Municípios do Distrito de Setúbal	34
Tabela 6 – Cálculo de endividamento líquido (Lei 2/2007)	36
Tabela 7 – Cálculo do endividamento líquido conceito da dívida total (lei 73/2013)	37
Tabela 8 – Cálculo da dívida total, tal como é considerado no AFMP 2010 a 2017	39
Tabela 9 – Receitas correntes municípios de pequena dimensão	42
Tabela 10 - Receitas correntes municípios de média dimensão	43
Tabela 11 - Receitas correntes municípios de grande dimensão	44
Tabela 12 - Receitas capital municípios de pequena dimensão	45
Tabela 13 – Receitas capital municípios de média dimensão	46
Tabela 14 - Receitas capital municípios de grande dimensão	47
Tabela 15 - Despesas correntes municípios de pequena dimensão	49
Tabela 16 - Despesas correntes municípios de média dimensão	50
Tabela 17 - Despesas correntes municípios de grande dimensão	51
Tabela 18 – Despesas capital municípios de pequena dimensão	52
Tabela 19 – Despesas capital municípios de média dimensão	53
Tabela 20 – Despesas capital municípios de grande dimensão	54
Tabela 21 - Despesas com pessoal, municípios de pequena dimensão	55
Tabela 22 - Despesas com pessoal, municípios de média dimensão	56
Tabela 23 - Despesas com pessoal, municípios de grande dimensão	57
Tabela 24 - Resumo das despesas dos Municípios de Setúbal (corrente, capital e de pessoal)	58
Tabela 25 – Património	59
Tabela 26 – Ativo Fixo	61
Tabela 27 – Ativo Corrente	63
Tabela 28 – Correlações Global	68

Tabela 29 – Correlações pequena dimensão	69
Tabela 30 – Correlações média dimensão	69
Tabela 31 - Correlações grande dimensão	70
Tabela 32 - Modelo Estimado Global	71
Tabela 33 - Modelo Estimado grande dimensão	73
Tabela 34 - Modelo Estimado média dimensão	74
Tabela 35 - Modelo Estimado pequena dimensão	75
Tabela 36 – Quadro resumo das questões formuladas	76

- Gráficos

Gráfico 1 – Municípios Portugueses por dimensão e região NUT II	13
Gráfico 2 - Municípios Portugueses por dimensão	14
Gráfico 3 – Dimensão dos municípios do distrito de Setúbal	31
Gráfico 4 – Evolução da independência financeira dos municípios portugueses	33
Gráfico 5 – Calculo do endividamento líquido lei 2/2007	36
Gráfico 6 – Cálculo da dívida total (lei 73/2013)	38
Gráfico 7 – Evolução do endividamento nos municípios de pequena dimensão	40
Gráfico 8 - Evolução do endividamento nos municípios de média dimensão	40
Gráfico 9 - Evolução do endividamento nos municípios de grande dimensão	40
Gráfico 10 - Receitas correntes municípios de pequena dimensão	42
Gráfico 11 - Receitas correntes municípios de média dimensão	43
Gráfico 12 - Receitas correntes municípios de grande dimensão	44
Gráfico 13 - Receitas capital municípios de pequena dimensão	45
Gráfico 14 - Receitas capital municípios de média dimensão	46
Gráfico 15 - Receitas capital municípios de grande dimensão	47
Gráfico 16 - Despesas correntes municípios de pequena dimensão	49
Gráfico 17 - Despesas correntes municípios de média dimensão	50
Gráfico 18 - Despesas correntes municípios de grande dimensão	51
Gráfico 19 - Despesas capital municípios de pequena dimensão	52
Gráfico 20 - Despesas capital municípios de média dimensão	53
Gráfico 21 - Despesas capital municípios de grande dimensão	54

Gráfico 22 - Despesas com pessoal, municípios de pequena dimensão	55
Gráfico 23 – Despesas com pessoal, municípios de média dimensão	56
Gráfico 24 - Despesas com pessoal, municípios de grande dimensão	57
Gráfico 25 – Património – Municípios de Setúbal	59
Gráfico 26 – Património - Municípios Portugueses	60
Gráfico 27 – Ativo Fixo – Municípios de Setúbal	62
Gráfico 28 – Ativo Fixo – Municípios Portugueses	62
Gráfico 29 – Ativo Corrente – Municípios de Setúbal	63
Gráfico 30 – Ativo Corrente – Municípios Portugueses	64

- Figuras

Figura 1 – limites de endividamento (Lei nº 1/79)	5
Figura 2 – limites de endividamento (Decreto-lei nº 98/84)	6
Figura 3 – limites de endividamento (lei nº 1/87)	6
Figura 4 – limites de endividamento (lei nº 42/98)	7
Figura 5 – Endividamento líquido (lei nº 2/2007)	8
Figura 6 – Dívida Total (lei nº73/2013)	9
Figura 7 – Limite da Dívida Total (RFALEI nº73/2013)	10
Figura 8 – Evolução das atribuições e competências dos municípios	12
Figura 9 - Subsistemas contabilísticos obrigatórios no POCAL	22
Figura 10 - Endividamento líquido	35
Figura 11 – Receitas correntes e de capital	41
Figura 12 - Receitas Correntes de Capital, por dimensão nos Municípios Portugueses	48
Figura 13 - Receitas Correntes de Capital, por dimensão nos Municípios de Setúbal	48
Figura 14 – Despesas Correntes e de Capital	48

Lista de Abreviaturas

AFMP – Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

CRP – Constituição da República Portuguesa

CP – Curto Prazo

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

FAM – Fundo de Apoio Municipal

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT - Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IUC – Imposto Único de Circulação

LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

LFL - Lei das Finanças Locais

MLP – Medio e Longo Prazo

OE – Orçamento de Estado

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCP – Plano Oficial de Contabilidade Pública

PPTH – Programa Pagar a Tempo e Horas

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública

Resumo

O objetivo desta dissertação de mestrado, consiste em analisar as variáveis, que podem influenciar o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal.

Procurou-se identificar algumas variáveis, nomeadamente número de habitantes, despesas com pessoal, ativo corrente, ativo fixo, receitas de capital e receitas correntes, formalizou-se algumas questões, com o objetivo de perceber como é que as variáveis selecionadas influenciam o endividamento dos Municípios do distrito de Setúbal, num horizonte temporal de oito anos, de 2010 a 2017.

Os dados foram obtidos através do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, base de dados do Portal Autárquico, e dos relatórios e contas das Autarquias em estudo.

Com o objetivo de responder às questões formuladas, numa primeira abordagem, optou-se por calcular o coeficiente de correlação linear de Pearson, entre as variáveis independentes e a variável dependente, o endividamento. Esta medida estatística, permite quantificar a relação linear entre duas variáveis, e perceber se a relação é positiva ou negativa, primeiro a análise foi feita em termos globais, e posteriormente por dimensão de município. Concluiu-se, que no global, todas as variáveis independentes selecionadas, tem uma correlação positiva, com a variável endividamento.

Numa segunda abordagem, optou-se por utilizar um modelo de regressão linear múltipla, com o objetivo de perceber, de que forma, as variáveis explicativas influenciam o endividamento, e obter um modelo, que permita estimar o endividamento, em termos globais e por dimensão do município. Concluiu-se que no modelo global, as variáveis “número de habitantes”, “despesas com pessoal”, “ativo corrente” e “receitas de capital” influenciam positivamente o endividamento, sendo negativo o impacto da variável “receitas correntes” e “ativo fixo”. No estudo por dimensão, algumas variáveis não são consideradas significativas, e nem sempre seguem o mesmo sinal do modelo global.

Abstract

The main goal of this dissertation is to analyse, the variables that may influence, the indebtedness of the municipalities in Setúbal's district.

Firstly, some relevant variables were identified, namely the number of inhabitants, personnel expenses, current assets, fixed assets, capital income and current income, real estate, and capital and current expenses. Secondly, a few questions were formalized in order to help explain the dependent variable, the indebtedness of the municipalities in Setúbal's district, in a timeline of eight years, from 2010 to 2017.

The dataset used was gathered from different sources namely the Financial Annuary of Portuguese Municipalities, Municipalities Portal database and the financial statements from the municipalities in study.

In an initial approach, it was decided to calculate Pearson's linear correlation coefficient between the independent and dependent variables. This coefficient enables us to quantify the linear relation between the dependent and the independent variables, allowing us to understand if the relation is positive or negative. This analysis was performed both globally, across all municipalities, and individually, for each municipality. It was concluded that globally all the independent variables in study have a positive correlation with the dependent variable.

In a subsequent approach, a multiple linear regression model was used to understand how the dependent variables impact the municipalities indebtedness both at a global level, across all the municipalities, as well as at individual level, in each municipality.

In the global model it was concluded that the variables number of inhabitants, personnel expenses, current assets and capital income positively impact the indebtedness, on the other hand, the variables current income and fixed assets have a negative impact on the dependent variable. In the individual model, for each municipality, it was concluded that some variables are considered statistically non-significant and do not always follow the same order of impact as in the global model (e.g. a variable with positive impact in the global model may have negative impact in some individual models).

1. Introdução

A organização democrática do Estado Português, compreende a existência de autarquias locais, em que o princípio da autonomia do poder local, está mencionado na Constituição da República Portuguesa (CRP) artigo 6º.

Refere no seu artigo 235º, que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, sendo estas pessoas coletivas territoriais, dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses das suas populações, com património e finanças próprios, artigo 238º.

Desde 1976, quando as autarquias locais foram reconhecidas constitucionalmente, que foi reconhecido o princípio da autonomia local, estatuto jurídico, e autonomia financeira e administrativa.

A resolução nº28/90 da Assembleia da Republica que aprova a Carta Europeia da Autonomia Local, define no seu artigo 3º nº 1 "entende-se por autonomia local, o direito e a capacidade efetiva, das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos", e no artigo 9º nº1, no que se refere à autonomia financeira, "As autarquias locais têm direito, no âmbito da política económica nacional, a recursos próprios adequados, dos quais podem dispor livremente no exercício das suas atribuições".

A lei de bases das Finanças Locais, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e os princípios fundamentais, para o funcionamento dos municípios, em que estes desempenham cada vez mais, um papel preponderante na sociedade, pois têm uma relação de proximidade com os cidadãos. No entanto, é obrigação dos mesmos assegurar, o equilíbrio das finanças locais e cumprimento dos compromissos assumidos.

Este estudo, pretende contribuir para a resposta à pergunta: " Quais as variáveis que influenciam o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal? "

A escolha pelos municípios do distrito de Setúbal, num horizonte temporal de 2010 a 2017, deve-se a ser um período em que os elementos contabilísticos estão acessíveis, e um período, em que se tem em conta, as alterações encontradas, desde a Lei das Finanças Locais (LFL) de 2007 e o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2014 e revogou a LFL de 2007, com alterações substanciais, no que se refere à consolidação de contas, e endividamento municipal, bem como outras situações, que são passíveis de interferir no comportamento do endividamento, nomeadamente, a lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

Vem se verificando, que os governos locais, tem cada vez mais responsabilidades, para com as populações, com um crescente número de atribuições e competências, que não são sinónimo de mais recursos financeiros, por parte da administração central. Assim os municípios, para contornar as insuficiências de recursos, e para fazer face as suas atribuições, tiveram necessidade de recorrer ao crédito, por vezes, para além da sua capacidade de pagamento (Pinto,2015).

Atualmente, Portugal tem 308 municípios, distribuídos por 278 no Continente, 11 na Região Autónoma da Madeira e 19 na Região Autónoma dos Açores.

Esta dissertação, incide sobre os Municípios do Distrito de Setúbal, constituído por 13 Municípios, sendo três de grande dimensão: Setúbal, Almada e Seixal, seis de média dimensão: Sesimbra, Barreiro, Santiago do Cacem, Palmela, Moita, Montijo, e quatro de pequena dimensão: Alcaçer do Sal, Alcochete, Grândola e Sines, com uma abrangência temporal de 2010 até 2017.

Para atingir o objetivo do estudo, vamos identificar algumas variáveis, que podem influenciar o endividamento dos Municípios, e avaliar de que modo o influenciam.

A presente dissertação é constituída por 7 capítulos, inicia com uma introdução, o segundo capítulo incide na revisão da literatura, onde se referencia diversos trabalhos, na área dos municípios portugueses e com especial enfase para o endividamento municipal. No terceiro capítulo uma abordagem à metodologia, caracterização da população e variáveis, no

capítulo quatro, apresenta-se o estudo de caso, com o modelo para responder ao objetivo do estudo, e se compreender o comportamento das finanças dos municípios, face a alguns fatores, definidos como influenciadores do endividamento, com base na informação retirada dos relatórios e contas, e informação financeira obtida. No capítulo cinco, analisamos e discutimos os resultados obtidos.

No penúltimo capítulo as limitações encontradas e propostas de trabalho futuro. Por último, apresentamos a conclusão do trabalho.

2. Revisão da Literatura

A revisão da literatura, foi feita essencialmente sobre estudos vários, artigos, papers e complementada com a consulta de livros e legislação, de forma a permitir, enquadrar os vários conceitos, relativos ao tema em estudo.

Após o 25 de Abril de 1974, com as alterações estruturais introduzidas pela Constituição da República Portuguesa de 1976, no que concerne aos princípios da autonomia, das autarquias locais e descentralização da administração pública, e que define as autarquias locais, como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios, das suas populações (artigo nº 235 CRP2005). Sendo que no seu artigo nº 236, categoriza as autarquias locais, em freguesias, municípios e regiões administrativas, estas últimas até à data ainda não foram criadas.

Ainda na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo nº 238, define que as autarquias locais têm património e finanças próprias, sendo que o regime das finanças locais, será estabelecido por lei, e visa a justa repartição dos recursos públicos, e a necessária correção entre autarquias.

Em que a gestão económica e financeira dos municípios, no geral, assenta no princípio constitucional da autonomia local, e da autonomia financeira, em particular. Assim, para além dos impostos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos do património, venda de bens e outros, o recurso ao crédito, constitui também uma fonte de financiamento para os municípios. (Pinto,2015)

O recurso ao crédito, permite um reforço da capacidade financeira, para resolver problemas de tesouraria, no entanto os municípios, têm que ter por base o pressuposto de ter capacidade financeira, para assumir os compromissos, perante as entidades credoras.

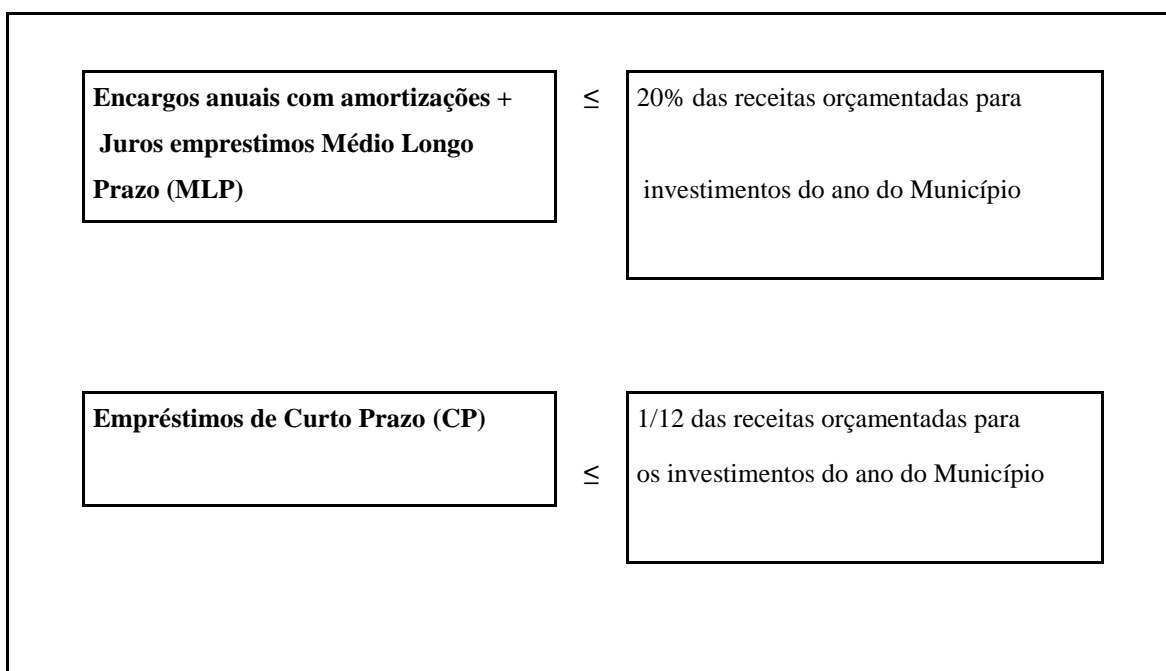
O endividamento municipal, tem preocupado o Governo, no início devido ao modelo de financiamento, que assenta em transferências do orçamento de Estado, e à necessidade de garantir o equilíbrio financeiro dos Municípios, posteriormente, devido à necessidade de garantir o equilíbrio do setor público, para o cumprimento dos compromissos assumidos (Silva, 2013), daí a preocupação dos orçamentos de Estado, em definir e delimitar, o acesso ao endividamento dos Municípios, bem com as Leis de Finanças Locais, que tem sido alvo

de várias alterações ao longo do tempo, desde a 1ª lei das finanças locais (lei nº1/79) até a atual lei, nº51/2018, no entanto, para este estudo que incide nos anos de 2010 a 2017, iremos dar mais relevância às leis nº 2/2007 e nº 73/2013.

2.1 A Lei das Finanças Locais (LFL)

A **primeira lei das finanças locais data de 2 de Janeiro de 1979, Lei nº 1/79**, refere que a contratação dos empréstimos pelos municípios, depende em exclusivo da deliberação da assembleia municipal, (art.15 nº6), sendo desnecessário a aprovação do Ministro das Finanças, até então as dificuldades de tesouraria, eram colmatadas com subsídios governamentais, com a introdução desta lei, deixou de ser possível (art.16 nº1).

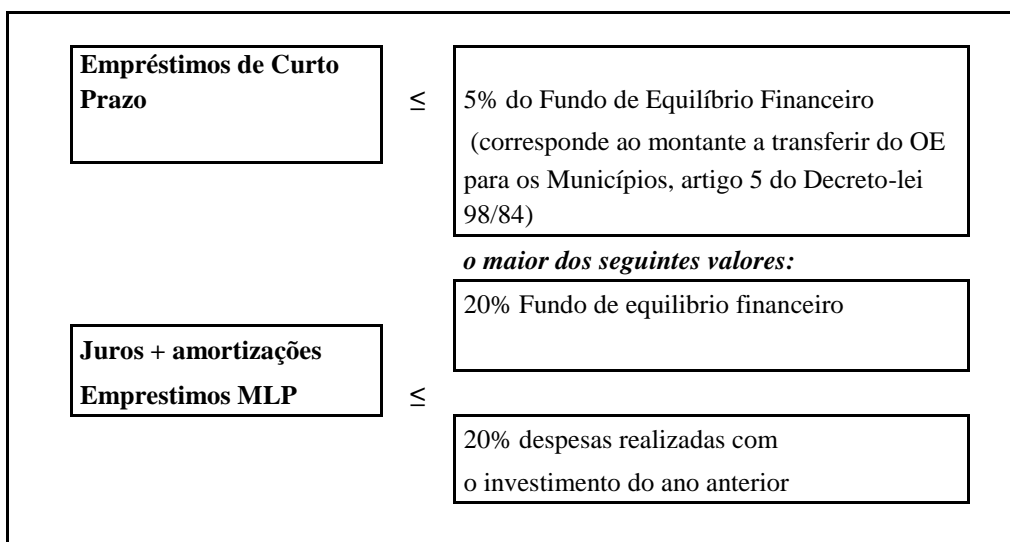
Figura 1 - limites de endividamento (LFL nº 1/79);



Fonte: elaboração própria

A **segunda lei das finanças locais (Decreto-Lei 98/84)**, regista algumas alterações, nomeadamente, nas formas e fontes de financiamento dos municípios, têm agora a possibilidade de emitir obrigações, e a contratação dos empréstimos deixa de estar vedada, com a possibilidade de contratação, em qualquer instituição bancária nacional e organismos públicos, que tenham a atribuição de atividades de crédito.

Figura 2 - limites de endividamento (Decreto-lei nº 98/84);

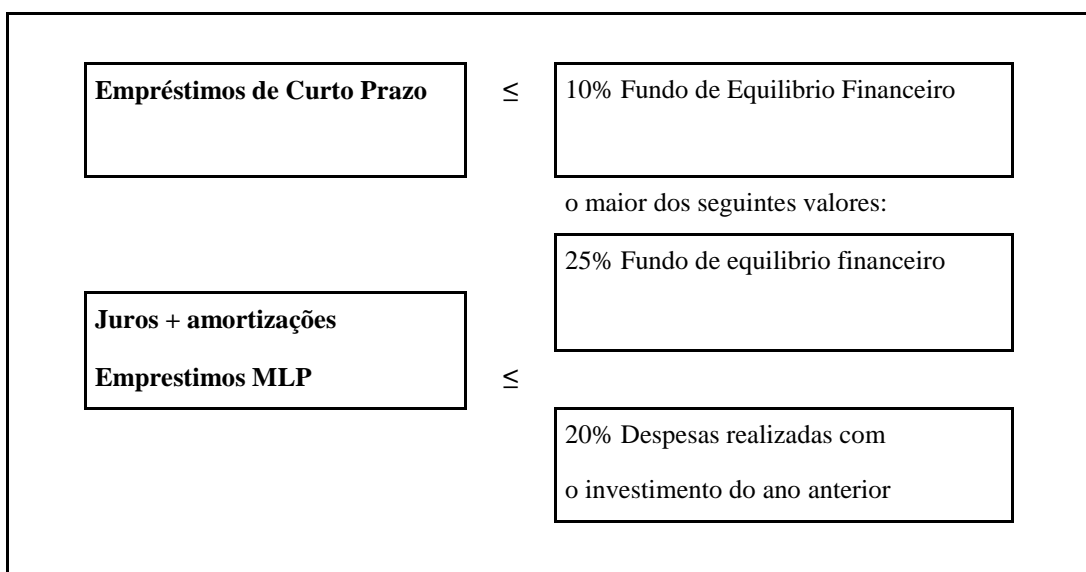


Fonte: elaboração própria

Introduziu-se a possibilidade da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, entre os municípios e as instituições públicas de crédito, quando ocorram, situações de ruptura financeira.

Terceira lei das finanças locais (Lei 1/87 de 6 de Janeiro), regista-se nova alteração nos **limites de endividamento**, conforme o artigo nº15 LFL 1/87

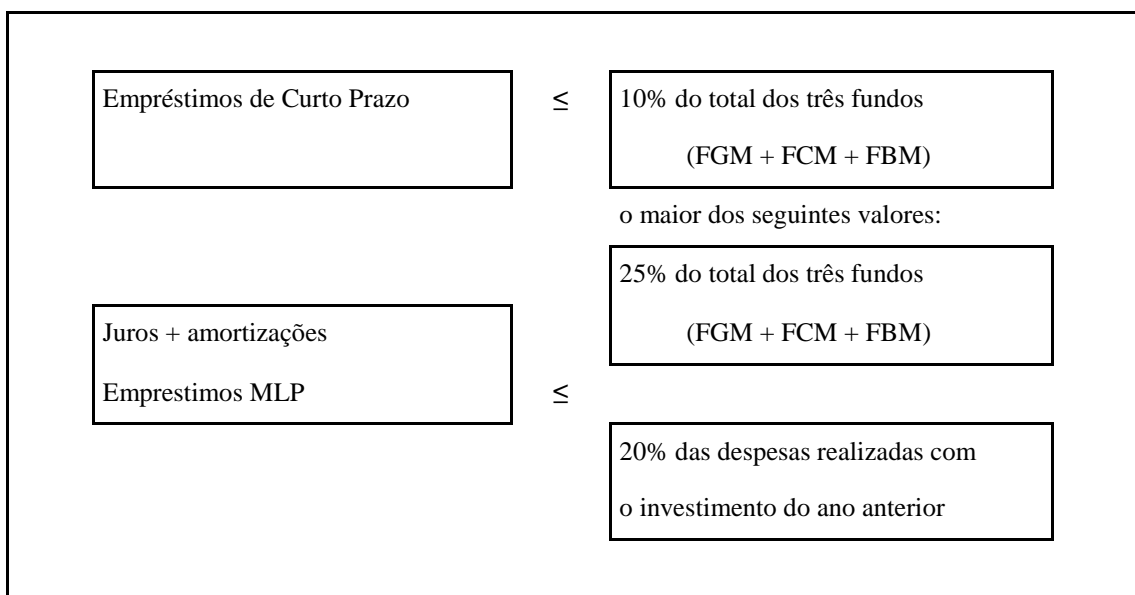
Figura 3 - limites de endividamento (lei nº1/87)



Fonte: elaboração própria

A **quarta lei das finanças locais (lei 42/98)**, não alterou os limites de endividamento, no entanto, utiliza como referência, em vez do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Geral Municipal (FGM), Fundo de Coesão Municipal (FCM) e Fundo de Base Municipal (FBM), para calcular o **limite da capacidade de endividamento** dos municípios.

Figura 4 - limites de endividamento (lei nº 42/98);



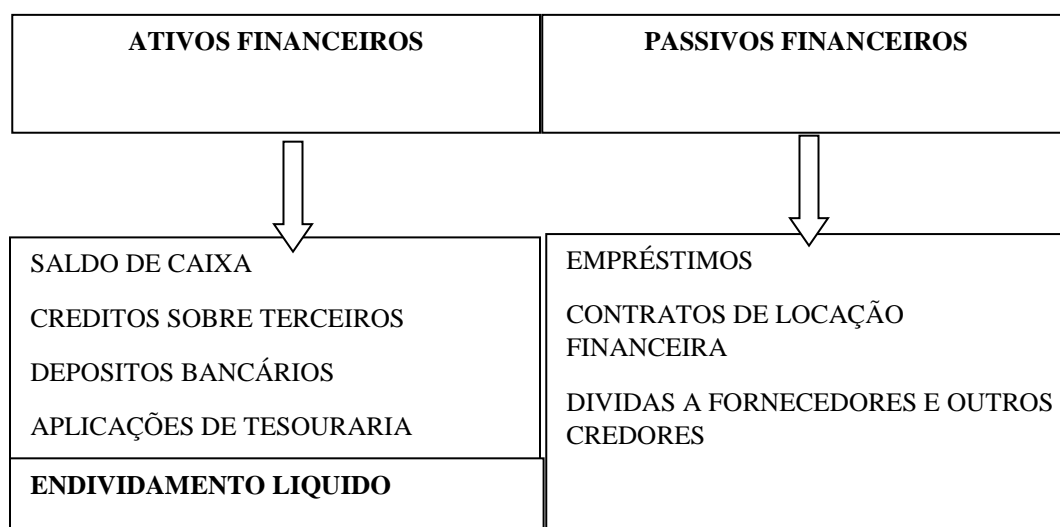
Fonte: elaboração própria

Na lei 42/98, os limites ao endividamento mostraram-se desajustados, do objetivo inicial de atingir um nível de endividamento sustentável, em cada município, bem como, salvaguardar a participação do governo local, na consolidação orçamental das contas públicas, de acordo com o PEC (Pacto de Estabilidade e Crescimento).

A 15 de Janeiro de 2007, foi aprovada a **quinta lei das finanças locais, LFL nº 2/2007**, esta lei, veio introduzir algumas alterações, nomeadamente no acesso ao crédito, mais restrito, e um maior rigor na gestão das finanças locais, prova disso é o que define sobre o endividamento autárquico, no seu artigo nº 35, os princípios orientadores de rigor e eficiência, para além dos princípios de estabilidade orçamental, solidariedade recíproca e equidade intergeracional. Com esta nova lei das finanças locais, são ultrapassadas as insuficiências, na definição dos limites ao endividamento da lei anterior.

No artigo 36º da LFL, é introduzido pela primeira vez o conceito de endividamento líquido, E consequentemente os **limites de endividamento líquido municipal** (LFL 2/2007, artigo 37º)

Figura 5 – Endividamento líquido, LFL 2/2007;



Fonte: Fernandes (2007) pag.78

O total endividamento líquido municipal, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas municipais. No endividamento de curto prazo, prevê-se que a abertura e crédito, não pode exceder em qualquer momento, 10% das receitas provenientes de impostos municipais, participações do município no FEF, participação fixa no IRS, da derrama e na participação nos resultados do setor empresarial local, relativo ao ano anterior (nº1 artigo 39 da lei 2/2007).

No endividamento de MLP, não pode exceder em 31 de Dezembro de cada ano a soma do montante apurado das receitas provenientes de impostos municipais, participações do município no FEF, participação fixa no IRS, da derrama e da participação nos resultados do setor empresarial local, relativo ao ano anterior (nº2 artigo 39 da lei 2/2007).

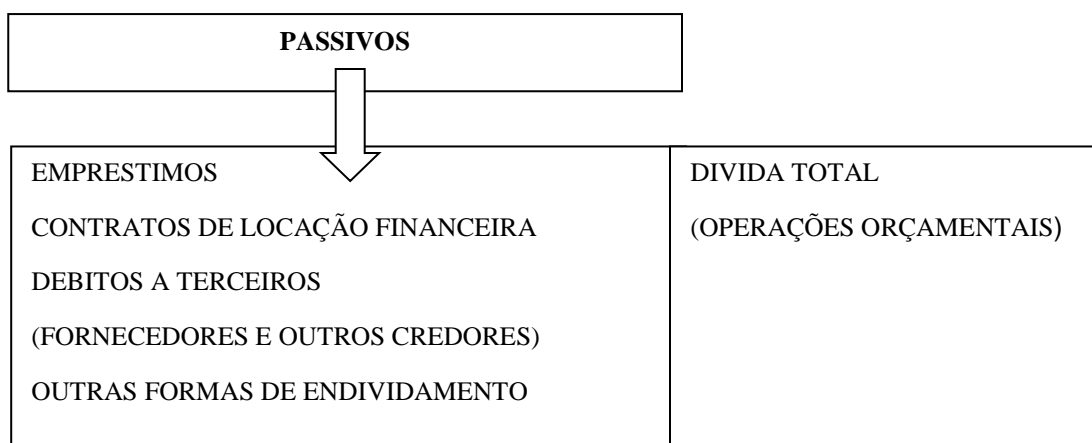
Os municípios ficam sujeitos a sanções, em caso de incumprimento dos limites de endividamento. E caso se verifique que os municípios se encontram em desequilíbrio financeiro ou rutura financeira, estão sujeitos a operações específicas de saneamento ou reequilíbrio financeiro (artigos 40 e 41 da LFL2/2007).

Esta nova lei das finanças locais, veio alterar o regime jurídico que regulava o endividamento municipal, a fim de assegurar a consolidação das finanças públicas, e o cumprimento das obrigações de Portugal, no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), bem como, intensificar os regimes jurídicos, associados à recuperação dos municípios em desequilíbrio financeiro (Lobo e Ramos,2011).

Depois da reforma das autarquias locais pelo Governo, e também pelos compromissos assumidos pelo Governo, com o Programa de Assistência Económica e Financeira, houve necessidade de alterar a LFL nº 02/2007, e aprovar uma nova lei, o **Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, lei 73/2013** de 3 de Setembro, que entra em vigor a 1 de Janeiro de 2014, vem trazer regras mais apertadas no que se refere ao equilíbrio orçamental, ao limite da dívida total, à criação de mecanismos preventivos para a recuperação financeira dos municípios, e a certificação legal das contas.

Deixam de existir, os três limites de endividamento definidos na LFL nº 02/2007, endividamento líquido municipal, endividamento curto prazo e endividamento de médio e longo prazo, e passa a existir só um **limite de endividamento, a dívida total**.

Figura 6 – Dívida Total LFL nº 73/2013

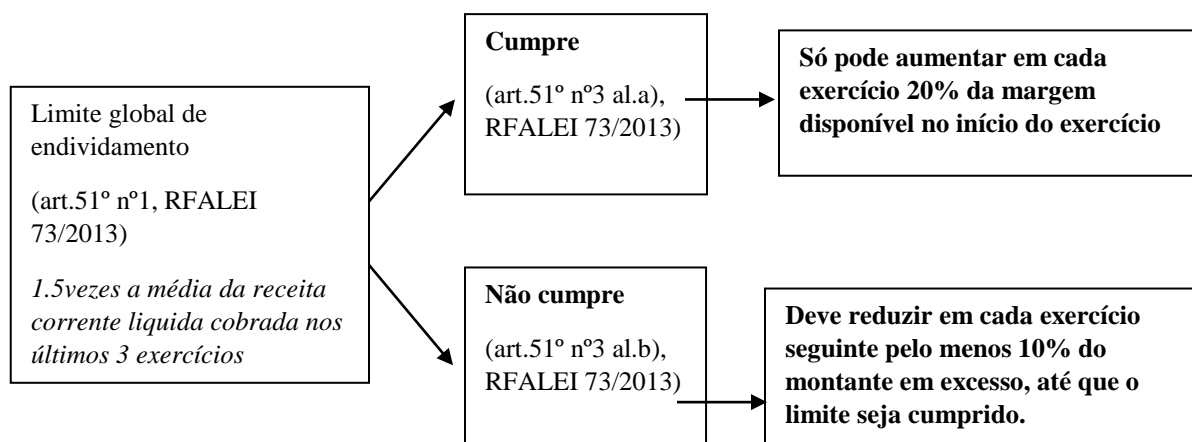


Fonte : Silva, Sílvia (2014) Pag.40

O conceito de dívida total, considera todos os empréstimos, o que permite aferir o valor da dívida total exata, traduzindo-se num maior rigor e transparência na gestão municipal. Este valor, inclui ainda os dos serviços municipalizados e inter municipalizados, entidades intermunicipais e outras entidades controladas, ou que se pressuponha o controlo pelo município.

A definição do limite da dívida total de cada ano, está condicionada ao desempenho do município nos três exercícios anteriores, assim:

Figura 7 – Limite da Dívida Total, RFALEI nº 73/2013, artigo 51



Fonte: Pinto e Santos (2015)

Há exceções para o limite definido no artigo 51 nº1, para o caso de situações de calamidade pública, em que podem os municípios recorrer à contratação de empréstimos destinados ao financiamento da recuperação das infraestruturas afetadas, duração máxima de 10 anos, e com autorização prévia dos membros do Governo (artigo 53 lei nº 73/2013).

Os municípios que se encontrem em situação de incumprimento, que ultrapassem ou atingem, a média da receita corrente líquida, cobrada nos últimos três exercícios anteriores, ficam sujeitos a mecanismos de alerta precoce de desvios constantes, no art.56 nº1 da Lei 73/2013, e sempre que atinga ou ultrapasse o limite global de endividamento (1.5 vezes média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores), para além das entidades anteriores, é ainda informado o Banco de Portugal.

Segundo Silva (2014), a criação de um sistema de alerta precoce, e a comunicação de incumprimento do plano de saneamento, à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e supostamente aos eleitores, implica um maior empenho, no rigor e transparência, dos atos de gestão e tomada de decisão da administração local.

Atualmente está em vigor a Lei nº 51/2018 vem alterar a lei nº 73/2013, mas dado que o estudo incide sobre os anos 2010 a 2017, não tem a mesma relevância para o estudo.

2.2 Os Municípios Portugueses

2.2.1 Caracterização Geral dos Municípios Portugueses

Os municípios adquiriram ao longo do tempo, grande importância histórica, política, económica, administrativa, jurídica e financeira, tendo grande importância, no contexto das políticas públicas locais. Carvalho *et al.*(2017). Prova disso, são as crescentes atribuições que os Municípios têm vindo a acumular.

Figura 8 – Evolução das atribuições e competências dos municípios

Decreto-lei nº 79/77 de 25 de Outubro	Decreto-lei 100/84 de 29 de março	Lei 75/2013 de 12 de Setembro
<ul style="list-style-type: none"> * Administração de bens próprios da sua Jurisdição * Abastecimento público * Cultura e assistência * Salubridade pública 	<ul style="list-style-type: none"> * Administração de bens próprios da sua Jurisdição * Desenvolvimento do abastecimento Público * Salubridade pública e/ou saneamento Básico * Saúde * Educação e ensino * Cultura, tempos livres e desporto * Defesa e proteção do meio ambiente e da qualidade de vida da população * Proteção civil 	<ul style="list-style-type: none"> * Equipamento rural e urbano * Energia * Transportes e comunicações * Educação * Património, Cultura e Ciência * Tempos livres, desporto e saúde * Ação Social * Habitação * Proteção Civil * Ambiente e saneamento básico * Defesa do Consumidor * Promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo * Polícia Municipal * Cooperação externa

Fonte: adaptado Melo (2013)

As autarquias locais são dotadas de pessoal, bens e autofinanciamento, e com gestão da responsabilidade dos órgãos competentes, cabe ao Estado a gestão patrimonial e financeira dos municípios, nos casos previstos na lei, garantindo a democracia e autonomia do poder local. Lopes (2015)

Atualmente em Portugal, temos 308 Municípios, 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

2.2.2. Classificação dos Municípios

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP), classifica os municípios, considerando três dimensões:

Municípios de pequena dimensão, com população igual ou menor que 20 000 habitantes;

Municípios de Média dimensão, com população com mais de 20 000 habitantes e igual ou menor que 100 000 habitantes;

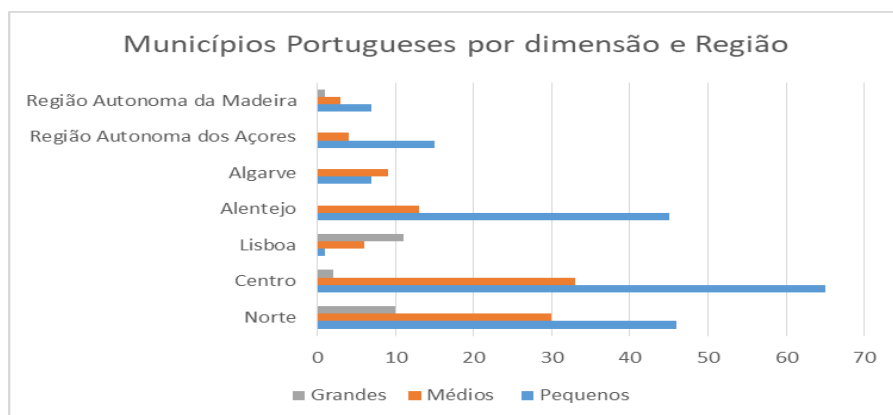
Municípios de Grande Dimensão, com população igual ou superior a 100 000 Habitantes.

Tabela 1 – Os Municípios Portugueses por Dimensão e Região NUT II

Municípios/Dimensão	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Norte	46	30	10	86
Centro	65	33	2	100
Lisboa	1	6	11	18
Alentejo	45	13	0	58
Algarve	7	9	0	16
Região Autónoma dos Açores	15	4	0	19
Região Autónoma da Madeira	7	3	1	11
Portugal Totais	186	98	24	308

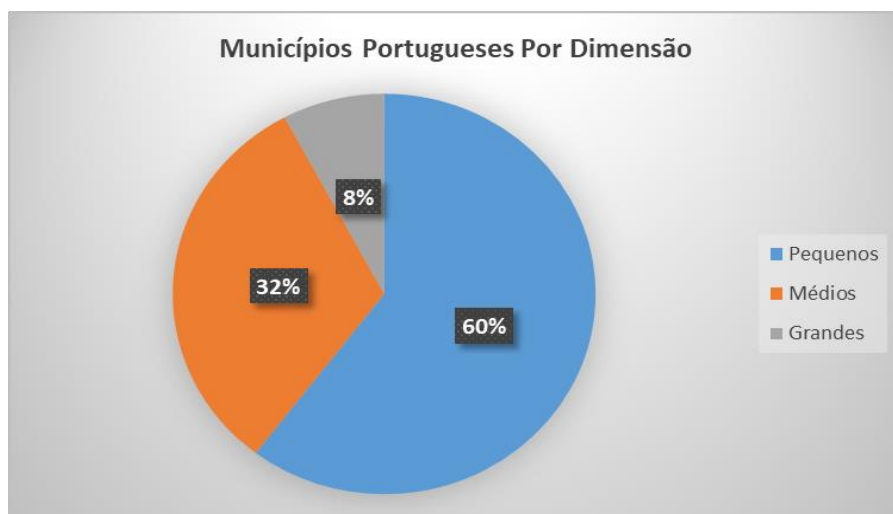
Fonte: Carvalho *et al* (2018) AFMP.

Gráfico1 – Municípios Portugueses por dimensão e região



Fonte: Carvalho *et al* (2018) AFMP.

Gráfico 2 – Municípios Portugueses por dimensão



Fonte: Carvalho *et al* (2018) AFMP.

A estrutura dos municípios portugueses, assenta numa maioria de municípios de pequena dimensão, cerca de 60%, os municípios de média dimensão 30% e os municípios de grande dimensão são os menos representativos, com 8%. Sendo que, a região de Lisboa (NUTS II), é onde se regista, a maioria dos municípios de grande dimensão, logo a seguir da região Norte com 10, no entanto a região de Lisboa tem um universo muito menor de municípios, comparativamente com a região do Norte.

2.2.3. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

Neste trabalho, foi de extrema importância a informação obtida do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, documento nacional de referência, que sintetiza a informação económica e financeira das Autarquias, e do setor empresarial local. Os dados são obtidos através da consulta, dos *websites* das autarquias, que segundo a legislação em vigor, devem ser disponibilizados, bem como a consulta da plataforma do Tribunal de Contas, que tem colaborado nos últimos anos na publicação anual do AMFP. Carvalho *et al* (2018)

Publicado desde 2003, surge de um projeto liderado pelo Prof.Dr. João Carvalho, iniciado com a análise à prestação de contas, referentes ao exercício económico de 2003. Teixeira *et al* (2013)

O anuário de 2017 é já o décimo quarto, " resulta de um trabalho em equipa, que envolve atualmente dois centros de investigação, onde estão integrados os autores: O centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politecnico do Cávado e Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho" (AFMP;2018:19)

Ao longo dos anos, a publicação anual do AFMP, tem vindo a sofrer alterações na sua estrutura e composição, tentando cada vez mais, aproximar-se da realidade atual dos Municípios Portugueses.

Atualmente o AFMP, encontra-se estruturado em seis capítulos e dois anexos:

"No capítulo 1, apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios; No capítulo 2, procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores; no capítulo 3, procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios apresentando-se a sua evolução nos últimos 10 anos. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor; No capítulo 4, procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos serviços municipalizados e das empresas do setor empresarial local, estabelecendo-se comparações com os anos de 2011 a 2017. É ainda apresentado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao período em análise; No capítulo 5, é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 11 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global; No capítulo 6, apresentam-se as principais conclusões às contas dos municípios e do setor empresarial local para os exercícios económicos de 2017.

O presente documento, termina com uma secção composta por dois anexos:

Anexo I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2016 e Anexo II – Evolução da situação financeira por município (entre 2006 a 2017), com a apresentação de um gráfico considerando diversas variáveis (orçamento, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas, dívidas a pagar totais e resultado operacional antes de amortizações e provisões) ". (AFMP;2018:19)

2.2.4. As Autarquias Locais e o Normativo contabilístico

O normativo contabilístico aplicado no período em que decorre este estudo, é o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Este plano entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2002, através do Decreto-lei nº 54-A/99, que veio dar resposta a algumas insuficiências do POCP (Plano Oficial de Contabilidade Pública), nomeadamente no modelo de implementação do subsistema de contabilidade analítica/custos.

O POCAL, à semelhança do POCP, também obriga à implementação de três subsistemas contabilísticos, a contabilidade orçamental, a contabilidade patrimonial e a contabilidade de custos. A aplicação do POCAL, como refere, Joaquim, Eusébio Rodrigues (2012), vem permitir um acompanhamento contínuo e integrado na gestão orçamental e financeira das autarquias, possibilitando a integração da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, numa contabilidade mais moderna, constituindo uma importante ferramenta de apoio à gestão, tornando-se informação de suporte, à tomada de decisão.

Sendo o POCAL um plano setorial do POCP, tudo indicava que, presentemente, já não estivesse em vigor, uma vez que, a publicação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), em 2015, revogou o POCP e logo, também os seus planos setoriais. Todavia, face à dificuldade de implementação do SNC-AP, a sua implementação nos Municípios Portugueses, tem vindo a ser adiada sucessivamente, esperando-se que, a prestação de contas em 2019, já seja efetuada de acordo com o SNC-AP.

Apesar do POCAL, ter contribuído para a evolução do sistema contabilístico do setor público em Portugal, nomeadamente nas autarquias locais, com o evoluir do tempo, não

conseguiu acompanhar a evolução da informação contabilística, tanto a nível nacional, onde o Plano Oficial de Contabilidade, foi revogado pelo Sistema de Normalização Contabilística, como a nível internacional, ao não ter acompanhado as normas aplicadas ao setor público. Esse distanciamento da informação contabilística, associado à crise económica e financeira, que afetou o País, e que levou à intervenção de entidades externas, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI), houve a necessidade, a nível do setor público, de uma maior harmonização contabilística sendo por isso, publicado o SNC-AP.

Este normativo contabilístico, aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, veio então aproximar a contabilidade pública à contabilidade aplicada no setor privado (o SNC) e às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Como já foi referido, na administração local, a implementação do SNC-AP, tem vindo a ser adiada sucessivamente.

De seguida, apresentam-se algumas temáticas previstas no POCAL, e que suportam a informação contabilística obtida nos documentos de prestação de contas que serão base da análise do desempenho dos municípios portugueses.

POCAL – Princípios orçamentais

De acordo com o POCAL, no seu ponto 3.1. das considerações, na elaboração e execução do orçamento das autarquias locais devem ser seguidos, os seguintes princípios orçamentais:

- a) Princípio da independência - a elaboração, aprovação e execução do orçamento das autarquias locais é independente do Orçamento do Estado;
- b) Princípio da anualidade - os montantes previstos no orçamento são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil;
- c) Princípio da unidade - o orçamento das autarquias locais é único;
- d) Princípio da universalidade - o orçamento compreende todas as despesas e receitas, inclusive as dos serviços municipalizados, em termos globais, devendo o orçamento destes serviços apresentar-se em anexo;

- e) Princípio do equilíbrio - o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes;
- f) Princípio da especificação - o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas previstas;
- g) Princípio da não consignação - o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei;
- h) Princípio da não compensação - todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza. (Ponto 3.1. das considerações do POCAL)

POCAL – Princípios contabilísticos

Segundo o POCAL no seu ponto 3.2 das considerações, a aplicação dos princípios contabilísticos, deve conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade:

- a) Princípio da entidade contabilística - constitui entidade contabilística todo o ente público ou de direito privado que esteja obrigado a elaborar e apresentar contas de acordo com o presente Plano.
- b) Princípio da continuidade - considera-se que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;
- c) Princípio da consistência - considera-se que a entidade não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro.
- d) Princípio da especialização (ou do acréscimo) - os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;
- e) Princípio do custo histórico - os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;

- f) Princípio da prudência - significa que é possível integrar nas contas, um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza, sem contudo, permitir a criação de reservas ocultas, ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso;
- g) Princípio da materialidade - as demonstrações financeiras, devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes, e que possam afetar avaliações ou decisões dos órgãos das autarquias locais, e dos interessados em geral;
- h) Princípio da não compensação - os elementos das rubricas do ativo e do passivo (balanço), dos custos e perdas e de proveitos e ganhos (demonstração de resultados), são apresentados em separado, não podendo ser compensados.

POCAL – Critérios Valorimétricos

O sistema contabilístico adotado pelo POCAL, obriga as Autarquias Locais à elaboração e manutenção de um inventário atualizado de todos os bens, direitos e obrigação que constituem o seu património, sendo que todos estes bens deverão estar inventariados desde a aquisição até ao seu abate, de acordo com os critérios de valorimetria definidos:

- Imobilizações, esta classe de ativo deve de estar valorizada pelo custo de aquisição ou de produção. (Ponto 4.1. das considerações do POCAL).
- Existências, valorizadas ao custo de produção ou aquisição, salvo algumas exceções se o custo de aquisição ou produção for superior ao custo de mercado, será este o considerado. Outra situação será as atividade plurianuais, que poderão ser valorizados no final pelo método da percentagem ou do acabamento. (Ponto 4.2 das considerações do POCAL).
- Dívidas de e a terceiros, expressas nos valores constantes nos documentos que as titulam, em que as dívidas em moeda estrangeira devem ser valorizadas ao câmbio da data (Ponto 4.3 das considerações do POCAL).
- Disponibilidades, numerário (pelos montantes em cofre), disponibilidades em banco (pelo saldo das respetivas contas), moeda estrangeira (cambio em vigor à data de balanço), títulos negociáveis, custo de aquisição ou ao custo de mercado, (Ponto 4.4 das considerações do POCAL).

POCAL – Documentos previsionais

De acordo com o POCAL, os documentos previsionais a adotar por todas as Autarquias Locais, são as Grandes Opções do Plano, que definem as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia e que incluem o Plano Plurianual de investimentos e o Orçamento. A elaboração destes documentos previsionais, é da competência do órgão executivo municipal, que os remete para aprovação ao órgão deliberativo, a Assembleia Municipal. De salientar que o RFALEI, aprovado pela lei 73/2013, veio criar a obrigatoriedade de o órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo, também um Quadro Plurianual Municipal. Marques, Ivone (2016)

POCAL – A execução orçamental da receita e da despesa

A execução orçamental, compreende um conjunto de práticas que os órgão de gestão municipal praticam, com o objetivo de cobrar receitas e realizar despesas, obedecendo a três princípios: princípio da legalidade (as operações realizadas devem de obedecer as leis gerais e ao próprio orçamento aprovado), da tipicidade (as receitas e despesas realizadas tem de estar inscritas no orçamento), e da economicidade (utilização racional das dotações aprovadas e a melhor gestão de tesouraria). Para além destes princípios, deverão ainda ter em atenção as regras para a gestão orçamental, definidas no POCAL. Marques, Ivone (2016)

POCAL – Prestação de Contas

A informação financeira dos municípios, tal como de outra entidade, é de grande importância para a tomada de decisão dos órgãos de gestão, sendo assim deve de representar de forma fidedigna e completa, a realidade económica, financeira e patrimonial da entidade. No caso dos Municípios, para além de ser um elemento fulcral para os órgãos de gestão autarquicos, representa ainda uma fonte segura de informação aos seus municípes.

A prestação de contas dos municípios, recorre à elaboração de um conjunto de mapas, definidos nos diversos pontos das considerações do POCAL, e que permitem conhecer a situação económica, financeira e patrimonial, nomeadamente: Balanço; Demonstração de Resultados; Mapa de Controlo Orçamental da Despesa; Mapa de Controlo Orçamental da

Receita; Mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos; Mapa de Fluxos de Caixa; Mapa de Operações de Tesouraria; Anexos às Demonstrações Financeiras; Relatório de Gestão.

POCAL – Os Subsistemas obrigatórios, contabilidade orçamental, contabilidade patrimonial e contabilidade de Custos

Através de cada um dos subsistemas contabilísticos, que devem ser obrigatoriamente integrados, visa-se obter informação diversa, conseguindo a partir daí, uma análise da atividade desenvolvida pela entidade e sua evolução.

A **contabilidade orçamental**, permite registar previsionalmente as receitas e despesas, e efetuar o seu controlo através de mapas de execução orçamental, tem assim por base o orçamento, com o registo da aprovação e das modificações do mesmo. Veloso (2018).

A **contabilidade patrimonial** facilita a informação sobre o valor patrimonial e situação económico-financeira da entidade, constitui assim uma importante fonte de informação, sobre o património da entidade, sua relação com terceiros e resultados da sua atividade. No entanto, estes dois subsistemas contabilísticos, continuam a não ser suficientes, pois continuávamos a não ter a informação essencial para a tomada de decisão, por parte dos gestores municipais, daí a necessidade da contabilidade de custos. Martins (2018)

A **contabilidade de custos** é um sistema de determinação de custos, (por objeto de custo, em função do serviço prestado ou bem produzido), visando a obtenção do valor real do custo das atividades municipais, ajudando no processo de planeamento e controlo. Apesar da obrigatoriedade da aplicação da contabilidade de custos, pela aprovação do POCAL, existem ainda municípios, que ainda não a aplicam, por dificuldades decorrentes da implementação e de algumas lacunas da lei. (igf.gov.pt/inftecnica/75_anos_igf)

Figura 9 – Subsistemas contabilísticos obrigatórios no POCAL

Contabilidade Orçamental	Contabilidade Patrimonial	Contabilidade de Custos
<ul style="list-style-type: none"> * Controlo orçamental * Classificação económica de receitas e despesas * Mapas orçamentais 	<ul style="list-style-type: none"> * Valor anual imobilizado * Resultados económicos * Valor das dívidas * Valor dos stocks * Custos e resultados por natureza * Balanço 	<ul style="list-style-type: none"> * Custos por funções de bens, atividades e serviços

Fonte: Martins, Rui (2018) pp5

POCAL – O Controlo Interno

Segundo o POCAL, o sistema de controlo interno "engloba, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, que permitam assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, exatidão e integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação fiável". Para assegurar a melhor implementação, do sistema de controlo interno nas autarquias, deve obrigatoriamente o município aprovar um documento designado, Norma de Controlo Interno, onde se deve definir os métodos e procedimentos instituídos em áreas mais críticas, nomeadamente nas disponibilidades, contas de terceiros, existências e imobilizado. (considerações POCAL ponto 2.9)

2.3. Mecanismos de Saneamento e Recuperação Financeira

Com a crise económica e financeira internacional, e Portugal ter entrado em recessão económica, e estar sob medidas e políticas de austeridade, que resultaram em auxílio financeiro, houve desde logo, uma preocupação sobre o desequilíbrio das contas dos municípios, uma vez que o desequilíbrio financeiro a nível local, pode ter repercussões a nível nacional. Uma preocupação acentuada, pois *“frequentemente os atores de controlo, como o Tribunal de Contas, chamam a atenção para as ilegalidades cometidas, e as suas*

decisões e recomendações são ignoradas ou contornadas, mais ou menos habilmente” (Santos M., 2017, Pag.140). Dada a importância do endividamento no contexto nacional, e perante as dificuldades, em gerir a dívida dos municípios, nos recentes Orçamentos de Estado e Leis das Finanças Locais, aprovaram-se mecanismos de recuperação financeira de apoio aos municípios, nomeadamente; Saneamento Financeiro Municipal, Reequilíbrio Financeiro Municipal, Fundo De Apoio Municipal (FAM), Programa de Pagamentos a tempo e horas (PPTH), Programa de Regularização Extraordinário de Dividas ao Estado (PREDE1 e PREDE2), Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), de modo, a conseguir alcançar o objetivo, de restabelecer uma situação financeira equilibrada, nos municípios nacionais.

Aliado aos mecanismos de recuperação financeira, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), surge como um mecanismo de controlo da dívida municipal, de modo a que se evite o recurso ao crédito, e consequentemente aumente o endividamento do município. A LCPA foi aprovada pela lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, nos termos do decreto-lei 127/2012 de 21 de Junho que define as normas e procedimentos necessários à aplicação da LCPA. Esta lei, tem como objetivo principal que a execução orçamental, não pode em qualquer momento, refletir um aumento dos pagamentos em atraso, isto é, no final de cada mês os pagamentos em atraso, não podem ser superiores aos do mês anterior. Para além da LCPA, os municípios podem recorrer a outros mecanismos e alternativas ao endividamento, nomeadamente, contratos de locação financeira/*leasing*, emissão de obrigações municipais, parcerias público-privadas, e orçamento participativo.

Sabe-se, que na maioria dos casos, as situações de desequilíbrio financeiro, advém mais de erros na previsão e execução orçamental, e menos de insuficiências estruturais, em que as contínuas alterações na legislação, com vista a um maior controlo do endividamento municipal, tem pouca incidência na resolução do problema, e contribuem para cada vez mais, para existirem municípios em situação de necessidade económico-financeira.

É assim de grande importância, conhecer a situação financeira de cada município, e identificar caso se verifique os fatores que influenciam o endividamento, assim pode-se intervir precocemente na tomada de decisão, de forma a evitar ou minimizar, o endividamento dos mesmos.

2.4. Revisão Estudos Empíricos sobre endividamento e fatores que influenciam o endividamento

Segundo Anuário dos Municípios Portugueses (2017), considerando os 308 municípios, o valor da dívida total dista 53,9% do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52.º e 83.º da Lei das finanças locais. Regista-se sucessivos decréscimos, desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias, e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada, nos últimos três exercícios), sendo um indicador, da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias. No entanto, em 2017, segundo Carvalho, Fernandes e Camões (2018), o total das dívidas de médio e longo prazo, para a totalidade dos municípios portugueses, cifra-se em 3428.5 milhões de euros, registam-se ainda 30 municípios que excederam o limite da dívida, ainda assim, o número de municípios que excedem o limite de endividamento tem vindo a diminuir.

Há várias literaturas internacional e nacional a estudar o endividamento municipal, e os fatores que o influenciam, em que é quase unânime que o endividamento excessivo das autarquias, põe em risco não só os municípios, como a situação económica e financeira do País.

Ashworth et al. (2005) *Government weakness and local public debt*, 395-422, ao estudar os municípios flamengos concluiu que há uma evidência clara, na relação entre o endividamento e o rendimento, população e custo do serviço da dívida. A dívida diminui quando aumenta o rendimento *per capita* no município. Regista ainda que os eventos políticos não têm grande influência a longo prazo no endividamento, no entanto no curto prazo são bastante notórias, já que os municípios flamengos tem tendência a aumentar a dívida antes das eleições para depois abrandarem e recuperarem-se financeiramente.

Bastida, F. e Benito, B. (2005) *Análisis de endeudamiento en los Ayuntamientos*, pp 613-635, concluem que as variáveis financeiras que melhor explicam o recurso ao endividamento são, o resultado orçamental não financeiro, os gastos de capital e rendimentos de capital. Sendo a primeira variável, a que maior afeta o endividamento, com influência negativa, tal como o rendimento de capital, pois gerando liquidez pressupõe redução de passivos financeiros. Já os gastos de capital, quanto maiores, maior o endividamento.

Cabasés et al (2007), *The effectiveness of Institucional borrowing restrictions: empirical evidence from spanish municipalities*, no estudo dos determinantes que influenciam o endividamento municipal em Espanha, concluem que o investimento é um dos determinantes que influenciam o endividamento. E que a imposição de um limite legal, entre as receitas correntes e as despesas de capital, funciona como limitador do endividamento. As autarquias com maior capacidade de financiamento têm menos dívida contraída.

Arzoz et al. (2008), *Restriciones Institucionales e Endeudamiento: una analisis con microdatos de los municipios de Navarra*, analisa a situação financeira e crédito dos municípios de Navarra, para o período de 1995 a 2003, estuda 238 dos 272 existentes e concluiu, que de entre as variáveis estudadas, o investimento é um fator determinante do endividamento, apresentando uma relação positiva, já a poupança líquida, apresenta relação negativa, esta manifesta-se como indicador decisivo da capacidade do município investir recorrendo menos ao endividamento. Ainda referem, a relação positiva entre a capacidade fiscal e o endividamento, municípios com maiores receitas tributárias favorecem o endividamento ao acharem que tem uma maior capacidade de fazer frente à despesa financeira futura.

Guillamon et al. (2011) *Evaluacion de la deuda pública local en España*, pp251-285, analisaram as variáveis que melhor explicariam o endividamento dos municípios espanhóis, analisaram-se 3253 municípios, com mais de 1000 habitantes, com referência ano de 2008, de entre as variáveis estudadas, as socioeconómicas, nomeadamente população, imigrantes, nível económico, transferências e impostos, afetam positivamente o endividamento. Nas variáveis políticas, parece que o que realmente afeta não é o partido político, mas sim a força política do governo, indicam que governos com menor fragmentação política, são os que apresentam um menor nível de dívida *per capita*.

López, Diaz, Gómez, Hernández (2012) *Deuda viva municipal en un contexto de crisis económica*, *Revista de Contabilidad*, consideram que as variáveis financeiras, influenciam o nível da dívida dos municípios, assim como a taxa de imigração, e a presença ou não, de fragmentação política no governo local. A taxa de imigração, exerce uma influência positiva no nível da dívida municipal. Nas variáveis financeiras, considerando o índice de

subvenções, é a variável com maior capacidade explicativa, em que quanto maior o número de subvenções, menor será o nível de endividamento.

Almeida-Santos, Paulo e Scarpin, Jorge (2013), *Fatores Financeiros da divulgação de passivos contingentes dos maiores municípios brasileiros*, suportam a ideia de que maiores receitas próprias é um incentivo financeiro para aumentar o endividamento público.

Vila i Vila, Jordi (2014) *Endeudamiento e inversion en las haciendas locales, el caso de los ayuntamientos valencianos*, estudou os municípios de Valencia, e conclui que as despesas de capital influenciam positivamente o endividamento, enquanto a autonomia financeira tem influência negativa. Relativamente às variáveis políticas, constata-se que a coesão do governo municipal resulta num fator importante, quanto maior a sua coesão, ou seja, quanto menor a fragmentação política na governação local, menor é o endividamento, os governos de coligação, tem mais tendência a se endividarem.

Candamio-Varela, Laura e Menéndez, Patricia (2017), *Endeudamiento localy ciclo presupuestario: aplicacion a los municipios gallegos*, selecionou os municípios galegos com mais de 5000 habitantes, no período de 2001 a 2016, e avaliou as seguintes variáveis, económico-financeiras e políticas. Os resultados manifestam, que o endividamento dos municípios galegos, esta diretamente relacionado com a autonomia financeira, que mostra uma relação inversa, com o nível de endividamento local, e os gastos de capital que mantem uma relação direta, com o endividamento. Quanto às variáveis políticas a única que se mostra relevante é a relativa ao ciclo eleitoral, com sinal negativo no endividamento, a explicação encontrada, é que não é boa carta de apresentação, apresentarem elevados valores de endividamento em anos eleitorais, pelo que tendem em anos de eleições não aumentar o endividamento.

Lobo (2012) *A descentralização orçamental e o endividamento público subnacional, uma aplicação aos municípios portugueses*, pp 317 - 348, analisou os municípios portugueses, e concluiu, que os municípios com probabilidade de apresentar significativos níveis de endividamento, são os que apresentam maiores taxas de juro, maiores níveis de investimento e despesas com o pessoal, bem como os que apresentam desequilíbrios orçamentais e grande dependência nas transferências. Associa os Municípios com presidentes de Câmara de direita, a maiores níveis de endividamento.

Fernandes, Catarina (2010) *Determinantes do endividamento Autárquico*, analisou os resultados obtidos das relações entre os determinantes e o endividamento das autarquias, e conclui, que existe uma relação positiva entre as despesas com o pessoal, transferências correntes e de capital para as freguesias, o investimento e o endividamento líquido autárquico, confirmando ainda, uma grande influência das mesmas, no volume do endividamento autárquico. Confirmou ainda uma relação negativa entre as receitas e o endividamento, apesar de não ser esperado, municípios com maiores Imposto Municipal de Imóveis, Imposto Único de Circulação, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de bens Imóveis, e maiores fundos de equilíbrio financeiro corrente e de capital, se endividaram mais, o que se justifica pelo insuficiente volume destas receitas, que nunca chegarão a um nível ótimo, não é viável as autarquias aumentarem indefinidamente os impostos, para não se endividarem.

Ferreira, Fernando (2011) *Determinantes do endividamento Municipal em Portugal*, identifica os determinantes financeiros, demográficos e políticos, que contribuem para o índice de endividamento dos Municípios, entre 2003 e 2007, concluiu que as transferências, surgem como o indicador, com maior relevância na diminuição do nível de endividamento, e municípios que apresentam maiores despesas de investimento tem um impacto positivo no endividamento. Relativamente aos fatores políticos, resultados empíricos confirmam que nos anos posteriores ao ato eleitoral, há uma contração do índice de endividamento, no ano eleitoral, os autarcas para evidenciar o seu trabalho, ao fazer “obra”, aumentam o investimento e provocam um aumento no endividamento.

Melo, Ariane (2013), *Os fatores determinantes do endividamento dos Municípios Portugueses*, utiliza uma amostra com dados de 2004 a 2010, dos municípios portugueses, e identifica os fatores que influenciam o endividamento, fatores financeiros, socioeconómicos e políticos. Do estudo resulta que os fatores financeiros são determinantes para o nível de endividamento dos municípios, em que as fontes de receita e saldo corrente influenciam negativamente, enquanto as despesas com pessoal e com investimento influenciam positivamente o endividamento dos municípios. Relativamente aos fatores socioeconómicos, municípios com maior poder de compra têm menos tendência para o endividamento, relativamente à dimensão os resultados não são conclusivos. Quanto aos fatores políticos os resultados indicam que há uma relação entre o ciclo eleitoral e o

endividamento, há um aumento do endividamento em anos eleitorais, o mesmo para municípios governados por maioria.

Ribeiro, Jorge e Oliver (2013), *Estudo do endividamento da Administração local, notas económicas, Dezembro 2013*, tendo por base o período de 2004 a 2009 identificam os fatores que determinam o endividamento dos municípios da região de Lisboa, e os que mais o influenciam. Dos determinantes estudados, institucionais, políticos, fiscais e económico-financeiros, os que determinam o grau de endividamento são a dimensão (os municípios pequenos têm maior endividamento), a capacidade turística (municípios com maior capacidade turística tem maior endividamento, pressupõe-se maiores despesas com infraestruturas turísticas e satisfação das necessidades dos turistas, o que poderá originar maior endividamento), forma de governação (municípios governados com maioria apresentam endividamento inferior aos governados com minoria), e receitas fiscais (municípios com maiores receitas fiscais, tem menor necessidade de recorrer ao endividamento).

Ribeiro, Jorge e Nogueira (2014) *A influência da conjuntura económica-financeira no endividamento dos Municípios Portugueses, 20TH APDR Congress*, procuram entender se a conjuntura económico-financeira, influencia o endividamento dos municípios portugueses, período de 2004 a 2009, usam uma análise de dados em painel, que contem as variáveis económico-financeiras que explicam o endividamento dos municípios, sendo que a variável dependente do modelo, é o endividamento líquido *per capita*. Conclui-se que o desemprego é um dos fatores que influencia positivamente o endividamento, maior número de desempregados origina valores de endividamento maiores. O saldo corrente, quanto maior, menor o endividamento, já o investimento ao contrário do esperado, quanto maior, menor o endividamento, justifica-se porque muitos dos investimentos a nível dos municípios são financiados por fundos comunitários e Governo. Outro fator estudado a despesa total, quanto maior, maior será o endividamento.

Basílio, Eva (2018) *Os determinantes do desequilíbrio financeiro dos Municípios Portugueses*, define para um período de três anos, 2014 a 2016, e para os municípios nacionais, hipóteses sociodemográficas (situação social, demográfica e económica), políticas e financeiras (ao nível da gestão orçamental), admitindo como variável dependente

o desequilíbrio financeiro, aponta os seguintes fatores: municípios com maior número de população com menos de 15 anos e mais de 65 anos, tem menor probabilidade de entrar em desequilíbrio financeiro, o mesmo acontece para municípios com maior independência financeira e maiores transferências e despesas de investimento *per capita*. Quanto à ideologia política, os municípios governados por partidos de direita, ou que tenham registado alternância política, e com um maior número de receitas de capital *per capita*, e com despesas com pessoal também maiores, tem maior probabilidade de entrar em desequilíbrio financeiro.

2.5. Fatores determinantes do endividamento

Para Melo (2013) distinguem-se três fatores identificativos, dos que mais influenciam o endividamento dos Municípios

- **Fatores financeiros**, que resultam da gestão financeira dos municípios e que vem afetar a gestão dos mesmos, análise das receitas e despesa, entre outras variáveis financeiras que podem afetar o endividamento.
- **Fatores socio-económicos**, que permitem caracterizar os municípios a nível social, económico e demográfico, nomeadamente rendimento das famílias, situação demográfica, atividade económica, que podem influenciar indiretamente o endividamento
- **Fatores políticos**, permitem avaliar de que forma os interesses políticos podem influenciar a gestão financeira e orçamental dos municípios, tendo em conta o ciclo eleitoral, ideologia política e fragmentação do governo.

Neste estudo vamos dar particular atenção, aos fatores socio-económicos e financeiros, já que os fatores políticos, no caso em estudo, não têm grande relevância, dado que os Municípios do distrito de Setúbal, tem a mesma orientação política, são todos de ideologia de esquerda.

3. Metodologia

Segundo Vilelas (2009), metodologia é a forma de se fazer referência às fases e procedimentos, que vão ser seguidos numa investigação. Neste estudo, a escolha da metodologia utilizada relaciona-se diretamente, por um lado, com o assunto a investigar, e por outro, com a necessidade de adaptar o método com o objeto de estudo (Bell, 1997), com a finalidade de atingir o objetivo desta investigação, e que é estudar os possíveis fatores que determinam o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal.

Apresentam-se ainda vantagens e limitações da metodologia utilizada e a caracterização da população.

3.1. Método Utilizado

Em termos de procedimento técnico, este estudo pode classificar-se como uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de estudo de caso. Gil (2010) refere que a pesquisa bibliográfica, permite ao investigador a cobertura de uma quantidade de fenómenos muito maior do que se fizesse a pesquisa diretamente, e caracterizando-se por normalmente ser efetuada a partir de material já publicado, tal como, legislação, livros e artigos, entre outros.

Silva e Menezes (2005), afirmam que a revisão de literatura, é o resultado de um processo de levantamento e análise do que já foi publicado, relativamente ao tema que se está a estudar. Vilelas (2009), relativamente ao estudo de caso, refere que se baseia na narração ou descrição de um fenómeno, e Gil (2010), afirma que é simultaneamente um estudo aprofundado e exaustivo, que permite um amplo e detalhado conhecimento. Miguel (2007), refere que estudo de caso, é um estudo de natureza empírica que investiga um determinado fenómeno, num contexto real de vida.

Em termos de abordagem do problema, este estudo é uma pesquisa quantitativa, já que se quantificam os dados para depois os analisar. Serão utilizadas técnicas de estatística descritiva (Silva e Menezes, 2005), de regressão linear múltipla (Ribeiro *et al*, 2011)

Neste estudo os dados recolhidos são classificados como fonte de informação secundária, devido a serem detidos por terceiros e não originais e foram recolhidos diretamente na informação divulgada pelos municípios, através do Anuário Financeiro dos Municípios

Portugueses (AFMP), Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e do Portal Autárquico.

A investigação efetuada apresenta como limitação principal o tamanho da população selecionada. O objetivo do estudo centra-se no estudo do caso dos municípios do distrito de Setúbal, não se pretende generalizar para a globalidade dos municípios portugueses (Freixo, 2013).

3.2.Caracterização da População, Variáveis e Modelo

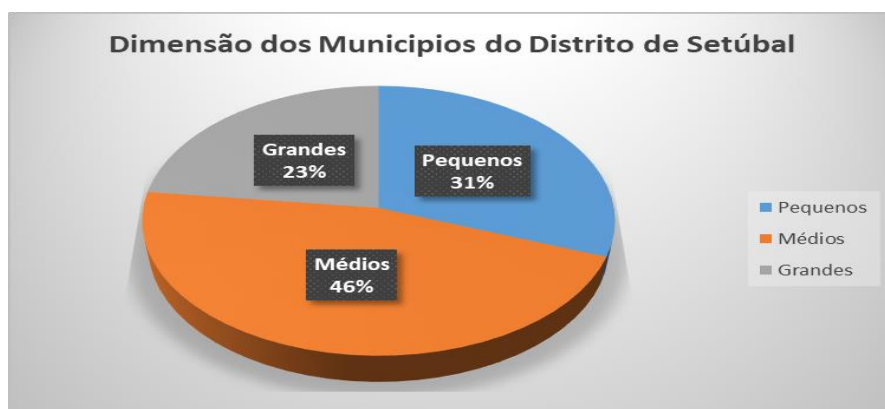
A população do estudo engloba os municípios do distrito de Setúbal, num total de treze. Serão analisados oito anos civis consecutivos (2010 a 2017).

Tabela 2 – Dimensão dos Municípios

Dimensão Municípios	Nível Nacional	%	Distrito de Setúbal	%
Pequenos	186	60,4%	4	30,8%
Médios	98	31,8%	6	46,2%
Grandes	24	7,8%	3	23,1%
Total	308		13	

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3 - Dimensão dos Municípios do Distrito de Setúbal



Fonte: Elaboração própria

A estrutura dimensional dos Municípios do Distrito de Setúbal, é um pouco diferente do geral dos Municípios Portugueses, enquanto a nível nacional, a maior parte dos municípios são de dimensão pequena (60.4%), a maioria dos municípios do distrito de Setúbal são de média dimensão (46%).

Tabela 3 – Caracterização dos municípios do Distrito de Setúbal

Município	nº habitantes	Superfície /Área (Km²)	Densidade Populacional	NºFreguesias	Dimensão
Alcaçer do Sal	11927	1499,90	7,95	4	Pequeno
Alcochete	19153	128,40	149,17	3	Pequeno
Almada	169 241	70,00	2417,73	5	Grande
Barreiro	75847	36,40	2083,71	4	Médio
Grandola	14644	825,90	17,73	4	Pequeno
Moita	66692	55,30	1206,00	4	Médio
Montijo	56024	348,60	160,71	5	Médio
Palmela	64188	465,10	138,01	4	Médio
Santiago do Cacem	28970	1059,70	27,34	8	Médio
Seixal	165 547	95,50	1733,48	4	Grande
Sesimbra	51127	195,70	261,25	3	Médio
Setúbal	116 655	230,30	506,53	5	Grande
Sines	13664	203,30	67,21	2	Pequeno
Total	853 679	5214,10	163,73	55	

Fonte: PorData - dados oficiais do INE 2017

3.3. Situação Financeira dos Municípios do Distrito de Setúbal

Os municípios para se financiarem tem de obter recursos, nomeadamente através de receitas próprias (impostos diretos e indiretos, taxas multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e serviços correntes, e outras receitas correntes e de capital, venda de bens de investimento, ativos financeiros), transferências recebidas (correntes e de capital) e o recurso ao crédito.

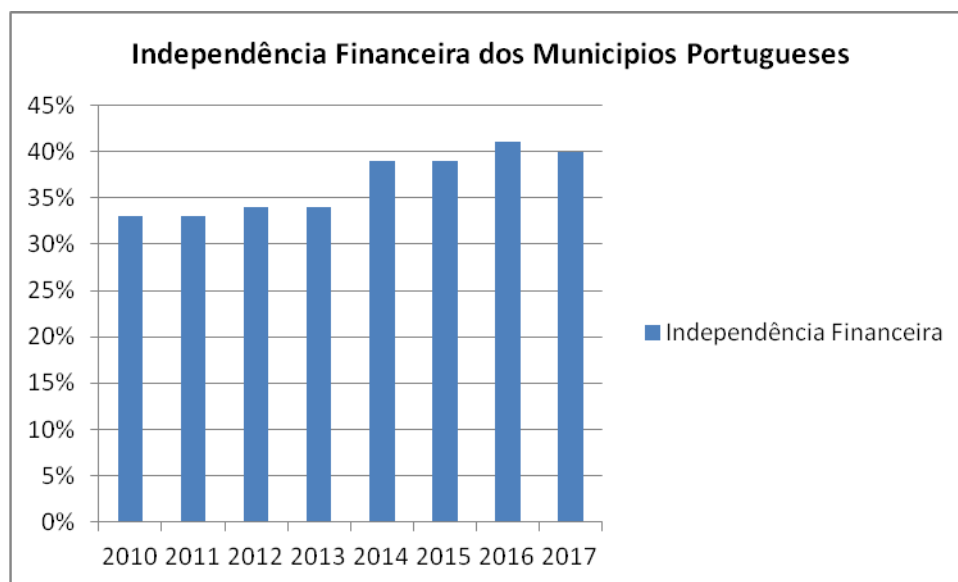
Ao analisar a independência financeira dos Municípios, relaciona-se as receitas próprias com as receitas totais, conseguindo aferir a partir daí, o grau de dependência dos municípios, considera-se haver independência financeira, se o valor for superior a 50%.

3.3.1. Independência Financeira

$$I.F. = \frac{\text{Receitas Próprias}}{\text{Receitas Totais}}$$

Receita Própria (01,02,04,05,07,08,09,11,13) = Receita Total – Transferências OE – Passivos

Gráfico 4. Evolução da Independência Financeira dos Municípios Portugueses



Fonte: Elaboração própria, dados obtidos do AMP (2018)

Apesar de registrar-se uma evolução no valor médio do nível de independência financeira dos Municípios Portugueses, esse valor fica ainda abaixo dos 50%. Analisando este indicador e tendo em conta a dimensão dos Municípios, analisando os anos de 2010 a 2017, os de grande dimensão apresentam valores superiores a 60%, os de média dimensão na ordem dos 50%, os de pequena dimensão, são os que apresentam, um grau de independência muito baixo, na ordem dos 30%.

Tabela 4-Independência Financeira dos Municípios

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nº Municípios Nacionais Existentes/Analisados	186	98	24	308
Nº Municípios Distrito Setúbal Existentes/Analisados	4	6	3	13
% média da independência financeira dos 308 Municípios	30,0%	50,5%	68,9%	39,8%
% média da independência financeira dos 13 Municípios de Setúbal	62,6%	67,7%	76,1%	68,1%

Fonte: adaptado AFMP carvalho *et al*(2018)

Relativamente aos Municípios do Distrito de Setúbal,

Tabela 5 – A Independência Financeira dos Municípios do Distrito de Setúbal

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Almada	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%
Seixal	77,5%	72,1%	79,2%	81,3%	55,8%	80,8%	59,5%	81,8%
Setúbal	71,6%	68,4%	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%	69,4%	72,8%
Barreiro	66,5%	68,2%	69,3%	53,2%	71,4%	71,3%	54,4%	71,1%
Moita	57,4%	55,5%	56,2%	62,9%	55,8%	62,4%	61,4%	60,0%
Montijo	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%
Palmela	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%
Santiago do Cacem	41,0%	38,0%	42,0%	45,0%	48,0%	46,0%	45,0%	47,0%
Sesimbra	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%
Alcacer do Sal	39,0%	36,0%	37,0%	45,0%	41,0%	40,0%	44,0%	45,0%
Alcochete	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%
Grandola	65,3%	45,1%	50,5%	52,5%	59,8%	59,3%	54,2%	71,4%
Sines	30,9%	23,7%	16,9%	40,0%	52,0%	46,0%	56,0%	58,0%

Elaboração própria

Grande Município

Médio Município

Pequeno Município

Ao analisar a evolução deste indicador, verifica-se que os municípios de grande dimensão, todos eles registam valores superiores a 50%, sendo que é nestes que as receitas próprias assumem um maior peso.

Os Municípios do distrito de Setúbal de pequena dimensão registam menos receitas próprias, dois não atingem os 50% no grau de independência financeira, no entanto o Município de Sines, apesar de ser de pequena dimensão, tem vindo a ultrapassar a faixa dos 50%.

O Município de Santiago do Cacém, de média dimensão é o único nesta classificação no Distrito de Setúbal, que atinge também valores abaixo dos 50%.

No caso dos Municípios de pequena dimensão, nomeadamente Alcaçer do Sal, que regista o menor valor de endividamento por habitante, e é o município do distrito com menor grau de independência financeira. Tem um valor baixo de receitas próprias, e está muito dependente das transferências recebidas, no entanto não regista valores elevados de endividamento, por opção política ou outras, não recorre ao crédito.

3.3.2. O endividamento

O período em análise abrange os anos de 2010 a 2017, em que até ao ano de 2013 o endividamento era calculado com base na lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro, “o endividamento líquido é calculado pela diferença entre as dividas a pagar e as disponibilidades e dividas a receber” (Carvalho et al; 2014:207)

Figura 10 – Endividamento líquido

ATIVO (a)	Dividas a Receber
	Disponibilidades
PASSIVO* (b)	Dividas a pagar de Curto Prazo
	Dividas a pagar de Médio longo prazo
*não engloba provisões para riscos e encargos nem acréscimos e diferimentos as dividas de curto prazo inclui dividas das operações não orçamentais	
(b)-(a) = Endividamento Líquido	

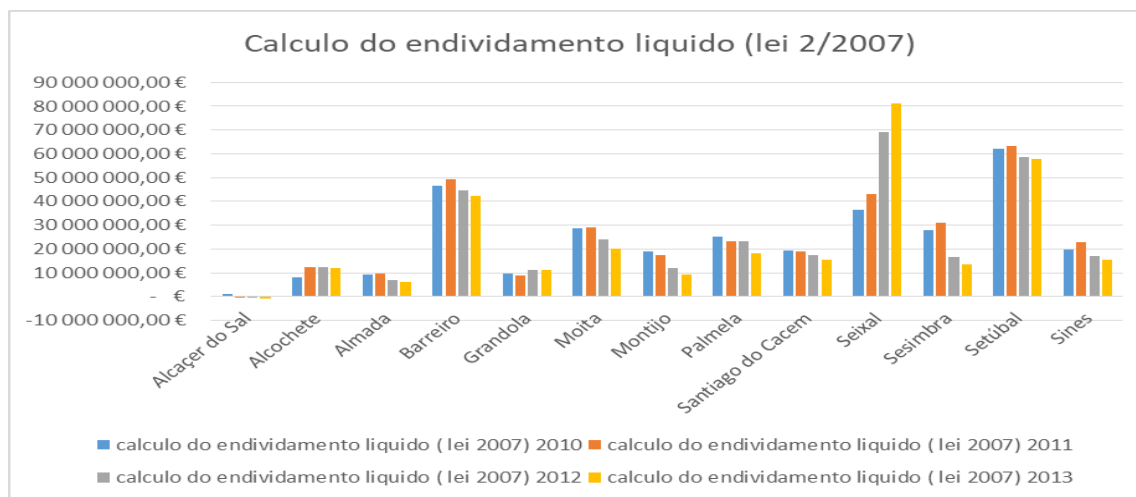
Fonte: Adaptado de Carvalho et al; (2014)

Tabela 6 - Cálculo do endividamento líquido (lei nº2/2007)

	2010	2011	2012	2013
Alcaçer do Sal	1 172 988,00 €	- 502 050,00 €	- 655 018,54 €	- 939 719,90 €
Alcochete	8 028 764,95 €	12 300 802,13 €	12 365 385,22 €	12 086 372,18 €
Almada	9 041 407,36 €	9 444 468,07 €	6 861 620,74 €	5 932 863,18 €
Barreiro	46 562 858,72 €	49 110 848,58 €	44 443 126,72 €	42 101 656,39 €
Grândola	9 578 330,15 €	8 928 143,30 €	11 009 632,26 €	11 229 071,32 €
Moita	28 638 757,24 €	29 131 710,97 €	24 137 238,10 €	20 095 023,10 €
Montijo	18 996 815,00 €	17 485 680,00 €	11 935 904,00 €	9 080 739,00 €
Palmela	25 200 690,43 €	23 364 292,50 €	23 264 437,84 €	17 988 285,80 €
Santiago do Cacem	19 186 694,22 €	18 810 307,63 €	17 217 037,04 €	15 311 889,60 €
Seixal	36 625 484,67 €	43 103 432,72 €	68 935 086,02 €	81 110 512,98 €
Sesimbra	28 039 880,61 €	30 913 549,52 €	16 432 146,02 €	13 514 188,29 €
Setúbal	62 018 506,92 €	63 431 844,96 €	58 651 347,55 €	57 941 260,32 €
Sines	19 786 614,43 €	22 782 654,43 €	16 971 748,76 €	15 638 650,30 €

Fonte: Elaboração própria dados recolhidos do Portal autárquico e AFMP

Gráfico 5- Cálculo do endividamento líquido (lei nº2/2007)



Fonte: elaboração própria

Depois de 2013, o conceito de endividamento municipal é redefinido na lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, e no seu artigo 52 e 54, em que adota o conceito de dívida total, que engloba

empréstimos, tal como definidos, no nº 1 do artigo 49, os contratos de locação financeira, e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Conforme se pode retirar da leitura do já referido art.º 52.º, também as entidades participadas pelo Município, nomeadamente entidades intermunicipais e associativas municipais, empresas municipais e participadas, entre outras, são relevantes para efeitos de apuramento da dívida total, de operações orçamentais.

Esta forma de cálculo tem alguns constrangimentos, que derivam da ausência do conhecimento do valor da dívida de curto prazo de natureza estritamente orçamental, atualmente a prestação de contas dos municípios, não nos permite distinguir o valor da dívida, a que se refere as operações de tesouraria e outras de natureza não orçamental. Carvalho *et al.*(2015)

Tabela 7 - Cálculo do endividamento, conceito da dívida total (lei nº73/2013)

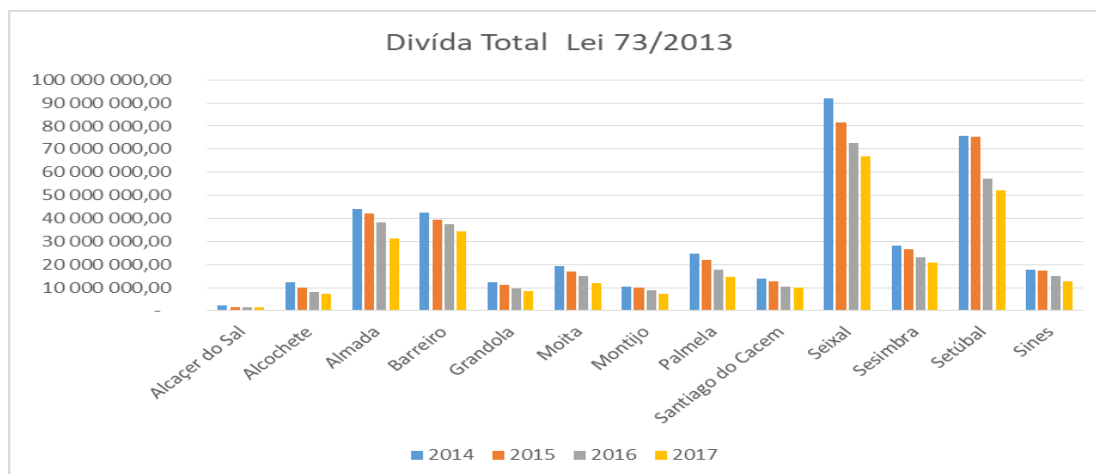
Dívida Total (lei73/2013)	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	2 432 296,91	1 626 104,22	1 576 910,94	1 434 483,42
Alcochete	12 224 081,71	10 142 981,60	8 136 814,77	7 473 804,08
Almada	43 916 025,75	42 002 843,10	38 116 677,26	31 420 956,17
Barreiro	42 553 921,70	39 351 528,67	37 438 804,84	34 466 087,27
Grândola	12 200 373,48	11 010 550,93	9 595 858,71	8 555 412,06
Moita	19 236 069,07	17 077 671,40	14 968 318,88	11 802 167,82
Montijo	10 550 822,15	10 190 228,11	8 919 222,31	7 299 783,42
Palmela	24 655 223,10	21 946 267,64	17 786 867,29	14 499 988,69
Santiago do Cacem	13 973 180,12	12 617 402,70	10 587 096,86	10 120 687,16
Seixal	92 014 454,94	81 481 817,21	72 709 335,85	66 905 199,33
Sesimbra	28 240 547,73	26 788 462,73	23 133 306,43	20 751 874,95
Setúbal	75 702 810,99	75 480 405,49	57 185 449,12	52 062 226,80
Sines	17 730 713,64	17 169 958,43	15 004 455,42	12 593 396,36

Fonte: Elaboração própria dados recolhidos do Portal autárquico e AFMP

Conforme se pode verificar nos últimos anos, o valor do valor da dívida tem vindo a registar uma diminuição em todos os municípios do distrito de Setúbal. No entanto os

municípios com maior valor de dívida total, são dois dos três grandes municípios do distrito de Setúbal, nomeadamente Setúbal e Seixal.

Gráfico 6 – Dívida Total (Anos 2014 a 2017)



Fonte: elaboração própria

Este cálculo da dívida total, apesar dos condicionalismos apontados, irá servir como sinal de alerta para os riscos de incumprimento dos limites do endividamento, e que obrigariam a tomadas de decisão, para a recuperação financeira dos mesmos.

Neste estudo, e para podermos ter valores comparáveis, vamos considerar para os anos em estudo de 2010 a 2017, e para o cálculo a efetuar da dívida total, o valor total das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo, deduzindo o saldo das operações de tesouraria, obtido do mapa de fluxos de caixa. Carvalho et al. (2015)

3.4. Variável Dependente

A variável dependente deste estudo é o endividamento. Devido às alterações na lei das finanças locais, a fórmula de cálculo do endividamento, sofreu alterações durante o período em estudo (2010 a 2017), pelo que para avaliar o comportamento do mesmo, optou-se por calcular o seu valor tendo por base a última lei das finanças locais em vigor para o trabalho, a lei nº 73/2013, considerando o conceito de endividamento como o de dívida total, é o mesmo calculado pelo valor total das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo

prazo, deduzindo o saldo das operações de tesouraria, obtido do mapa de fluxos de caixa, (cálculo segundo o AFMP, Carvalho *et al*,2015).

Na tabela 8 podemos observar o valor do endividamento para os treze municípios do distrito de Setúbal, nos oito anos em estudo. Podemos constatar que dos três municípios de grande dimensão, ao longo dos oito anos em estudo, é o município do Seixal que apresenta o maior endividamento, com exceção do ano de 2010, no qual é o município de Setúbal. No que respeita aos municípios de média dimensão, nos oito anos em estudo foi sempre o município do Barreiro que apresentou maior endividamento. Relativamente aos municípios de pequena dimensão, no período em estudo, foi o município de Sines que apresentou sempre o maior valor de endividamento.

Tabela 8 * Cálculo da dívida total, tal como é considerado no AFMP, Dividas de CP + Dividas de MLP - saldo das operações de tesouraria (fluxos Caixa)

Endividamento *	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	5.298.570,00	2.842.663,00	1.714.779,33	1.088.450,61	2.432.296,91	1.626.104,22	1.576.910,94	1.434.483,42
Alcochete	8.293.289,76	13.429.177,56	13.148.538,36	13.239.834,90	12.224.081,71	10.142.981,60	8.136.814,77	7.473.804,08
Almada	41.203.466,49	49.724.042,34	46.813.072,26	44.632.699,47	43.916.025,75	42.002.843,10	38.116.677,26	31.420.956,17
Barreiro	49.202.213,09	51.644.490,30	47.622.477,69	44.880.451,96	42.553.921,70	39.351.528,67	37.438.804,84	34.466.087,27
Grandola	11.580.136,04	13.945.302,15	13.857.153,80	13.781.006,99	12.200.373,48	11.010.550,93	9.595.858,71	8.555.412,06
Moita	29.230.413,50	29.924.991,94	25.590.525,22	22.344.347,31	19.236.069,07	17.077.671,40	14.968.318,88	11.802.167,82
Montijo	20.470.084,00	19.228.702,00	14.285.752,00	12.453.208,00	10.550.822,15	10.190.228,11	8.919.222,31	7.299.783,42
Palmela	27.950.785,30	27.532.540,14	28.789.550,88	27.375.318,14	24.655.223,10	21.946.267,64	17.786.867,29	14.499.988,69
Santiago do Cacem	20.450.104,31	20.760.739,62	18.796.675,09	16.482.391,09	13.973.180,12	12.617.402,70	10.587.096,86	10.120.687,16
Seixal	66.832.489,01	99.342.616,70	103.740.963,64	94.523.134,49	92.014.454,94	81.481.817,21	72.709.335,85	66.905.199,33
Sesimbra	31.528.793,53	34.962.121,26	36.076.125,31	33.394.158,73	28.240.547,73	26.788.462,73	23.133.306,43	20.751.874,95
Setúbal	78.261.959,60	84.394.083,57	83.823.516,19	84.830.613,74	75.702.810,99	75.480.405,49	57.185.449,12	52.062.226,80
Sines	23.155.440,66	25.867.860,06	22.181.832,99	20.083.075,86	17.730.713,64	17.169.958,43	15.004.455,42	12.593.396,36

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 7 - Evolução do endividamento dos municípios de pequena dimensão

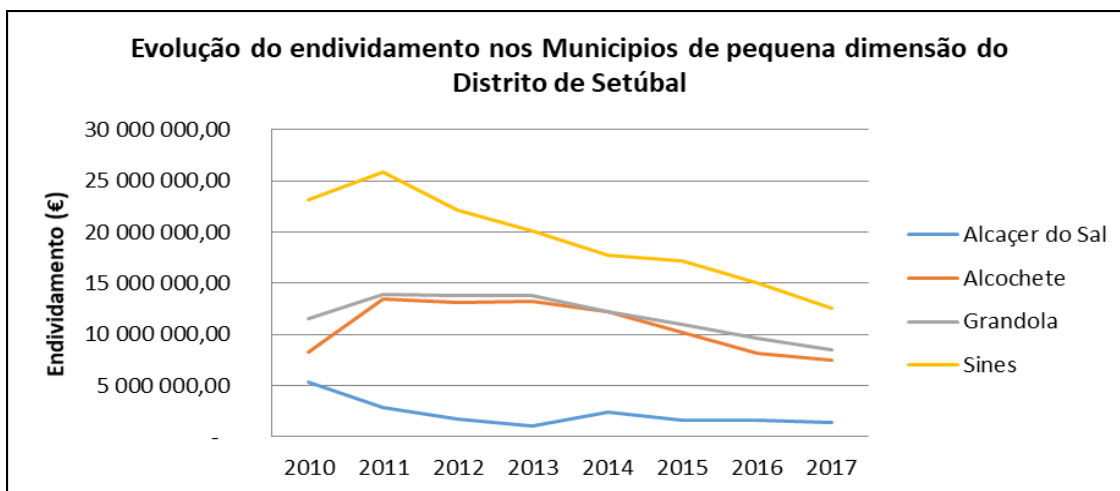


Gráfico 8 - Evolução do endividamento dos municípios de média dimensão

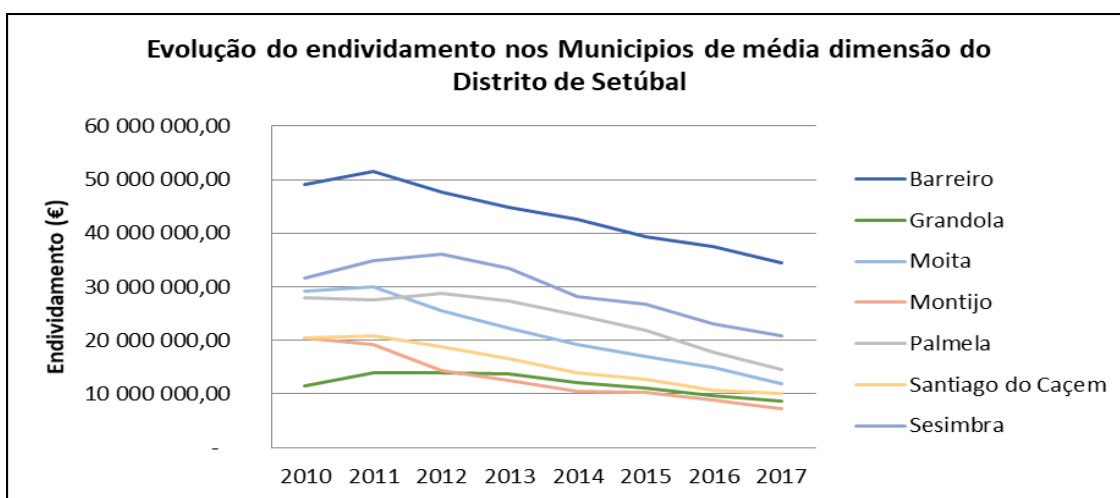
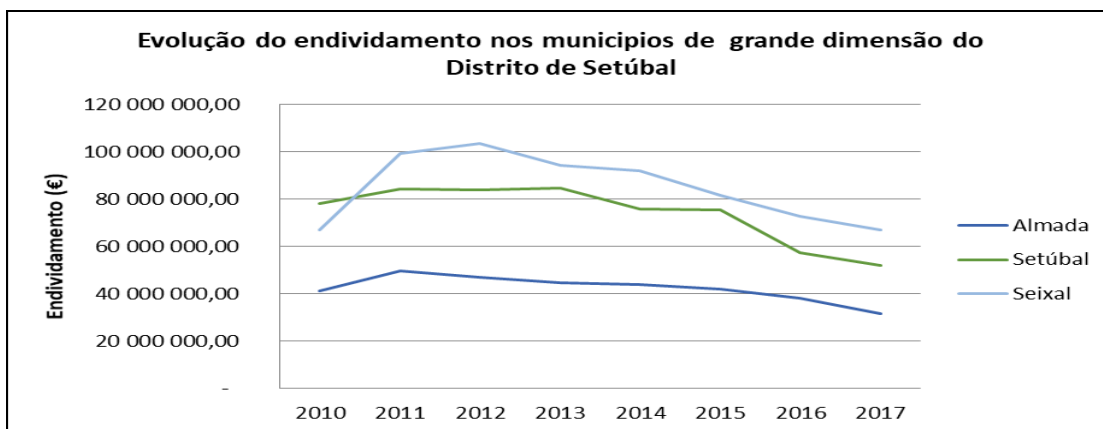


Gráfico 9 - Evolução do endividamento dos municípios de grande dimensão



Através da observação dos gráficos 7, 8, e 9 verificamos que todos os municípios do distrito de Setúbal, qualquer que seja a sua dimensão, registaram de uma forma geral uma diminuição nos valores do endividamento, no período em estudo.

3.5. Outras variáveis

As variáveis independentes que selecionamos como possíveis fatores que determinam o endividamento são as que se apresentam seguidamente.

3.5.1. Receitas e Despesas dos Municípios do Distrito de Setúbal

As receitas municipais são agrupadas de acordo com o decreto-lei 26/2002 de 14 de Fevereiro, pela sua natureza económica, em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, como se pode observar pela figura 11.

Figura11 - Receitas

Receitas Correntes	Receitas de Capital	Outras Receitas
01 - Impostos diretos 02 - Impostos indiretos 04 - Taxas, multas e outras penalidades 05 - Rendimentos de propriedade 06 - Transferências correntes 07 - Vendas de bens e serviços correntes 08 - Outras receitas correntes	09- Vendas de bens de investimento 10 - Transferências de capital 11 - Ativos financeiros 12 - Passivos financeiros 13 - Outras receitas de capital	15 - Reposições não abatidas nos pagamentos 16 - Saldo da gerência anterior

Fonte: AFMP 2017, pp42

Receitas Correntes

As receitas correntes são aquelas que regra geral se renovam, em todos os períodos financeiros (Decreto-lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro).

As receitas correntes dos municípios do distrito de Setúbal, no último ano tem vindo a aumentar, independentemente da dimensão do município. Como se pode constatar pelos gráficos 10,11 e 12.

Através da análise do Tabela 9 verificamos que nos anos de 2010, 2014, 2015 e 2017 é o município de Grândola que apresenta maiores receitas correntes. Sendo Sines, o município que apresenta maiores receitas correntes, entre 2011 e 2013. No período em estudo, é o município de Alcochete que apresenta menores receitas correntes.

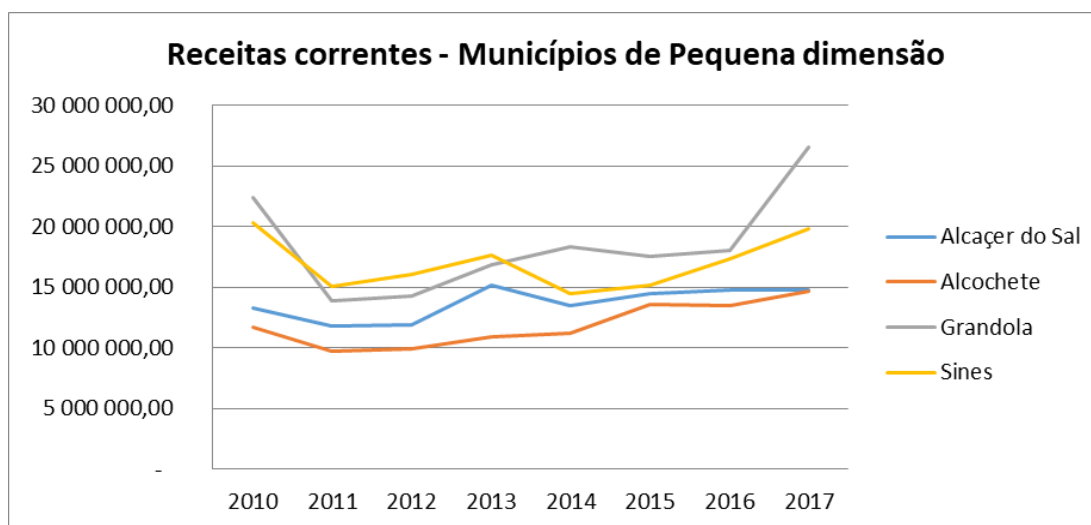
Receitas Correntes – Municípios de pequena dimensão

Tabela 9 - Receitas Correntes – Municípios de pequena dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	13.293.758,00	11.789.089,00	11.870.915,00	15.178.836,00	13.464.810,00	14.439.375,00	14.766.574,00	14.816.995,00
Alcochete	11.710.235,00	9.754.860,00	9.939.858,00	10.885.016,00	11.253.116,00	13.618.280,00	13.499.983,00	14.675.351,00
Grandola	22.394.601,00	13.874.743,00	14.275.409,00	16.858.490,00	18.322.523,04	17.515.375,73	17.986.606,00	26.521.043,00
Sines	20.280.783,00	15.104.811,00	16.028.668,00	17.610.014,00	14.437.447,00	15.121.111,00	17.299.020,00	19.790.223,00

Fonte: Elaboração própria dados do Portal Autárquico

Gráfico 10 - Receitas Correntes – Municípios de pequena dimensão



Receitas Correntes – Municípios de Média Dimensão

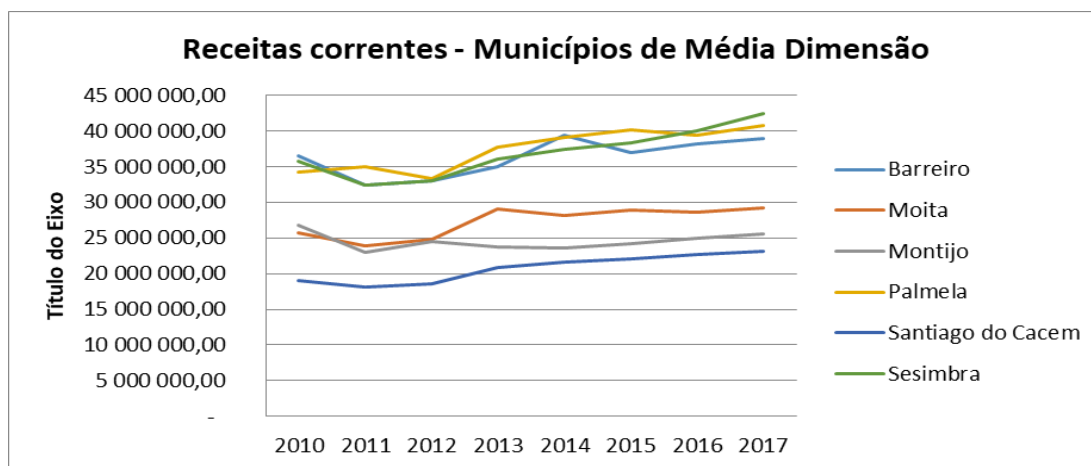
A análise da tabela 10, permite concluir que na maioria dos anos observados, nomeadamente em 2011, 2012, 2013 e 2015 e 2016, foi o município de Palmela que apresentou maior valor de receitas correntes. Nos anos de 2010 e 2014, o maior valor foi apresentado pelo município do Barreiro e em 2017 foi Sesimbra que apresentou o valor mais elevado. Relativamente ao valor mais baixo, foi sempre apresentado pelo mesmo município, Santiago do Cacém.

Tabela 10 - Receitas Correntes – Municípios de média dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiro	36.435.613,78	32.345.701,39	33.018.869,39	35.008.565,81	39.388.769,06	36.938.781,00	38.112.536,00	38.988.525,00
Moita	25.763.982,00	23.934.857,00	24.871.997,00	29.032.095,00	28.159.120,00	28.876.337,00	28.597.995,00	29.260.241,00
Montijo	26.724.020,00	23.028.368,32	24.466.624,16	23.736.626,39	23.655.149,89	24.212.968,44	25.000.708,00	25.618.372,26
Palmela	34.141.888,00	34.949.687,00	33.371.237,00	37.731.103,00	39.122.982,00	40.081.445,00	39.335.083,00	40.689.308,00
Santiago do Cacem	19.062.838,00	18.099.404,00	18.542.875,00	20.785.804,00	21.666.827,00	22.050.899,00	22.615.970,00	23.069.913,00
Sesimbra	35.729.208,00	32.374.778,00	33.014.595,00	36.048.033,00	37.424.630,00	38.381.445,00	39.926.470,00	42.467.981,00

Fonte: Elaboração própria Dados do Portal Autárquico

Gráfico 11 - Receitas Correntes – Municípios de média dimensão



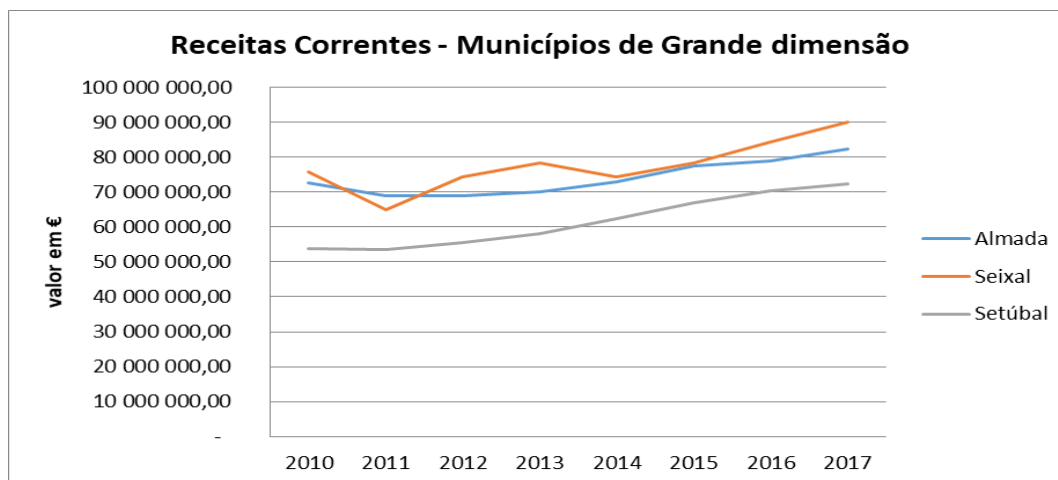
Receitas Correntes – Municípios de Grande Dimensão

Tabela 11 – Receitas correntes municípios de grande dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Almada	72.533.377,00	69.012.440,26	68.911.310,06	70.030.869,38	73.013.394,00	77.517.970,00	78.973.744,00	82.397.495,00
Seixal	75.709.131,00	64.795.140,00	74.288.508,00	78.361.152,00	74.477.900,00	78.300.060,00	84.420.153,00	90.041.128,00
Setúbal	53.759.830,00	53.546.728,00	55.615.216,00	58.108.434,00	62.270.916,00	66.990.843,00	70.336.149,00	72.465.311,00

Fonte: Elaboração própria Dados do Portal Autárquico

Gráfico 12 - Receitas correntes municípios de grande dimensão



No que respeita aos municípios de grande dimensão, a tabela 11 permite concluir que, com exceção do ano de 2011, o valor mais elevado das receitas correntes foi apresentado pelo município do Seixal, sendo que em 2011 foi Almada que apresentou maior valor. O Valor mais baixo foi apresentado, em todo o período em estudo, pelo município de Setúbal.

Receitas de Capital

São receitas cobradas ocasionalmente, isto é, que se revestem de caráter transitório, e que regra geral, estão associadas a uma diminuição do património. (Decreto-lei nº 26/2002 de 14 de Fevereiro)

Nas receitas de capital, ao contrário do que se observou relativamente às receitas correntes, existem grandes oscilações nos valores, não se observando um padrão, como se poderá constatar através da análise dos gráficos 13, 14 e 15.

Receitas de Capital - Municípios de Pequena Dimensão

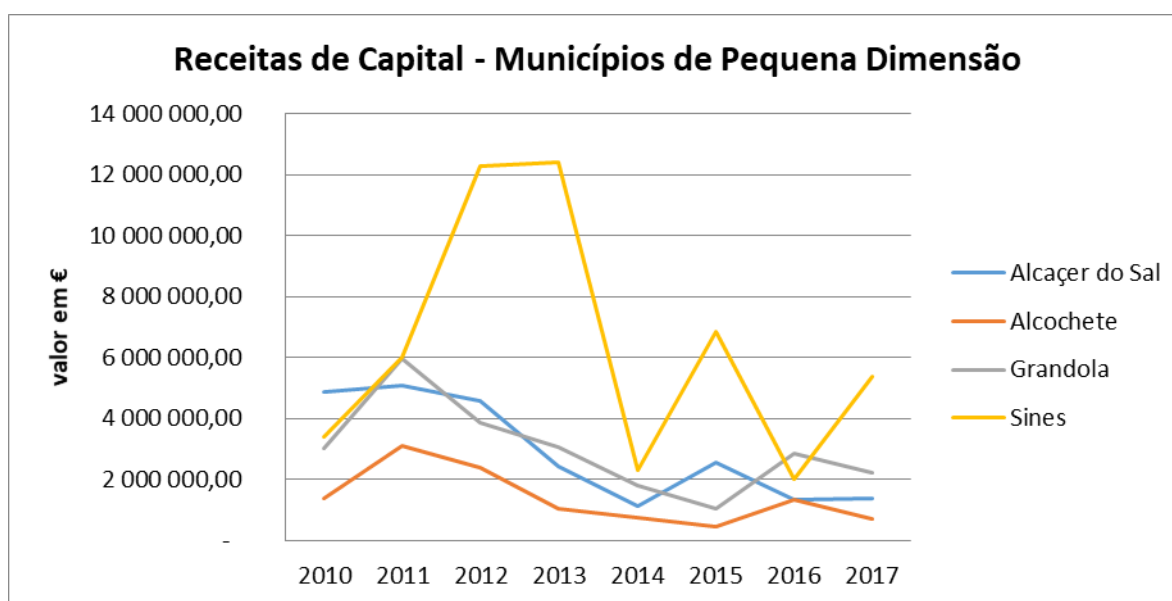
A análise da tabela 12, destacamos que dos oito anos estudados, o município de Sines apresentou, em seis destes, o maior valor de receitas de capital, tendo nos anos de 2012 e 2013, valores muito acima dos restantes anos observados.

Tabela 12 – Receitas de Capital municípios de pequena dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	4.885.506,77	5.100.830,77	4.561.263,71	2.436.725,95	1.147.357,27	2.554.285,30	1.320.265,90	1.363.684,96
Alcochete	1.390.541,87	3.085.365,95	2.399.347,93	1.052.676,65	751.421,66	435.681,51	1.328.786,75	711.253,37
Grandola	3.021.831,11	5.947.933,93	3.856.122,55	3.043.709,95	1.794.534,69	1.050.605,08	2.844.895,40	2.222.995,67
Sines	3.403.020,09	6.010.213,00	12.269.001,00	12.414.333,00	2.298.742,00	6.854.964,00	2.007.524,00	5.365.316,00

Fonte: Elaboração própria Dados do Portal Autárquico

Gráfico 13 - Receitas de Capital municípios de pequena dimensão



Receitas de Capital - Municípios de média dimensão

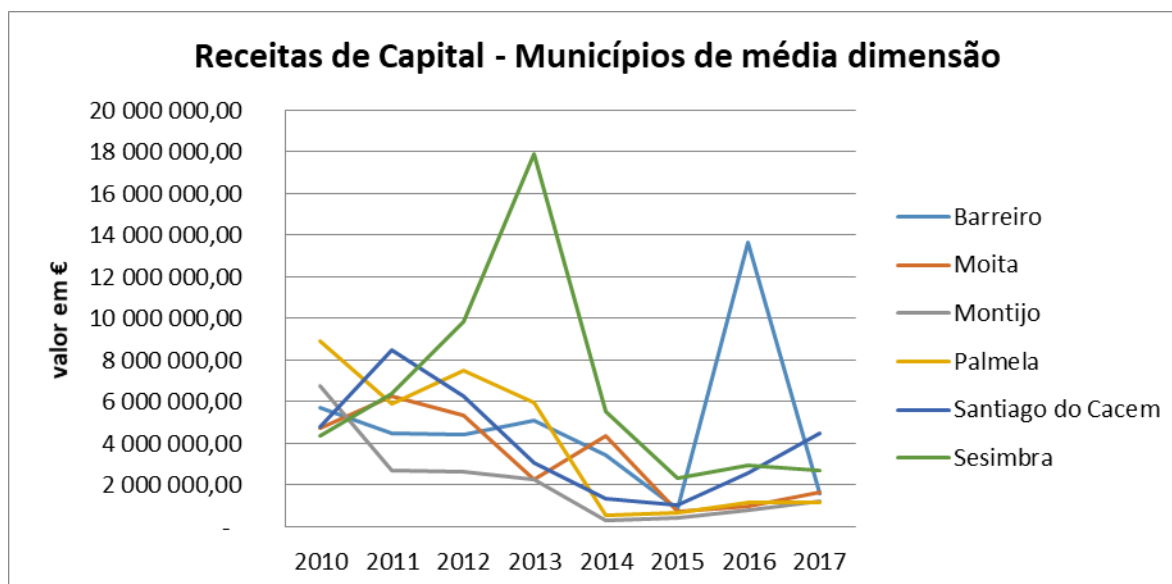
A análise da tabela 13, permite salientar que em cinco dos oito anos analisados, foi o município de Sesimbra, que apresentou maior valor nas receitas de capital, tendo no ano de 2013 um valor muito superior ao apresentado nos restantes anos. Também o município do Barreiro apresenta no ano de 2016 um valor muito superior aos restantes anos analisados.

Tabela 13 – Receitas de Capital – Municípios de média dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiro	5.714.377,28	4.490.397,63	4.400.969,72	5.112.254,65	3.463.281,48	889.366,00	13.632.992,00	1.612.069,00
Moita	4.720.194,00	6.263.226,00	5.382.016,00	2.259.096,00	4.393.038,00	728.661,00	1.012.216,00	1.681.048,00
Montijo	6.796.152,38	2.708.320,09	2.643.718,75	2.249.878,16	325.318,58	439.086,00	807.480,00	1.255.066,44
Palmela	8.924.717,94	5.929.834,07	7.528.152,76	5.968.297,16	523.296,78	682.571,50	1.187.374,20	1.152.835,36
Santiago do Cacem	4.808.200,00	8.521.500,00	6.301.400,00	3.057.300,00	1.355.200,00	1.064.000,00	2.567.200,00	4.478.210,00
Sesimbra	4.376.264,71	6.391.356,05	9.874.232,60	17.910.078,02	5.546.217,90	2.337.305,68	2.945.532,74	2.686.663,47

Fonte: Elaboração própria Dados do Portal Autárquico

Gráfico 14 – Receitas de Capital – Municípios de média dimensão



Receitas de Capital - Municípios de grande dimensão

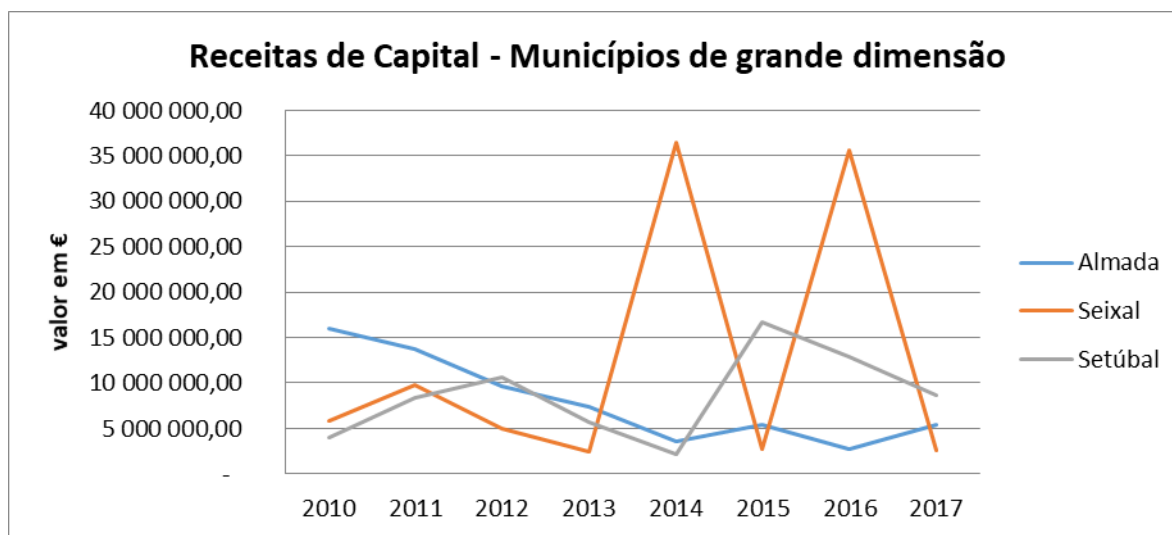
Relativamente aos municípios de grande dimensão, a tabela 14, permite observar que houve alguma alternância no que respeita ao município que apresentou maior valor de receitas de capital. Analisando o comportamento de cada município ao longo dos oito anos, verificamos que para todos eles, existem grandes oscilações no valor das receitas de capital.

Tabela 14 – Receitas de Capital municípios de grande dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Almada	16.060.111,58	13.763.462,92	9.586.240,84	7.396.318,37	3.550.790,00	5.449.859,00	2.699.076,00	5.405.422,00
Seixal	5.897.869,00	9.786.643,00	4.927.430,60	2.431.235,16	36.506.819,40	2.777.111,21	35.562.809,00	2.556.134,00
Setúbal	3.992.620,87	8.400.914,02	10.697.445,83	5.735.674,53	2.179.188,98	16.680.000,00	12.898.000,00	8.591.000,00

Fonte: Elaboração própria Dados do Portal Autárquico

Gráfico 15 - Receitas de Capital municípios de grande dimensão



As figuras 12 e 13 permitem comparar, relativamente ao ano de 2017, a realidade dos municípios do distrito de setúbal com a globalidade dos municípios portugueses, no que respeita às receitas correntes e de capital. A análise destas figuras permite concluir que não se verificam diferenças substanciais entre os municípios analisados e a globalidade dos municípios portugueses.

Figura 12 – Receitas Correntes de Capital, por dimensão nos Municípios Portugueses

em milhares de euros - Ano 2017

Municípios portugueses por dimensão	Receitas Correntes	%	Receitas de Capital	%	Total de Receitas
Pequenos - 186	1 608 600,00	83%	336 100,00	17%	1 944 700,00
Médios - 98	2 623 800,00	82%	571 300,00	18%	3 195 100,00
Grandes - 24	2 922 200,00	92%	241 000,00	8%	3 163 200,00
Totais	7 154 600,00	86%	1 148 400,00	14%	8 303 000,00

Fonte: AFMP 2017

Figura 13

em milhares de euros - Ano 2017

Municípios de Setúbal por dimensão	Receitas Correntes	%	Receitas de Capital	%	Total de Receitas
Pequenos - 4	61 047,20	86%	9 663,30	14%	70 710,50
Médios - 6	183 232,70	93%	12 865,90	7%	196 098,60
Grandes - 3	213 234,70	93%	16 552,60	7%	229 787,30
Totais	457 514,60	92%	39 081,80	8%	496 596,40

Fonte: AFMP 2017

Despesas Correntes e de Capital

Figura. 14 - Despesas correntes e de Capital

Despesas Correntes	Despesas de Capital
01 - Despesas com pessoal	07- Aquisição de bens de Capital
02 - Aquisição de bens e serviços	08 - Transferencias de capital
03 - Juros e outros encargos	09 - Ativos financeiros
04 - Transferencias correntes	10 - Passivos financeiros
05 - Subsidios	11 - Outras despesas de capital
06 - Outras despesas correntes	

Fonte: AFMP 2017, pp101

A análise dos gráficos 16, 17 e 18 permite concluir que de uma forma geral, independentemente da dimensão, se verificou uma tendência estacionária das despesas correntes ao longo dos oito anos analisados.

Despesas Correntes - Municípios de Pequena Dimensão

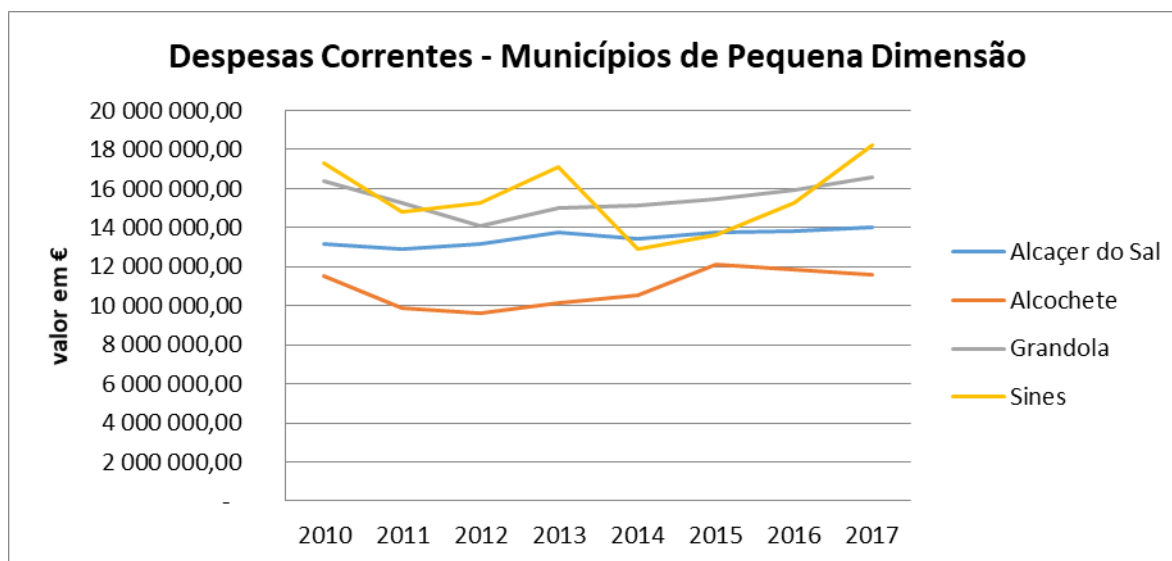
A análise da tabela 15, permite concluir que o valor mais elevado foi atingido alternadamente, entre os municípios de Grândola e Sines, sendo o valor mais baixo, apresentado sempre pelo município de Alcochete.

Tabela 15 – Despesas correntes em municípios de pequena dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	13.172.994,02	12.898.211,61	13.174.954,66	13.726.908,59	13.404.309,88	13.752.367,20	13.816.735,84	14.036.087,84
Alcochete	11.550.731,43	9.873.707,07	9.634.107,69	10.135.884,02	10.570.846,43	12.103.671,66	11.853.046,38	11.619.226,08
Grandola	16.394.906,25	15.293.881,89	14.115.779,18	14.999.503,57	15.124.033,23	15.441.360,77	15.919.592,48	16.593.478,96
Sines	17.328.285,07	14.786.601,00	15.250.594,00	17.128.958,00	12.882.703,00	13.654.168,00	15.300.454,00	18.218.793,00

Fonte: Dados obtidos do Portal Autárquico

Gráfico 16 - Despesas correntes em municípios de pequena dimensão



Os municípios pequenos têm mantido o valor das despesas correntes com pequenas oscilações. Em todos eles houve um decréscimo no ano de 2011 devido às restrições e cortes nos salários.

Despesas Correntes - Municípios média dimensão

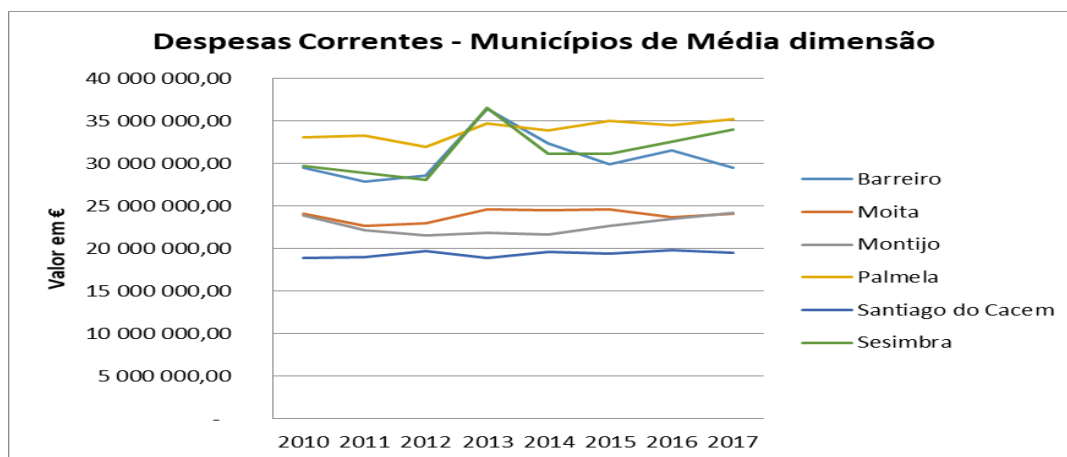
A tabela 16, permite verificar que em sete dos oito anos observados, é o município de Palmela, que apresenta maior valor de despesas correntes. Sendo Santiago do Cacém aquele que apresenta sempre o menor valor.

Tabela 16 - Despesas correntes em municípios de média dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiro	29.538.027,67	27.903.506,17	28.587.580,28	36.398.319,80	32.310.054,36	29.927.750,00	31.491.790,00	29.453.406,00
Moita	24.072.597,00	22.649.049,00	22.939.285,00	24.566.373,00	24.497.961,00	24.567.927,00	23.673.847,00	24.106.034,00
Montijo	23.867.219,55	22.104.559,58	21.532.842,42	21.822.112,85	21.656.751,94	22.660.856,58	23.492.471,64	24.234.784,33
Palmela	33.076.521,70	33.258.664,75	31.905.500,05	34.660.860,27	33.829.720,23	35.049.354,10	34.443.192,15	35.244.592,61
Santiago do Cacem	18.849.000,00	18.971.500,00	19.657.800,00	18.931.300,00	19.594.700,00	19.368.100,00	19.759.800,00	19.507.200,00
Sesimbra	29.682.713,48	28.882.745,83	28.092.274,95	36.555.001,78	31.117.329,92	31.119.539,38	32.529.919,76	33.956.582,52

Fonte: Dados obtidos do Portal Autárquico

Gráfico 17 - Despesas correntes em municípios de média dimensão



Despesas Correntes – Municípios de grande dimensão

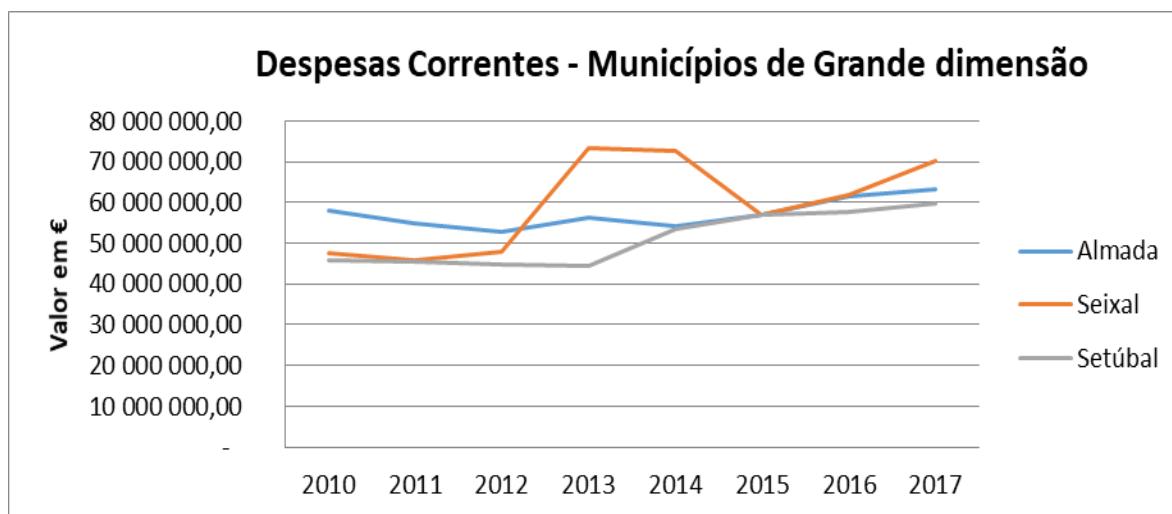
A tabela 17, permite verificar que nos primeiros três anos analisados, foi o município de Almada que apresentou maior valor de despesas correntes, e que nos últimos cinco anos foi o município do Seixal. Este último apresenta um acréscimo considerável comparando os três primeiros anos com os seguintes.

Tabela 17 - Despesas correntes em municípios de grande dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Almada	57.908.259,86	54.996.275,71	52.971.765,00	56.153.681,39	54.089.633,00	56.919.724,00	61.427.977,00	63.330.950,00
Seixal	47.578.278,00	45.678.850,00	47.873.383,54	73.249.729,09	72.735.909,92	57.019.344,88	61.978.882,00	70.095.415,00
Setúbal	45.716.413,72	45.642.822,92	44.744.276,41	44.536.641,56	53.589.296,88	57.002.000,00	57.735.000,00	59.642.000,00

Fonte: Dados obtidos do Portal Autárquico

Gráfico 18 - Despesas correntes em municípios de grande dimensão



Despesas de Capital

A análise dos gráficos 19, 20 e 21 permite concluir que existem diversos municípios que apresentam grandes oscilações nas despesas de capital, independentemente da sua dimensão.

Despesas de Capital - Municípios Pequena dimensão

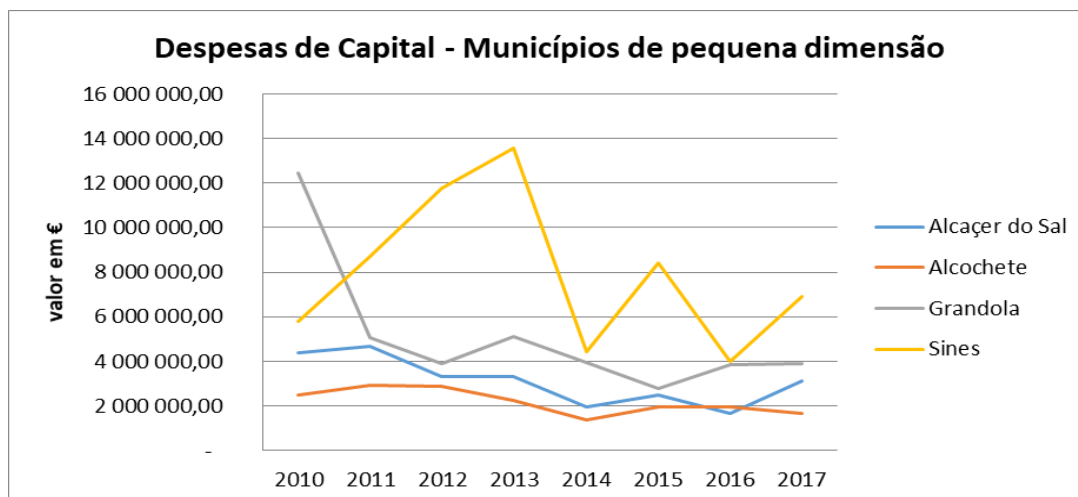
A tabela 18, permite observar que é o município de Sines, que apresenta quase na totalidade dos anos em estudo, o maior valor de despesas de capital. O valor mais baixo é sempre apresentado pelo município de Alcochete. É também o município de Alcochete o que apresenta maior estabilidade ao longo dos oito anos, sendo Sines aquele que apresenta maior oscilação.

Tabela 18 - Despesas de Capital - Municípios de Pequena Dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	4.389.358,67	4.679.343,79	3.316.917,03	3.300.773,36	1.949.343,68	2.503.310,70	1.663.998,75	3.116.461,04
Alcochete	2.480.742,42	2.944.058,77	2.867.281,82	2.242.093,91	1.389.550,60	1.970.553,49	1.962.118,62	1.666.160,30
Grandola	12.442.646,58	5.077.298,01	3.896.783,44	5.106.120,23	3.940.067,68	2.788.341,60	3.833.304,81	3.882.998,44
Sines	5.777.045,63	8.705.040,00	11.760.503,00	13.569.300,00	4.439.006,00	8.396.208,00	3.974.327,00	6.885.716,00

Fonte: Dados obtidos no Portal Autárquico

Gráfico 19 - Despesas de Capital - Municípios de Pequena Dimensão



Despesas de Capital – Municípios de Média Dimensão

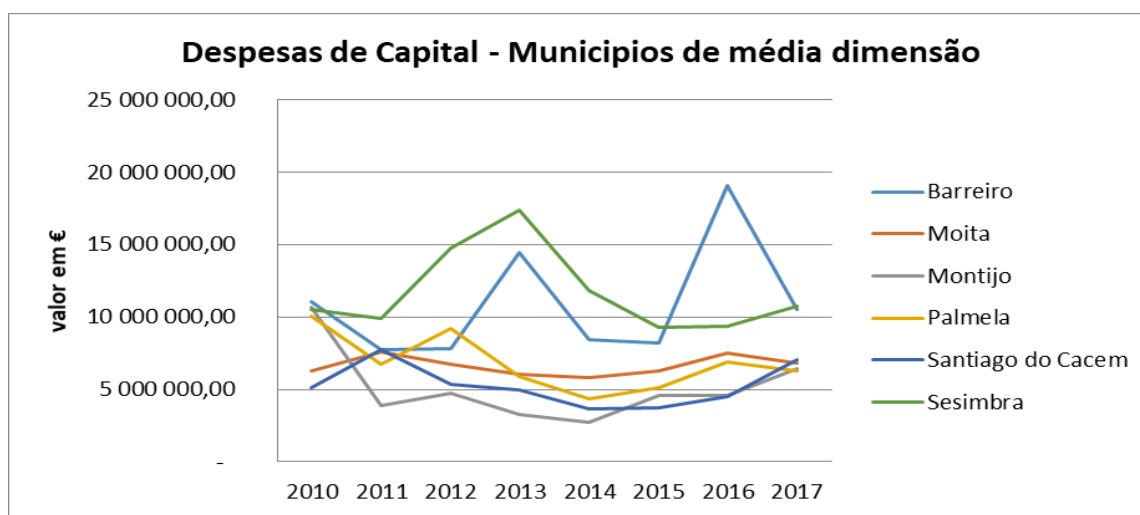
A tabela 19, permite concluir que é Sesimbra o município que ao longo do período estudado apresenta maior valor de despesas de capital, com exceção dos anos de 2010 e 2016, nos quais o maior valor é apresentado pelo município do Barreiro. São também estes dois municípios que apresentam maiores oscilações ao longo dos oito anos.

Tabela 19 - Despesas de Capital - Municípios Média Dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiro	11.044.964,36	7.728.909,92	7.840.134,52	14.427.126,34	8.406.618,07	8.203.174,00	19.073.551,00	10.488.893,00
Moita	6.293.297,00	7.606.443,00	6.704.662,00	6.009.345,00	5.786.719,00	6.264.086,00	7.480.977,00	6.822.429,00
Montijo	10.685.128,21	3.886.146,39	4.723.498,46	3.279.748,05	2.702.779,75	4.563.558,71	4.563.406,36	6.430.489,93
Palmela	10.040.611,51	6.708.038,86	9.216.163,07	5.899.225,71	4.377.627,87	5.138.446,36	6.868.411,60	6.295.868,26
Santiago do Cacem	5.152.000,00	7.761.100,00	5.358.500,00	4.997.700,00	3.652.800,00	3.744.900,00	4.490.200,00	7.048.400,00
Sesimbra	10.493.306,46	9.932.836,79	14.719.749,22	17.390.071,81	11.847.586,43	9.295.999,01	9.320.803,62	10.753.375,69

Fonte: Dados obtidos no Portal Autárquico

Gráfico 20 - Despesas de Capital - Municípios Média Dimensão



Despesas de Capital - Municípios Grande Dimensão

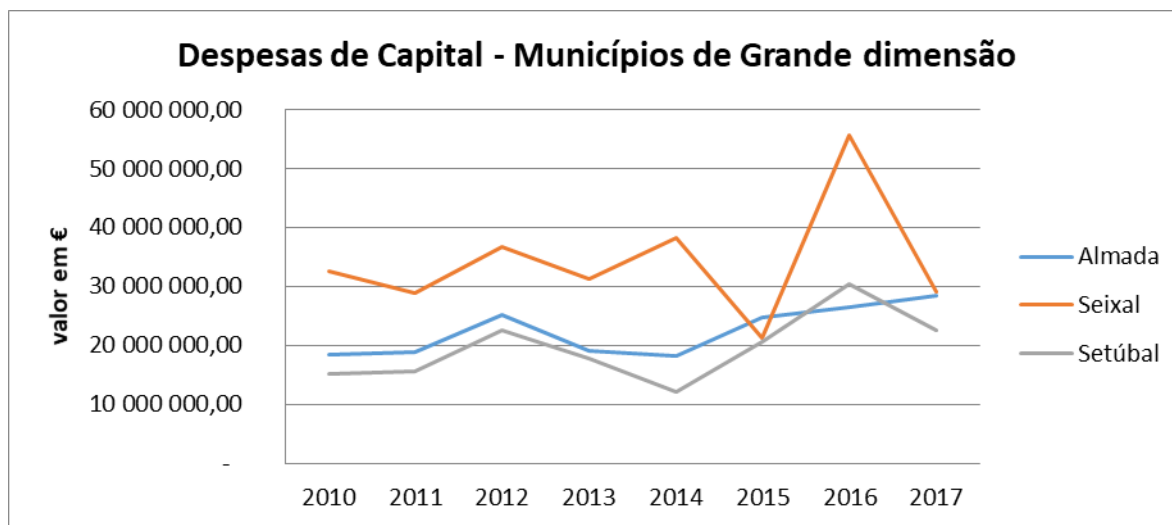
Relativamente à aos municípios de grande dimensão, a análise à tabela 20, permite verificar, que é o Seixal que apresenta maior valor em set dos oito anos analisados, sendo também este o município que apresenta maiores oscilações.

Tabela 20- Despesas de Capital - Municípios Grande Dimensão

Município /Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Almada	18.493.222,55	18.860.775,95	25.099.188,79	19.074.760,54	18.210.735,00	24.770.189,00	26.560.466,00	28.435.964,00
Seixal	32.463.224,00	28.901.019,00	36.612.921,14	31.292.801,84	38.145.006,94	21.321.190,09	55.563.187,00	29.145.784,00
Setúbal	15.234.486,16	15.605.315,62	22.556.746,08	17.645.727,79	12.024.022,88	20.650.000,00	30.383.000,00	22.572.000,00

Fonte: Dados obtidos no Portal Autárquico

Gráfico 21 – Despesas de Capital Municípios de Grande Dimensão



Despesas de Pessoal

A análise dos gráficos 22, 23 e 24 permite concluir que independentemente da sua dimensão e relativamente às despesas com pessoal, os municípios têm um comportamento com tendência globalmente estacionária, ao longo do período em estudo.

Despesas com o pessoal nos municípios de pequena dimensão

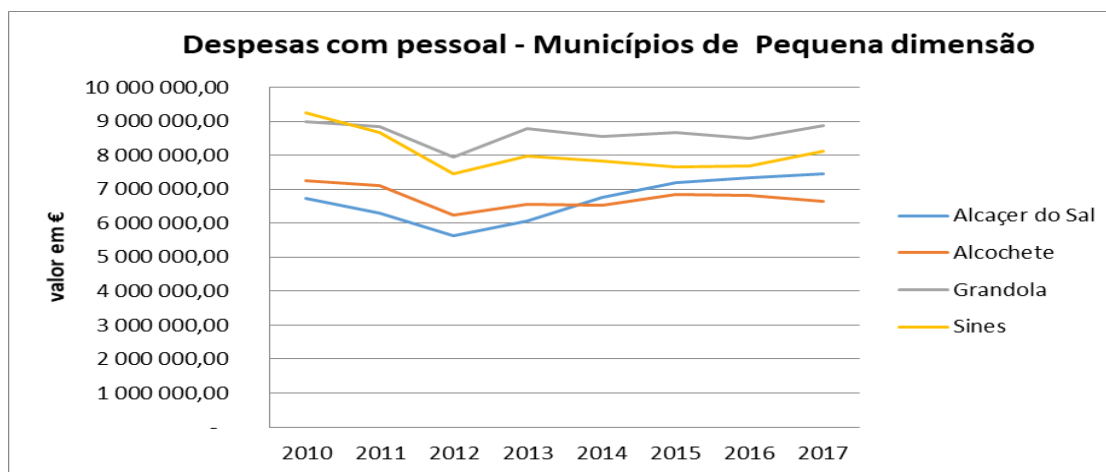
A análise da tabela 21, permite concluir que nos primeiros dois anos foi o município de Sines que apresentou maiores despesas com pessoal, e que nos restantes seis anos foi o município de Grândola. O menor valor foi partilhado pelos municípios de Alcácer do sal e de Alcochete.

Tabela 21 - Despesas com o pessoal nos municípios de pequena dimensão

Despesas com pessoal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	6.733.512,64	6.287.339,85	5.632.067,89	6.072.906,68	6.750.716,58	7.183.465,00	7.349.950,84	7.465.664,71
Alcochete	7.262.067,60	7.097.946,41	6.227.862,55	6.551.768,69	6.529.833,81	6.832.560,60	6.815.759,42	6.641.594,36
Grandola	8.974.968,13	8.853.739,48	7.945.507,99	8.772.676,92	8.549.793,73	8.662.634,93	8.506.746,91	8.880.108,98
Sines	9.254.093,78	8.679.665,53	7.466.346,00	7.962.008,65	7.818.280,72	7.641.604,38	7.682.274,73	8.116.630,10

Fonte: Dados obtidos no Portal Autárquico

Gráfico 22



Despesas com o pessoal nos municípios de média dimensão

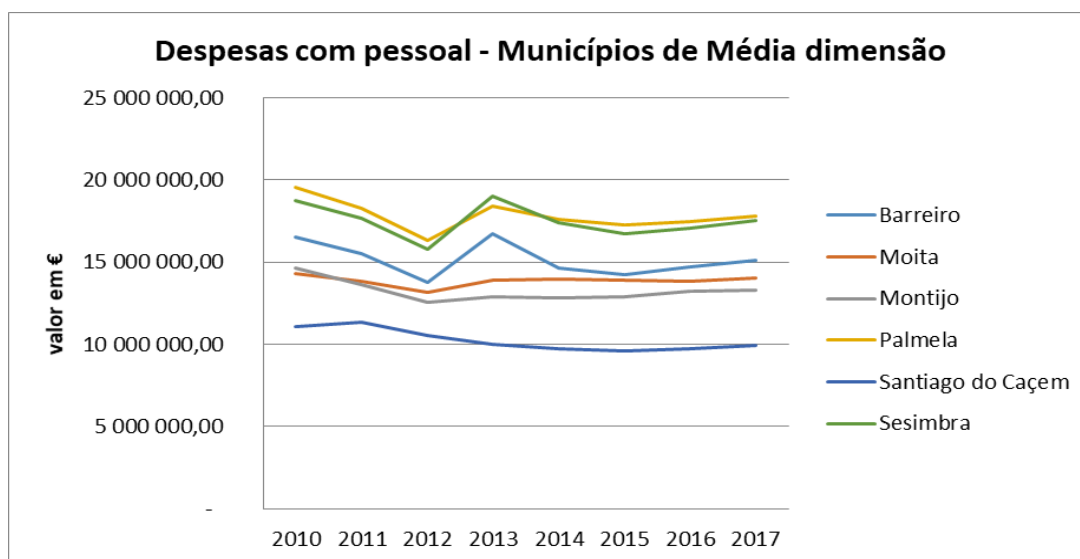
A análise da tabela 22, permite verificar que em sete dos oito anos analisados, foi o município de Palmela que apresentou maior valor de despesas com pessoal. Em oposição, o menor valor de despesas com pessoal, foi sempre apresentado pelo município de Santiago do Cacém.

Tabela 22 - Despesas com o pessoal nos municípios de média dimensão

Despesas com pessoal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiro	16.505.508,49	15.549.317,14	13.800.040,14	16.705.340,57	14.642.959,55	14.239.908,54	14.706.546,19	15.086.458,21
Moita	14.305.220,22	13.816.970,93	13.148.462,62	13.936.006,60	13.950.877,30	13.888.063,94	13.806.286,23	14.013.764,54
Montijo	14.628.768,66	13.613.880,92	12.552.732,84	12.910.141,42	12.845.214,67	12.911.328,17	13.242.831,93	13.310.866,77
Palmela	19.562.921,86	18.281.770,21	16.347.521,30	18.416.306,98	17.606.603,76	17.265.659,84	17.479.718,99	17.809.100,61
Santiago do Cacém	11.076.341,66	11.366.205,26	10.513.794,69	10.008.129,69	9.730.390,17	9.610.398,86	9.755.912,01	9.958.687,83
Sesimbra	18.766.837,90	17.683.894,01	15.760.271,95	19.042.086,49	17.414.284,90	16.724.431,07	17.064.715,20	17.502.445,87

Fonte: Dados obtidos no Portal Autárquico

Gráfico 23



Despesas com o pessoal nos municípios de grande dimensão

No caso dos municípios de grande dimensão verificamos que foi sempre o Seixal que apresentou maior valor de despesas com pessoal (tabela 23).

Tabela 23 - Despesas com o pessoal nos municípios de grande dimensão

Despesas com pessoal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Almada	28.984.188,35	27.958.489,05	25.021.956,61	27.639.771,59	28.169.769,88	29.833.060,78	30.940.504,72	32.737.589,35
Seixal	35.467.412,86	35.604.506,75	30.395.963,95	32.664.711,81	32.811.186,22	32.827.139,61	32.434.828,22	32.949.519,91
Setúbal	26.688.588,38	26.114.814,13	22.919.093,65	25.073.071,12	24.222.935,86	25.121.946,64	25.454.595,32	26.090.421,26

Fonte: Dados obtidos no Portal Autárquico

Gráfico 24

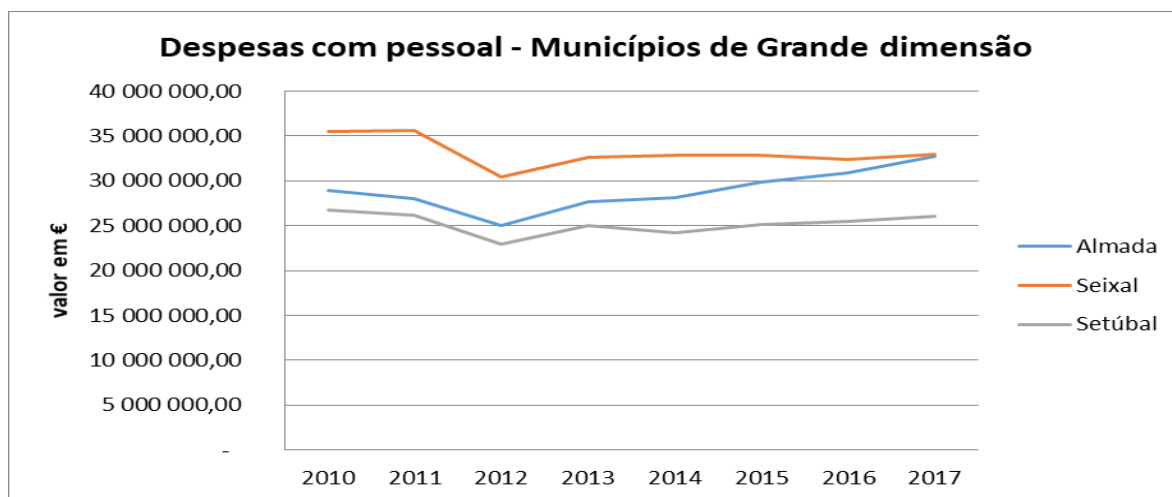


Tabela 24 – Resumo das despesas dos Municípios de Setúbal (corrente, capital e de pessoal)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total despesas correntes	368 735 947,75	352 940 375,53	350 480 143,18	402 865 273,92	395 403 249,79	388 586 163,57	403 422 708,25	420 038 550,34
Total despesas capital	144 990 033,55	128 396 326,10	154 673 048,57	144 234 794,58	116 871 863,90	119 609 956,96	175 737 751,76	143 544 539,66
Total das despesas	513 725 981,30	481 336 701,63	505 153 191,75	547 100 068,50	512 275 113,69	508 196 120,53	579 160 460,01	563 583 090,00
Total despesas pessoal	218 210 430,53	210 908 539,67	187 731 622,18	205 754 927,21	201 042 847,15	202 742 202,36	205 240 670,71	201 600 088,41
%despesas pessoal Desp total	42%	44%	37%	38%	39%	40%	35%	36%
%despesas pessoal Desp corrente	59%	60%	54%	51%	51%	52%	51%	48%

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados recolhidos do Portal Autárquico

As despesas com o pessoal, é a rubrica que representa um maior volume na despesa dos municípios, nos últimos anos aproximadamente 50% das despesas correntes são despesas com pessoal. Registou-se uma descida nesta rubrica no ano de 2012, em todos os municípios estudados, devido aos cortes nos salários e subsídios da função pública, exigência da Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), em 2013 há um ligeiro aumento fruto da reposição dos subsídios, mantendo-se algumas oscilações entre -2.3% e +1.2%. Esta tendência acompanha o mesmo registo do total dos Municípios Portugueses.

Segundo Carvalho *et al* (2018), este comportamento poderá ser preocupante, para o desenvolvimento da atividade dos municipios, quando estes afetam metade, ou mais de metade dos seus recursos, a despesas com pessoal.

3.5.2. Património

O valor do património mencionado neste estudo, é o património propriamente dito, sem reservas, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

Na tabela 25, podemos analisar os valores associados ao património para os treze municípios, ao longo dos oito anos analisados. Verificou-se que foi sempre o município de

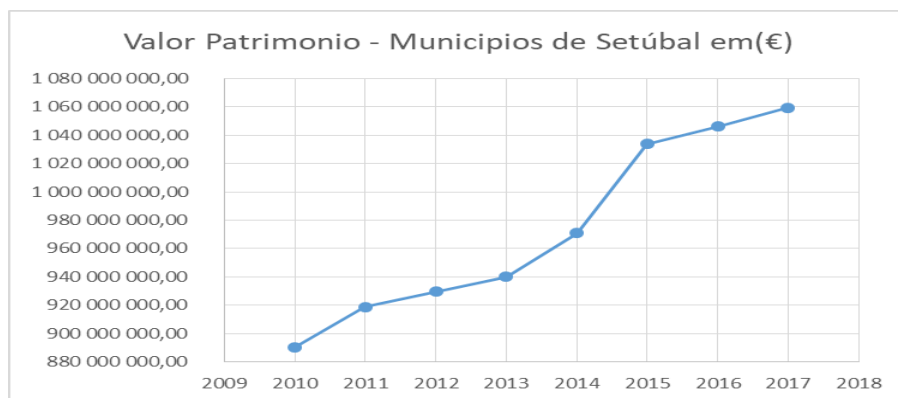
Setúbal que apresentou maior valor nesta rubrica. O município do Seixal, um município de grande dimensão, apresenta valores inferiores a vários municípios de média dimensão. De entre os municípios de média dimensão, é Palmela que apresenta o maior valor de património, apresentando o mesmo valor ao longo dos oito anos em estudo. Segue-se o município da Moita, com valores também elevados. Alcochete, município de pequena dimensão, é o município que apresenta, em todo o período em análise, menor valor nesta rubrica.

Tabela 25 – Património dos municípios do distrito de Setúbal

Património	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	31 928 332,00	38 452 216,00	40 509 081,53	40 793 793,53	40 795 069,91	40 796 009,91	40 938 589,91	45 429 505,08
Alcochete	13 914 312,38	13 914 312,38	14 134 146,84	14 134 146,84	14 557 939,73	14 557 939,73	15 134 343,48	16 557 853,02
Almada	162 082 400,58	157 299 703,91	156 232 820,00	156 247 783,94	161 151 687,39	162 151 706,25	162 133 450,24	162 141 450,24
Barreiro	21 759 066,03	21 759 066,03	21 759 066,03	21 759 066,03	35 515 241,83	70 681 023,09	79 630 321,90	82 703 319,59
Grandola	23 985 268,39	30 583 852,38	31 549 653,66	31 554 290,03	31 859 663,10	34 375 530,11	34 375 530,11	34 375 530,11
Moita	100 819 455,48	101 656 535,63	104 404 859,85	104 484 974,54	104 639 550,92	110 901 616,05	111 640 432,90	108 614 768,50
Montijo	64 663 291,00	64 663 291,00	64 663 291,00	66 942 822,17	66 942 822,17	66 942 822,17	66 942 822,17	66 942 822,17
Palmela	117 871 068,41	117 825 087,98	117 825 087,98	117 825 087,98	117 825 087,98	117 825 087,98	117 825 087,98	117 825 087,98
Santiago do Cacém	20 675 379,22	26 664 468,24	28 684 238,16	29 446 690,68	30 402 758,90	30 546 103,91	31 105 481,28	37 834 546,94
Seixal	74 292 516,86	87 776 599,29	89 126 875,50	94 580 016,26	104 214 410,50	104 109 206,45	104 323 873,02	104 536 457,34
Sesimbra	66 320 283,23	66 239 777,25	66 039 777,25	67 443 360,74	67 460 180,74	67 460 180,74	67 460 180,74	67 460 180,74
Setúbal	164 279 617,47	164 024 994,33	166 727 146,95	166 727 146,95	166 727 146,95	184 212 025,14	184 645 628,06	184 645 628,06
Sines	27 988 803,30	27 988 803,30	27 988 803,30	28 109 213,30	28 652 767,86	29 196 404,35	29 940 557,03	30 225 987,63
Total	890 579 794,35	918 848 707,72	929 644 848,05	940 048 392,99	970 744 327,98	1 033 755 655,88	1 046 096 298,82	1 059 293 137,40

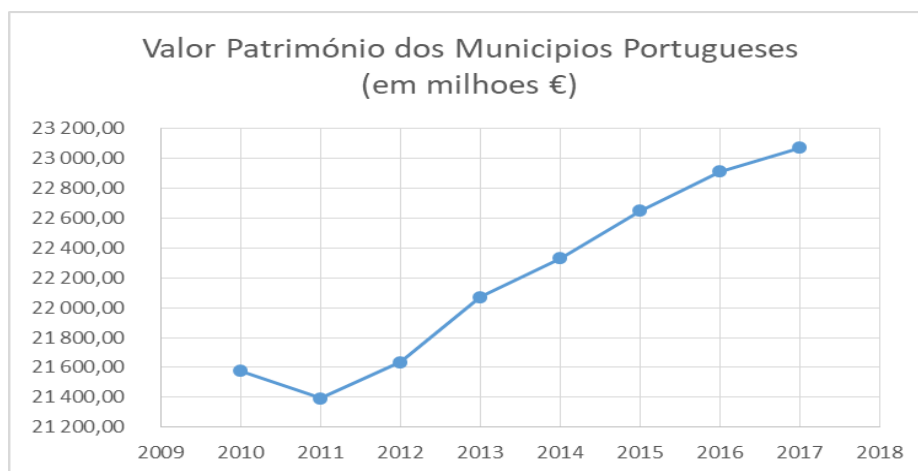
Fonte: Elaboração Própria dados obtidos dos Relatórios e contas das Entidades

Gráfico 25



A análise do gráfico 25, permite uma conclusão clara, relativamente à tendência crescente no valor do património global dos treze municípios do distrito de Setúbal, ao longo dos oito anos analisados. Este comportamento segue, de forma geral, a mesma tendência da totalidade dos municípios portugueses, com exceção do ano de 2011 (gráfico 26).

Gráfico 26



3.5.3. Ativo Fixo

Na tabela 26, podemos analisar os valores do ativo fixo para os treze municípios ao longo do período analisado. Verificou-se que foi sempre o município de Almada que apresentou maior valor nesta rubrica, seguido do município de Setúbal, dois dos três municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal. O município do Seixal, um município de grande dimensão, apresenta valores inferiores a vários municípios de média dimensão. De entre os municípios de média dimensão é Palmela que apresenta o maior valor do ativo fixo nos primeiros dois anos, passando o primeiro lugar para o município da Moita a partir de 2012. Segue-se o município da Moita com valores também elevados. Alcochete, município de pequena dimensão, é o município que apresenta, em todo o período em análise, menor valor nesta rubrica. Dos municípios de pequena dimensão, é Sines o que apresenta maior valor do ativo fixo.

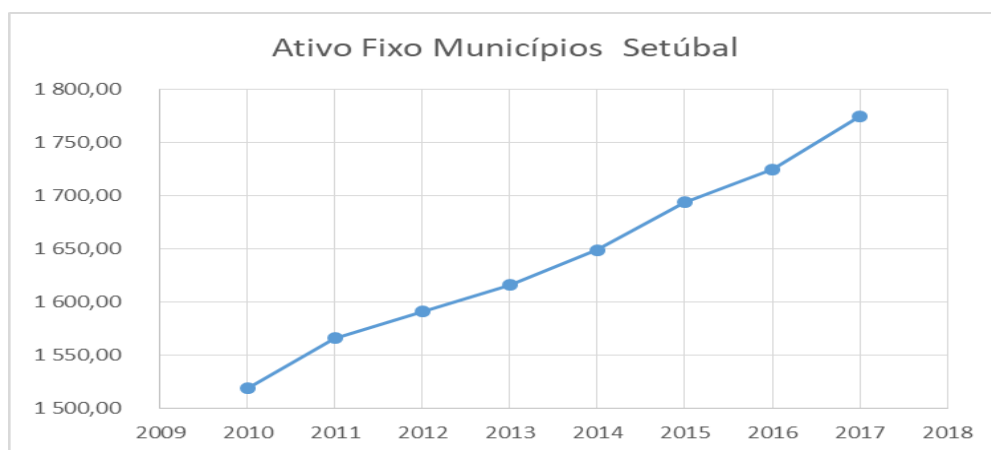
Tabela 26 – Ativo Fixo – Municípios do distrito de Setúbal

Ativo Fixo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	51 326 284,00	52 576 886,00	53 687 133,18	53 817 855,34	53 697 377,43	53 266 789,76	51 707 919,62	56 507 285,50
Alcochete	28 708 966,52	31 167 774,03	33 543 977,65	34 787 399,16	34 692 602,37	35 623 619,89	38 607 121,39	43 065 784,02
Almada	308 411 528,03	333 557 908,67	331 623 892,80	331 497 550,88	332 436 669,93	328 063 331,93	328 383 204,06	327 853 483,33
Barreiro	67 658 331,23	69 104 761,02	68 640 018,25	70 629 753,57	103 214 932,68	104 022 935,87	106 622 794,28	107 470 267,13
Grandola	47 891 465,03	51 112 687,22	53 006 343,94	52 909 285,31	53 539 386,38	70 035 043,00	69 927 435,53	70 338 442,57
Moita	139 133 777,80	141 592 700,57	142 256 050,14	141 112 081,87	139 755 487,18	146 021 772,03	139 622 085,69	135 436 277,67
Montijo	93 900 462,00	92 401 755,00	90 140 079,00	88 056 222,00	86 806 475,51	87 246 451,51	87 181 359,27	85 707 567,76
Palmela	149 449 174,85	141 902 479,83	138 258 991,55	132 529 721,06	125 693 300,95	121 528 218,69	116 866 857,57	113 686 487,17
Santiago do Caçem	61 319 890,02	65 838 228,56	64 878 505,32	65 435 678,29	65 829 147,72	67 396 705,75	68 423 078,62	75 652 635,79
Seixal	119 890 390,51	123 179 023,75	122 118 544,64	126 449 745,75	130 688 603,94	141 537 980,68	170 547 829,70	202 662 151,27
Sesimbra	125 823 222,58	124 090 953,49	127 273 921,45	132 839 654,04	130 665 795,45	129 352 382,97	126 282 177,65	126 140 264,46
Setúbal	244 377 052,28	250 078 637,75	262 114 344,55	266 822 805,59	270 729 268,85	290 330 197,28	298 789 026,72	304 402 490,59
Sines	80 950 482,92	89 628 681,14	103 323 142,49	119 369 195,85	120 990 285,12	119 531 968,48	121 510 719,91	125 479 693,63
Total	1 518 841 027,77	1 566 232 477,03	1 590 864 944,96	1 616 256 948,71	1 648 739 333,51	1 693 957 397,84	1 724 471 610,01	1 774 402 830,89

Fonte: Elaboração Própria dados obtidos dos Relatórios e contas das Entidades

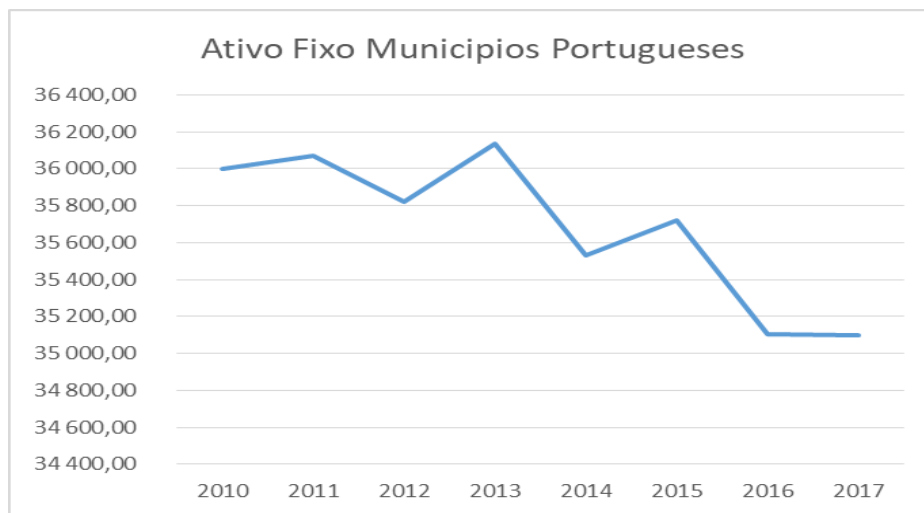
A comparação entre os gráficos 27 e 28 permite concluir que os municípios do distrito de Setúbal, no que respeita ao valor do ativo fixo, apresentaram um comportamento completamente diferente da globalidade dos municípios portugueses. No distrito de setúbal o ativo fixo tem um tendência claramente crescente, enquanto que na totalidade dos municípios é bastante irregular, com uma tendência decrescente.

Gráfico 27



Fonte: Elaboração Própria dados obtidos dos Relatórios e contas das Entidades

Gráfico 28



Fonte: Elaboração Própria dados obtidos do AFMP e Portal Autárquico

3.5.4. Ativo Corrente

Na tabela 27, apresentam-se os valores do ativo corrente para os treze municípios ao longo do período analisado. Verificou-se que foi sempre o município de Setúbal que apresentou maior valor nesta rubrica, seguido dos municípios de Seixal e Almada, os três municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal. De entre os municípios de média dimensão é

Sesimbra que apresenta o maior valor do ativo corrente. Segue-se o município do Barreiro com valores também elevados. Alcochete, município de pequena dimensão, é o município que apresenta, em todo o período em análise, apresenta o menor valor nesta rubrica.

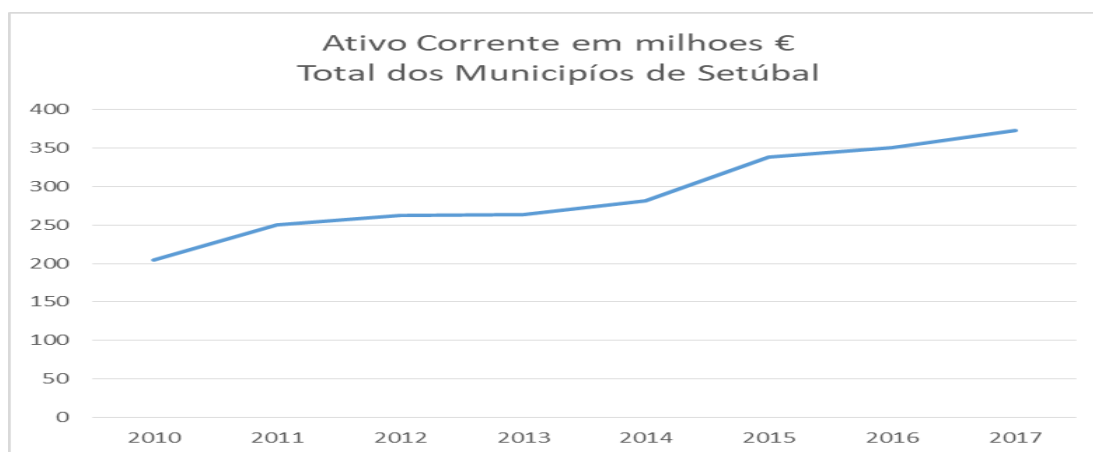
Tabela 27 – Ativo Corrente – Municípios do Distrito de Setúbal

Ativo corrente	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alcaçer do Sal	4 911 035,00	4 617 840,00	4 086 916,86	4 011 414,13	2 649 570,03	4 029 207,58	8 752 348,31	10 404 800,61
Alcochete	1 199 652,54	2 580 530,09	2 043 877,12	5 103 456,20	5 650 049,09	6 154 816,05	8 168 626,42	9 971 433,74
Almada	37 993 573,80	46 625 037,06	44 804 451,38	44 203 674,76	47 597 945,51	80 132 633,58	73 480 315,02	69 436 295,61
Barreiro	16 510 755,45	16 828 396,55	17 251 934,11	17 887 186,86	21 527 784,20	20 767 282,05	22 051 525,93	22 782 723,12
Grandola	4 032 694,47	7 141 178,19	7 548 013,94	8 180 238,81	8 266 298,16	8 663 523,20	10 396 040,66	18 529 600,52
Moita	8 690 250,44	9 140 522,18	9 837 811,72	10 912 416,37	14 315 599,10	13 716 713,76	14 180 365,50	14 548 508,50
Montijo	3 377 221,00	3 948 944,00	3 779 446,00	12 932 487,00	13 037 586,81	13 093 504,19	14 626 489,60	17 580 719,92
Palmela	4 113 715,91	5 302 254,42	6 732 933,53	10 692 491,36	12 191 891,39	12 453 962,47	12 937 814,17	12 045 357,53
Santiago do Cacém	1 694 091,09	2 347 965,14	1 887 593,72	1 665 552,09	2 244 116,93	3 231 811,79	4 213 123,45	5 220 648,25
Seixal	33 090 944,92	58 460 498,56	61 008 234,66	38 652 905,20	37 281 762,01	45 498 187,81	56 871 376,98	61 925 987,47
Sesimbra	18 702 161,62	19 145 393,26	22 057 786,93	22 699 280,63	22 496 859,03	23 164 594,08	25 171 700,18	24 993 621,13
Setúbal	64 949 908,50	69 771 663,57	75 299 788,50	80 416 485,17	88 597 742,47	100 681 726,76	93 444 081,63	101 675 186,84
Sines	4 767 586,93	4 460 387,54	6 559 693,04	6 068 471,11	5 644 144,04	6 392 233,70	6 167 253,98	3 719 431,95
Total	204 033 591,67	250 370 610,56	262 898 481,51	263 426 059,69	281 501 348,77	337 980 197,02	350 461 061,83	372 834 315,19

Fonte: Elaboração Própria dados obtidos dos Relatórios e contas das Entidades

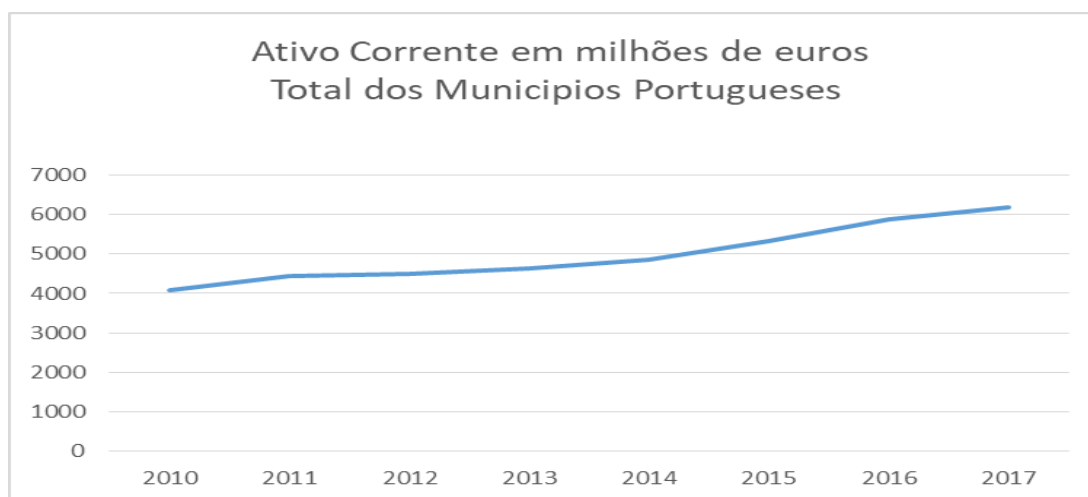
A comparação entre os gráficos 29 e 30 permite concluir que os municípios do distrito de Setúbal, no que respeita ao valor do ativo corrente, apresentaram um comportamento idêntico ao comportamento da globalidade dos municípios portugueses. Em ambos os casos, observou-se uma tendência crescente entre 2010 e 2017.

Gráfico 29



Fonte: Elaboração Própria dados obtidos dos Relatórios e contas das Entidades

Gráfico 30



Fonte: Elaboração Própria dados obtidos do AFMP e Portal Autárquico

3.6. Questões

Considerando que, o objetivo deste trabalho é estudar as variáveis, que poderão influenciar o endividamento nos municípios do distrito de Setúbal, definiram-se um conjunto de questões que permitirão perceber de que forma cada variável independente influenciará o endividamento, a variável dependente.

Q1 De que forma o número de habitantes influenciará os níveis de endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?

Segundo Bastida & Benito (2005), quanto maior for a população do município, maior será a necessidade de fornecer bens e serviços, o que poderá significar, maior endividamento. Uma relação positiva entre o número populacional e o endividamento foi também obtida por Guillamon *et al* (2011), no entanto Ribeiro *et al* (2012) registou uma relação negativa, entre a população e o endividamento dos municípios.

Q2 De que forma as despesas com o pessoal influenciarão o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?

Segundo Lobo (2012), Fernandes (2010), Melo (2013), confirmam que municípios com maiores despesas com o pessoal, são municípios com maior nível de endividamento.

Q3 De que forma o ativo corrente influenciará o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?

Se o ativo corrente é maior, há mais disponibilidade de valores, teoricamente a tendência para aumentar o endividamento é menor.

Q4 De que forma o ativo fixo influenciará o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?

Se o valor do ativo fixo é elevado, os municípios têm valores elevados de imobilizações, bens e investimentos, teoricamente não terão necessidade de aumentar o investimento, logo endividam-se menos.

Q5 De que forma as receitas de capital influenciarão o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?

Fernandes (2010) confirmou uma relação negativa entre as receitas de capital e o endividamento. No entanto, Basilio (2018) que municípios com maior número de receitas de capital per capita, tem maior probabilidade de se endividarem.

Q6 De que forma as receitas correntes influenciarão o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?

Fernandes (2010) confirmou uma relação negativa entre as receitas correntes e o endividamento.

4.Modelo

A variável dependente como atrás se descreveu será o endividamento, calculado segundo o conceito da dívida total da atual lei das finanças locais, no entanto, e devido à falta de informação, apenas serão considerados os valores das contas individuais dos municípios, à data de 31 de dezembro de cada ano em estudo.

Com o objetivo de responder às questões formuladas numa primeira abordagem optou-se por calcular o coeficiente de correlação linear de *Pearson* entre as variáveis independentes “número de habitantes”, “despesas com o pessoal”, “ativo corrente”, “ativo fixo”, “receitas de capital” e “receitas correntes” e a variável dependente, “endividamento”. Saliente-se que a escolha destas variáveis, tendo excluído as variáveis “património”, “despesas de capital” e “despesas correntes”, baseou-se no facto das três variáveis excluídas apresentarem correlações lineares extramente fortes com várias variáveis, conduzindo a problemas de multicolinearidade, que causaria problemas nas estimativas dos coeficientes de regressão.

Esta medida estatística, permite quantificar a intensidade da relação linear entre duas variáveis quantitativas e simultaneamente, perceber se a relação é positiva ou negativa, isto é, se as variáveis variam no mesmo sentido, ou em sentido inverso. Esta análise foi feita em primeiro lugar para a globalidade dos municípios em estudo. Posteriormente os municípios foram agregados de acordo com a sua dimensão, tendo sido feita a análise em cada um dos três grupos, pequenos, médios e grandes municípios.

Numa segunda abordagem e, com o objetivo não só de perceber de que forma as variáveis explicativas influenciam o endividamento, mas também com o objetivo de obter um modelo, que permita estimar esse mesmo endividamento, optou-se por utilizar um modelo de regressão linear múltipla. Segundo Maroco (2007) o modelo de regressão linear múltipla, permite modelar relações entre variáveis, e prever o valor de uma variável dependente a partir de um conjunto de variáveis independentes. A estimação do modelo foi feita, utilizando o método dos mínimos quadrados, e utilizou-se o método “*Stepwise*” para selecionar as variáveis que são significativas, removendo aquelas que não o são.

Tal como na primeira abordagem iniciámos com uma análise global, isto é, construímos um modelo incluindo todos os municípios, seguindo-se uma análise por dimensão.

5. Análise e Discussão dos Dados Obtidos

Após se ter efetuado a caracterização da amostra, apresenta-se de seguida os resultados obtidos.

Começamos por fazer uma análise global, tendo obtido correlações lineares significativas para um nível de significância de 0,01, todas positivas e fortes (tabela 28), entre a variável endividamento, e todas as variáveis explicativas.

Tabela 28 – Correlações - Global

Correlações - global							
		Número de Habitantes	Despesas com Pessoal	Ativo Corrente	Ativo Fixo	Receitas Capital	Receitas Correntes
Endividamento	Correlação de Pearson	.815**	.844**	.772**	.570**	.483**	.814**
	Sig. (2 extremidades)	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	N	104	104	104	104	104	104
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).							

Num passo seguinte decidiu-se fazer a mesma análise dividindo os municípios pela sua dimensão.

Iniciámos a análise da correlação para os municípios pequenos (Tabela 29). Neste caso apenas a correlação entre a variável dependente “Endividamento” e as variáveis “Despesas com Pessoal”, Ativo Fixo” e “Recetas Correntes” foi considerada significativa. Mais uma vez se obteve um valor positivo razoável, para a correlação entre estas três variáveis independentes e a variável endividamento.

Tabela 29 – Correlações - Municípios de Pequena Dimensão

Correlações - pequena dimensão							
		Número de Habitantes	Despesas com Pessoal	Ativo Corrente	Ativo Fixo	Receitas Capital	Receitas Correntes
Endividamento	Correlação de Pearson	0.182	.538**	-0.071	.517**	.491**	0.206
	Sig. (2 extremidades)	0.319	0.001	0.701	0.002	0.004	0.259
	N	32	32	32	32	32	32
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).							

No que respeita aos municípios de média dimensão, como podemos observar na tabela 30, apenas a correlação entre a variável “Endividamento” e a variável “Ativo Fixo” não se revelou significativa. Tal como nos casos anteriores os valores são todos positivos, apresentando neste caso uma relação linear razoavelmente boa.

Tabela 30 – Correlações - Municípios de média Dimensão

Correlações - média dimensão							
		Número de Habitantes	Despesas com Pessoal	Ativo Corrente	Ativo Fixo	Receitas Capital	Receitas Correntes
Endividamento	Correlação de Pearson	.601**	.461**	.458**	0.072	.448**	.521**
	Sig. (2 extremidades)	0.000	0.001	0.001	0.629	0.001	0.000
	N	48	48	48	48	48	48
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).							

Finalmente, no que respeita aos municípios de grande dimensão, como podemos observar na tabela 31, apenas a correlação entre o “Endividamento” e o “Ativo Fixo” se revelou significativa, o valor do coeficiente mostra uma relação linear negativa forte.

Tabela 31 – Correlações - Municípios de Grande Dimensão

Correlações - grande dimensão							
		Número de Habitantes	Despesas com Pessoal	Ativo Corrente	Ativo Fixo	Receitas Capital	Receitas Correntes
Endividamento	Correlação de Pearson	-0.344	0.124	-0.037	-.806**	0.134	-0.320
	Sig. (2 extremidades)	0.100	0.565	0.862	0.000	0.532	0.127
	N	24	24	24	24	24	24
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).							

Comparando os resultados entre os três grupos de municípios, pequena, média e grande dimensão, conclui-se que o comportamento dos municípios de grande dimensão é diferente dos municípios dos outros dois grupos. Dado que são apenas três os municípios de grande dimensão, o resultado global segue a mesma tendência dos outros dois grupos.

Analisando agora as questões formuladas, e tendo por base o resultado global, concluímos que, todas as variáveis independentes têm uma correlação positiva com a variável endividamento, ou seja quando a variável independente aumenta também aumentará o endividamento.

Partindo agora para a segunda abordagem construiu-se o seguinte modelo estimado de regressão linear múltipla:

$$\widehat{\text{Endividamento}} = b_0 + b_1 n^{\circ} \text{habitantes} + b_2 \text{ativo fixo} + b_3 \text{ativo corrente} + b_4 \text{despesas com pessoal} + b_5 \text{receitas de capital} + b_6 \text{receitas correntes}$$

A estimação da regressão linear para o modelo global, utilizando o método *Stepwise* apresentou os resultados constantes na tabela 32.

A observação dos valores da estimação permite afirmar que as seis variáveis independentes consideradas explicam 82,1% (R^2 Ajustado = 0,821) da variação observada no endividamento, tendo-se uma boa qualidade de ajustamento.

Tabela 32 – Modelo Estimado

Modelo Estimado ^a				
Modelo		b	t	Sig.
1	(Constante)	-8948905.410	-3.208	.002
	Despesas com Pessoal	2.486	15.880	.000
2	(Constante)	-4944452.698	-1.678	.097
	Despesas com Pessoal	1.848	7.424	.000
	Ativo Corrente	.269	3.210	.002
3	(Constante)	75191.319	.027	.979
	Despesas com Pessoal	2.189	9.420	.000
	Ativo Corrente	.527	5.835	.000
	Ativo Fixo	-.128	-5.124	.000
4	(Constante)	-219723.634	-.081	.936
	Despesas com Pessoal	2.011	8.650	.000
	Ativo Corrente	.528	6.054	.000
	Ativo Fixo	-.129	-5.347	.000
	Receitas Capital	.612	2.894	.005
5	(Constante)	5137006.216	1.443	.152
	Despesas com Pessoal	1.073	2.271	.025
	Ativo Corrente	.543	6.338	.000
	Ativo Fixo	-.150	-5.909	.000
	Receitas Capital	.649	3.123	.002
	Número de Habitantes	175.242	2.267	.026
6	(Constante)	6617567.405	1.893	.061
	Despesas com Pessoal	1.857	3.416	.001
	Ativo Corrente	.641	7.061	.000
	Ativo Fixo	-.146	-5.921	.000
	Receitas Capital	.697	3.444	.001
	Número de Habitantes	275.977	3.290	.001
	Receitas Correntes	-.664	-2.680	.009

a. Variável Dependente: Endividamento

$R^2=0,831$; $R^2_{ajustado}=0,821$; Estatística F = 79,587 ; pvalue =0,000

A estatística F com um valor de 79,857 associada a um *p-value* de 0,000 permite-nos concluir que o modelo é globalmente significativo. Constatando-se também que todas as variáveis independentes são individualmente significativas (para um nível de significância de 0,001), pelo que podemos apresentar o modelo, da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \widehat{\text{Endividamento_global}} &= 6617567,405 + 1,857 \times \text{despesas com pessoal} + 0,641 \times \text{ativo corrente} \\ &+ (-0,146) \times \text{ativo fixo} + 0,697 \times \text{receitas de capital} + 275,977 \\ &\times \text{número de habitantes} + (-0,664) \times \text{receitas correntes} \end{aligned}$$

Podemos observar que o impacto no endividamento das variáveis “despesas com o pessoal”, “ativo fixo”, “número de habitantes e “receitas de capital” é positivo, e que o impacto das variáveis “ativo fixo” e “receitas correntes” é negativo.

Passamos depois à análise por dimensão. Começamos por construir o modelo de regressão linear múltipla para os municípios de grande dimensão.

A estimação da regressão linear deste modelo, utilizando o método *Stepwise* apresentou os resultados constantes na tabela 33. Neste caso apenas as variáveis “ativo fixo”, “despesas com pessoal” e “receitas correntes” foram consideradas significativas.

A observação dos valores da estimação permite afirmar que as três variáveis independentes consideradas explicam 90,2% (R^2 Ajustado = 0,902) da variação observada no endividamento, tendo-se uma boa qualidade de ajustamento.

Tabela 33 – Modelo estimado para os municípios de grande dimensão

Modelo estimado^a

Modelo		b	t	Sig.
1	(Constante)	119189210.2	13.863	.000
	Ativo Fixo	-.211	-6.388	.000
2	(Constante)	250795159.9	12.599	.000
	Ativo Fixo	-.314	-12.994	.000
	Despesas com Pessoal	-3.641	-6.822	.000
3	(Constante)	245808672.8	13.507	.000
	Ativo Fixo	-.290	-11.895	.000
	Despesas com Pessoal	-2.419	-3.394	.003
	Receitas Correntes	-.516	-2.340	.030

a. Variável Dependente: Endividamento

R²=0,914 ; R²ajustado=0,902 ; Estatística F = 71,290 ; pvalue =0,000

A estatística F com um valor de 71,290 associada a um *p-value* de 0,000 permite-nos concluir que o modelo é globalmente significativo. Constatando-se também que todas as variáveis independentes são individualmente significativas (para um nível de significância de 0,001), pelo que podemos apresentar o modelo, da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \widehat{\text{Endividamento}_{global}} &= 245808672,8 + (-0,290) \times \text{ativo fixo} + (-2,419) \\ &\times \text{despesas com pessoal} (-0,516) \times \text{receitas correntes} \end{aligned}$$

Neste caso observou-se que o impacto no endividamento das variáveis “despesas com o pessoal”, “ativo fixo” e “receitas correntes” é negativo.

Seguidamente construímos o modelo estimado para os municípios de média dimensão. A estimação da regressão linear para o modelo deste grupo de municípios, utilizando o método *Stepwise*, apresentou os resultados constantes na tabela 34. Neste caso apenas as

variáveis “despesas com pessoal” e “ativo corrente” não foram consideradas significativas, tendo-se obtido um modelo com quatro variáveis independentes

A observação dos valores da estimação permite afirmar que as quatro variáveis independentes consideradas explicam 67,6% (R^2 Ajustado = 0,676) da variação observada no endividamento, tendo-se uma qualidade de ajustamento razoavelmente boa.

Tabela 34 – Modelo estimado para os municípios de média dimensão

Modelo Estimado^a

Modelo		b	t	Sig.
1	(Constante)	-932547.769	-.182	.857
	Número de Habitantes	446.359	5.104	.000
2	(Constante)	-7189967.264	-1.602	.116
	Número de Habitantes	448.915	6.159	.000
	Receitas Capital	1.474	4.606	.000
3	(Constante)	-139700.578	-.030	.976
	Número de Habitantes	550.029	7.468	.000
	Receitas Capital	1.635	5.523	.000
	Ativo Fixo	-.126	-3.184	.003
4	(Constante)	-5296964.019	-1.132	.264
	Número de Habitantes	434.003	5.458	.000
	Receitas Capital	1.576	5.721	.000
	Ativo Fixo	-.159	-4.129	.000
	Receitas Correntes	.507	2.852	.007

a. Variável Dependente: Endividamento

$R^2=0,703$; $R^2_{ajustado}=0,676$; Estatística F = 25,502 ; pvalue =0,000

A estatística F com um valor de 25,502 associada a um p -value de 0,000 permite-nos concluir, que o modelo é globalmente significativo. Constatando-se também que todas as variáveis independentes, são individualmente significativas (para um nível de significância de 0,001), pelo que podemos apresentar o modelo, da seguinte forma:

Endividamento_{global}

$$= -5296964,019 + 434,003 \times \text{número de habitantes} + 1,576 \times \text{receitas de capital} + (-0,159) \times \text{ativo fixo} + 0,507 \times \text{receitas correntes}$$

Neste caso observou-se que o impacto no endividamento das variáveis “número de habitantes”, “receitas de capital” e “receitas correntes” é positivo, sendo negativo o impacto da variável “ativo fixo”.

Para finalizar construímos um modelo estimado de regressão linear para o grupo de municípios de pequena dimensão. A estimação da regressão linear para o modelo deste grupo de municípios, utilizando o método *Stepwise* apresentou os resultados constantes na tabela 35. Neste caso apenas a variável “ativo corrente” não foi considerada significativa, tendo-se obtido um modelo com cinco variáveis independentes.

A observação dos valores da estimação permite afirmar que as quatro variáveis independentes consideradas explicam 76,1% (R^2 Ajustado = 0,761) da variação observada no endividamento, tendo-se uma boa qualidade de ajustamento.

Tabela 35 – Modelo estimado para os municípios de pequena dimensão

Modelo Estimado^a				
Modelo		b	t	Sig.
1	(Constante)	-16552670.0	-2.083	.046
	Despesas com Pessoal	3.657	3.498	.001
2	(Constante)	-16250565.2	-2.295	.029
	Despesas com Pessoal	3.189	3.376	.002
	Receitas Capital	.947	2.964	.006
3	(Constante)	-43462183.1	-5.047	.000
	Despesas com Pessoal	3.750	4.897	.000
	Receitas Capital	1.300	4.841	.000
	Número de Habitantes	1461.190	4.187	.000
4	(Constante)	-47258331.4	-6.158	.000
	Despesas com Pessoal	3.057	4.301	.000
	Receitas Capital	.897	3.309	.003
	Número de Habitantes	1771.568	5.478	.000
	Ativo Fixo	.090	3.037	.005
5	(Constante)	-46825078.6	-6.687	.000
	Despesas com Pessoal	4.634	5.162	.000
	Receitas Capital	.764	3.023	.006
	Número de Habitantes	1582.229	5.200	.000
	Ativo Fixo	.106	3.837	.001
	Receitas Correntes	-.663	-2.539	.017

a. Variável Dependente: Endividamento

$R^2=0,800$; $R^2_{ajustado}=0,761$; Estatística F = 20,768 ; pvalue =0,000

A estatística F com um valor de 20,768 associada a um *p-value* de 0,000 permite-nos concluir que o modelo é globalmente significativo. Constatando-se também que todas as variáveis independentes são individualmente significativas (para um nível de significância de 0,001), pelo que podemos apresentar o modelo, da seguinte forma:

Endividamento_{global}

$$= -46825078,6 + 4,634 \times \text{despesas com pessoal} + 0,764 \\ \times \text{receitas de capital} + 1582,229 \times \text{número de habitantes} + 0,106 \\ \times \text{ativo fixo} + (-0,663) \times \text{receitas correntes}$$

Neste caso observou-se que o impacto no endividamento das variáveis “número de habitantes”, “receitas de capital”, “ativo fixo” e “receitas de capital” é positivo, sendo negativo o impacto da variável “receitas correntes”.

Na Tabela 36, podemos encontrar de forma resumida as respostas às questões formuladas para os quatro modelos de regressão estimados.

Tabela 36 – Quadro resumo respostas obtidas às questões formuladas

	Impacto no Endividamento				
	Variáveis independentes /Modelo	Modelo global	Modelo municípios de grande dimensão	Modelo municípios de média dimensão	Modelo municípios de pequena dimensão
Q1:	Número de habitantes	+	não significativa	+	+
Q2:	Despesas com pessoal	+	-	não significativa	+
Q3:	Ativo corrente	+	não significativa	não significativa	não significativa
Q4:	Ativo fixo	-	-	-	+
Q5:	Receitas de capital	+	não significativa	+	+
Q6:	Receitas correntes	-	-	+	-

Vamos agora analisar individualmente cada uma das questões formuladas.

No que respeita a **Q1: De que forma o número de habitantes influenciará os níveis de endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?** Verificamos que existe concordância entre o modelo global, o modelo para os municípios de pequena dimensão e o modelo para os municípios de média dimensão. Nestes modelos, ficou demonstrado que o número de habitantes influencia positivamente o endividamento dos municípios, seguindo a tendência de grande parte da literatura (Bastida e Benito, 2005; Guillamon *et al*, 2011). No modelo para os municípios de grande dimensão, esta variável não foi considerada estatisticamente significativa, não permitindo retirar qualquer conclusão sobre o impacto que teria no endividamento.

Relativamente à questão **Q2: De que forma as despesas com o pessoal influenciarão o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?** Verificamos que a variável associada (despesas com pessoal), não foi considerada estatisticamente significativa no modelo, para os municípios de média dimensão, não permitindo retirar qualquer conclusão sobre o impacto que teria no endividamento. No modelo global e no modelo para os municípios de pequena dimensão verificou-se a existência concordância, tendo-se demonstrado que esta variável tem um impacto positivo no endividamento dos municípios, seguindo a tendência da literatura (Lobo, 2012; Fernandes, 2010; Melo, 2013). Em sentido oposto no modelo para os municípios de grande dimensão ficou demonstrado que as despesas com pessoal influencia negativamente o endividamento. Salienta-se que são apenas três os municípios de grande dimensão, e que a dimensão do grupo poderá comprometer o resultado da análise efetuada.

Relativamente à questão **Q3: De que forma o ativo corrente influenciará o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?** Verificamos que apenas no modelo global a variável “ativo corrente” foi considerada significativa, tendo ficado demonstrado uma influência positiva no endividamento dos municípios. O ativo corrente pressupõe maior valor disponível em existências, disponibilidades, dívidas a receber, o que pode levar os municípios a realizarem mais despesa, investirem e endividarem-se mais.

Relativamente à questão **Q4: *De que forma o ativo fixo influenciará o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?*** Verificamos que foi considerada significativa em todos os modelos. No modelo global, e no modelo para os municípios de grande dimensão e para os municípios de média dimensão, ficou demonstrado que a variável “ativo fixo” tem um impacto negativo no endividamento dos municípios. Apenas no modelo para os municípios de pequena dimensão se verificou um sinal diferente no impacto no endividamento, tendo-se neste caso obtido uma influência positiva do ativo fixo no endividamento.

No que respeita a **Q5: *De que forma as receitas de capital influenciarão o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?*** Verificamos que existe concordância entre o modelo global, o modelo para os municípios de pequena dimensão e o modelo para os municípios de média dimensão. Nestes modelos ficou demonstrado que as receitas de capital, influenciam positivamente o endividamento dos municípios, seguindo a tendência da literatura (Basílio, 2018). No modelo para os municípios de grande dimensão, esta variável não foi considerada estatisticamente significativa, não permitindo retirar qualquer conclusão sobre o impacto que teria no endividamento.

Relativamente à questão **Q6: *De que forma as receitas correntes influenciarão o endividamento dos municípios do distrito de Setúbal?*** Verificamos que foi considerada significativa em todos os modelos. No modelo global e no modelo para os municípios de grande dimensão e no modelo para os municípios de pequena dimensão ficou demonstrado que a variável “receitas correntes” tem um impacto negativo no endividamento dos municípios, seguindo a tendência da literatura (Fernandes, 2010). Apenas no modelo para os municípios de média dimensão se verificou um sinal diferente no impacto no endividamento, tendo-se neste caso obtido uma influência positiva no endividamento dos municípios, Almeida-Santos e Scarpin (2013) suportam a ideia que municípios com maiores receitas próprias têm tendência a endividarem-se mais.

6. Limitações ao Estudo

Na elaboração desta dissertação sentiu-se alguma limitação ao nível da obtenção de relatórios e contas de alguns municípios do Distrito de Setúbal, que não os tinham disponíveis para consulta.

Outra situação decorre no cálculo do endividamento, que até à publicação da lei nº73/2013 seguia uma determinada formula, e que posteriormente foi alterada, passando a adotar o conceito de dívida total, como o calculo não era efetuado da mesma forma, os valores deste estudo para serem comparáveis, tivemos de os recalcular, para os anos de 2010 a 2017, pela fórmula atual.

Embora o objetivo deste estudo foi estudar o caso dos municípios do Distrito de Setúbal, no futuro seria interessante recolher uma amostra aleatória, de todos os distritos de Portugal, para ser possível generalizar à população.

Existem ainda muitas potencialidades a estudar sobre o endividamento, as variáveis que o influenciam, e a metodologia a usar. Seria interessante, fazer um estudo com dados em painel, a dimensão da população em estudo neste caso, não permitiu a aplicação desta metodologia. O endividamento é sem dúvida, matéria muito importante para a gestão dos municípios, e uma ferramenta imprescindível, de apoio à tomada de decisão dos órgãos de gestão das autarquias.

7. Conclusão

Ao longo dos anos tem-se vindo a verificar que as transferências do governo central para os municípios, e as suas receitas próprias, nomeadamente as taxas e impostos cobrados e vendas de produtos e serviços, não são suficientes para fazer face ao cumprimento das obrigações dos municípios, o que conduz para que os mesmos se financiem junto de entidades de crédito e fornecedores.

Esta incapacidade de gerar financiamento próprio, constitui uma das grandes problemáticas para os municípios, que desde á alguns anos, tem vindo a ver algumas limitações na forma e nos limites de financiamento. Ora com a recessão económica e todas as restrições impostas pela *Troika*, é essencial controlar o endividamento dos municípios, pois o desequilíbrio dos mesmos, tem influência negativa no governo central, pois contribui para o cálculo da dívida pública.

Este trabalho teve como objetivo identificar variáveis que influenciam o endividamento dos municípios, no caso particular dos municípios de Setúbal, para os anos de 2010 a 2017.

Inicialmente as variáveis identificadas, como explicativas do endividamento dos municípios foram, “número de habitantes”, “despesas com pessoal”, “ativo corrente” e “ativo fixo”, “receitas de capita” e “receitas correntes”, “património”, “despesas de capital” e “despesas correntes”. Ao longo do estudo, devido a problemas de multicolinearidade, as variáveis “património”, “despesas de capital” e “despesas correntes”, tiveram de ser excluídas do modelo de regressão linear múltipla, e de forma coerente também não foram alvo da análise de correlação.

No modelo global as variáveis, número de habitantes, despesas com pessoal, ativo corrente e receitas de capital, influenciam positivamente o endividamento, já as variáveis ativo fixo e receitas correntes, variam inversamente.

Quando analisamos o modelo por dimensão, algumas das variáveis escolhidas para o modelo global, não são significativas.

O modelo dos municípios de grande dimensão, só três das variáveis são significativas, duas seguem o mesmo sinal do modelo global, a variável ativo fixo e receitas correntes, as despesas com pessoal seguem sinal diferente, variam no sentido inverso ao esperado e

confirmado pelo modelo global, talvez pelo número de observações ser manifestamente reduzido (três municípios).

Nos municípios de média dimensão, duas das variáveis não são significativas para o estudo, as despesas com pessoal e o ativo corrente. Nas restantes variáveis, o número de habitantes, o ativo fixo e as receitas de capital, seguem o mesmo sinal que o estimado para o modelo global, no entanto para as receitas correntes, o sinal obtido para os municípios de média dimensão é positivo e contraria a tendência e o que se estimou para o estudo, que maiores receitas correntes implica menos endividamento.

Nos municípios de pequena dimensão, só uma das variáveis não foi significativa para o modelo em causa, o ativo corrente. Todas as outras variáveis seguem a tendência do modelo global, com exceção para a variável ativo fixo, que nos municípios de pequena dimensão quando vê o seu valor aumentado, o município endivida-se mais.

De facto, não se consegue traçar um modelo global e uniforme, que explique a forma como determinadas variáveis influenciam o endividamento, mas consegue-se a partir da informação obtida ter uma ideia de como as mesmas se comportam para o caso dos municípios do distrito de Setúbal em geral e em particular para os de grande, média e pequena dimensão.

As variáveis determinantes do endividamento da Administração Local, têm vindo a ser objeto de estudos a nível nacional e internacional, os resultados têm validado grande parte das hipóteses iniciais dos seus autores, no entanto há fatores estudados, em que ainda não existem validação empírica sólida.

Todos os municípios do distrito de Setúbal viram nos últimos anos o valor do endividamento a decrescer, muito por influência das limitações impostas legalmente, apoiado num sistema contabilístico de apoio à gestão eficaz dos municípios, em que conhecer as variáveis que o podem influenciar, é de extrema importância para a tomada de decisão.

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rita Homem de Gouveia (2017), “A Adoção de uma Nova Reforma da Contabilidade Pública em Portugal: Estudo de Caso em Algumas Entidades Piloto”.

ALMEIDA-SANTOS, Paulo e SCARPIN, Jorge (2013), “Fatores financeiros da divulgação de passivos contingentes dos maiores municípios brasileiros”; Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão; Janeiro/Março de 2013.

ARZOZ, Pedro; CABASÉS, Fermin e EZCURRA, Roberto (2008), “Financiacion, Restricciones Institucionales y Endeudamiento: Un Analisis con microdatos de los municipios de Navarra”; Universidad Publica de Navarra.

ASHWORTH,J., GEYS, B. e HEYNDELS,B.(2005), “Government weakness and local public debit”, 395-422

BASTIDA, F & BENITO, B. (2005), “Análisis del endeudamiento en los Ayuntamientos: un estudo empirico”, Revista Espanhola de Financiacon y Contabilidad nº126, pp 613-635, Julho a Setembro 2015.

BASÍLIO, Eva Cláudia Gomes da Costa (2018), “Os Determinantes do desequilíbrio financeiro dos Municípios Portugueses”, Instituto Politécnico de Bragança, Dezembro de 2018.

BELL, J. (1997), “Como Realizar um Projecto de Investigação: Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação”, Gradiva, Lisboa.

CABASÉS,F., PASCUAL, P. e VALLES,J. (2007), “The effectiveness of institutional borrowing restrictions: Empirical evidence from spanish municipalities”, Public Choice.

CANDAMIO-VARELA, Laura e MENÉNDEZ, Patrícia (2017), “Endeudamiento Local Y Ciclo Politico- presupuestário: aplicacion a los municípios gallegos”, Universidade da Corunha.

CARRUNA, Carla Cristina Grade Apolo, (2016), “O impacto da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso nos Municípios do Algarve” Universidade do Algarve, 2016.

CARVALHO,J.; FERNANDES, M.J.; CAMÕES,P.J.(2018). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2017; Ordem dos Contabilistas Certificados; ISSN:2182-5564.

CARVALHO,J.; FERNANDES, M.J.; CAMÕES,P.J.; JORGE, S. (2017). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016, Ordem dos Contabilistas Certificados; ISSN:2182-5564

CARVALHO,J.; FERNANDES, M.J.; CAMÕES,P.J.; JORGE, S. (2016). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2015, Ordem dos Contabilistas Certificados; ISSN:2182-5564

CARVALHO,J.; FERNANDES, M.J.; CAMÕES,P.J.; JORGE, S.(2015). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2014, Ordem dos Contabilistas Certificados; ISSN:2182-5564

CARVALHO,J.; FERNANDES, M.J.; CAMÕES,P.J.; JORGE, S. (2014). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013, Ordem dos Contabilistas Certificados. ISSN:2182-5564

CARVALHO,J.; FERNANDES, M.J.; CAMÕES,P.J.; JORGE, S. (2013). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011 e 2012, Ordem dos Contabilistas Certificados. ISSN:2182-5564

CARVALHO,J.; FERNANDES, M.J.; CAMÕES,P.J.; JORGE, S. (2012). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010, Ordem dos Contabilistas Certificados, 2ªEdição Março 2012, ISSN:2182-5564

CARVALHO, José Ribamar; OLIVEIRA, Gilmar; SANTIAGO, Jocarla; ALBUQUERQUE, Lúcia e CURI, Wilson. (2009), “Indicadores de Divida Pública: Um estudo de endividamento nos Estados Nordestinos”, XVI Congresso de Custos, Ceará Brasil, 03 a 5 de Novembro de 2009.

CORREIA, Aquilino Joaquim (2015), Análise do Desempenho na Administração Pública com recurso a Rácios Financeiros: O caso do Município de Matosinhos, Instituto Politécnico do Porto.

Decreto-lei nº98/1984, Diário da Republica 1ªsérie nº 75, de 29 de Março de 1984.

FERNANDES, Maria José (2007), Contribuição da informação contabilística para a tomada de decisão na administração pública autárquica: controlo do endividamento líquido, Revista de Estudos Politécnicos 2007, Vol V, nº 8, 067-096.

FERNANDES, Catarina Garcia (2010), “Determinantes do endividamento autárquico, evidência empírica para os municípios portugueses utilizando o modelo de dados em painel”, Universidade da Beira Interior, Outubro de 2010.

FERREIRA, Fernando Diogo Vilaça (2011), Determinantes do Endividamento Municipal em Portugal.

FONSECA, Carolina da Silva (2013), Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - Considerações essenciais, Revista dos Revisores 3 Auditores (Outubro - Novembro 2013).

FREIXO, M. (2013), “Metodologia científica; fundamentos técnicos”. Lisboa Instituto Piaget. 4ª Edição. ISBN: 9789896591144.

GIL, A. (2010), “Como Elaborar Projetos de Pesquisa”, 5ª edição, Editora Atlas, São Paulo.

GUILLAMON, MªDolores, BENITO, Bernardino, BASTIDA, Francisco (2011). ”Evaluacion de la Deuda Publica Local en España”, Revista Espanhola de Financiacion y contabilidad, Abril-Junho2011, pp 251-285.

JOAQUIM, Eusébio Rodrigues (2012), “O Financiamento das Autarquias Locais e a Estrutura da Despesa: O caso dos Municípios Algarvios”, Universidade do Algarve, Junho de 2012.

Lei nº 1/1979 Diário da Republica 1ªsérie nº 1 de 2 de Janeiro de 1979

Lei nº 1/1987 Diário da Republica 1ªsérie nº 4 de 6 de Janeiro de 1987

Lei nº 42/1998 Diário da Republica 1ªsérie A nº 180 de 6 de Agosto de 1998

Lei nº54-A/99 de 22 de Fevereiro nova versão lei nº 60-A/2005 de 30/12

Lei nº 1/2005, de 12 de Agosto - Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional.

Lei nº 2/2007 Diário da Republica 1ªsérie nº 10 de 15 de Janeiro de 2017

Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro, aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e suas alterações.

Lei nº 73/2013 de 03 de Setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Diário da Republica 1ªsérie nº 169 de 3 de Setembro de 2013

Lei nº 51/2018, Diário da Republica 1ªsérie nº 157 de 16 de Agosto de 2018

LOBO, Flora (2012), A descentralização orçamental e o endividamento público subnacional, uma aplicação aos municípios portugueses, pp 317 - 348, Coimbra, 2012.

LOPES, Catarina Alexandra Silva (2015), A problemática do Endividamento dos Municípios da C.I.R.A., Universidade de Aveiro, 2015.

LÓPEZ,G.P.; DIAZ, A.M.P.; GÓMEZ,J.Z.; HERNANDEZ, A.M.L. (2012), “Deuda viva municipal en un contexto de crisis económica: analisis de los factores determinantes y de las formas de gestion” Revista de Contabilidad ,pp83-93.

MAROCO, J. (2007). “Análise estatística: com utilização do SPSS”.

MARQUES, Ivone da Purificação Freire (2016), “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso: Implicações nas Autarquias Locais” Instituto Politécnico de Coimbra, Maio de 2016.

MARTINS, Luis Filipe, (2006), Modelos com dados de painel, Complementos de Econometria.

MARTINS, Patrícia; CORREIA, Leonida (2014), Determinantes dos desvios orçamentais nos Municípios Portugueses, Working Papers.

MARTINS, Rui André Pinto (2018) A aplicação do POCAL numa Autarquia, Universidade de Trás dos Montes e Alto Douro.

MELO, Ariane Lima (2013), “Os Fatores Determinantes do Endividamento dos Municípios Portugueses”, Instituto Politécnico de Setúbal.

NOGUEIRA, Sónia; BASÍLIO, Eva; RIBEIRO, Nuno. (2019) “Impacto de múltiplos factores no desequilíbrio financeiro dos municípios portugueses”, II Congresso Internacional de Contabilidade Pública, Março 2019.

PINTO, Carlos Jeremias (2015) Implicações do novo regime financeiro das autarquias locais no apuramento do endividamento do grupo municipal: O caso do município de Lisboa; Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Abril de 2015.

RIBEIRO, N. A., JORGE, S. M., & OLIVER, M. C. (2011).” Fatores determinantes do endividamento na administração local portuguesa: evidência empírica nos municípios do Alto Trás-os-Montes”. In XVI Congreso AECA. Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA).

RIBEIRO, N. A., JORGE, S. M., & OLIVER, M. C. (2013) Estudo do Endividamento da Administração Local: Evidência empírica usando modelo de dados em painel; Notas económicas; Dez2013.

RIBEIRO, Nuno; JORGE, Susana e NOGUEIRA, Sónia (2014) A influência da conjuntura económica-financeira no endividamento dos Municípios Portugueses, 20TH APDR Congress.

RIBEIRO, Nuno Adriano Baptista; JORGE, Susana Margarida; (2014) Determinantes do endividamento da Administração Local: Estudo exploratório dos Municípios do Norte de Portugal, Revista Innovar.

RIBEIRO, Nuno Adriano Baptista; JORGE, Susana Margarida; (2015) “Estudo do endividamento dos Municípios Portugueses: uma análise multigrupos”, XXV Jornadas Hispano Lusas de Gestion Científica.

SILVA, E. & MENEZES, E. (2005), “Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação”. (4ª ed.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, José Paulo Oliveira (2013), “A Evolução do Endividamento Autárquico em Portugal”, Universidade de Aveiro, 2013.

SILVA, Sílvia Mónica Santos (2014) Accountability Impacto da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, Universidade de Aveiro, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

TAVARES, Fernando; PACHECO, Luis; LOUREIRO, Fátima. (2016) “Administração de tesouraria e endividamento municipal: situação dos municípios portugueses”, Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Julho a Setembro de 2016.

TEIXEIRA, Ana Bela; PARDAL, Pedro; MATA, Carlos; TEIXEIRA, Nuno. (2013), Os Municípios do Distrito de Setúbal – Análise comparativa orçamental, económica e financeira de 2010 a 2011, Instituto Politécnico de Setúbal, 2013.

TEIXEIRA, Ana Bela; PARDAL, Pedro; MATA, Carlos; TEIXEIRA, Nuno. (2013), Avaliação e Divulgação de Indicadores de Desempenho dos Municípios Portugueses: O caso do Distrito de Setúbal; in Revista Universo Contabil Blumenau, v.9, n.1, p.147-168, Jan/Mar., 2013.

VELOSO, José Miguel Matos. (2018), “Transição do POCAL para o SNC – AP”; Instituto Politécnico de Coimbra; 2018.

VILA I VILA, Jordi; (2014) “Endeudamiento e Inversion en las Haciendas Locales, El Caso de Los Ayuntamientos Valencianos”, Tesis Doctoral 2014.

VILELAS, J. (2009), “Investigação – O Processo de construção do conhecimento”. Edições Sílabo. ISBN: 9789726185574.

Outros Documentos

www.portalautarquico.dgal.gov.pt

www.igf.gov.pt/inftecnica/75_anos_IGF/alexandre/alexandre_33.htm

Relatórios e Contas dos Municípios do Distrito de Setúbal de 2010 a 2017

